

DIVANI FERREIRA DE SOUZA

**ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
DO BICO DO PAPAGAIO:
REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UMA
ORGANIZAÇÃO REGIONAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “*Magister Scientiae*”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2003

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S729a
2003

Souza, Divani Ferreira de, 1971-

Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
do Bico do Papagaio: reflexões sobre desafios e perspecti-
vas de uma organização regional / Divani Ferreira de Sou-
za. – Viçosa : UFV, 2003.

142p. : il.

Orientador: Franklin Daniel Rothman

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de

Viçosa

1. Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Ru-
rais - Tocantins (Estado). 2. Trabalhadoras rurais - Tocan-
tins (Estado) - Condições sociais. 3. Movimentos sociais -
Tocantins (Estado). I. Universidade Federal de Viçosa.

II. Título.

CDD 20.ed. 331.48309817

DIVANI FERREIRA DE SOUZA

**A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS
RURAIS DO BICO DO PAPAGAIO: REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS E
PERSPECTIVAS DE UMA ORGANIZAÇÃO REGIONAL.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 29 de agosto de 2003.

José Ambrósio Ferreira Neto

Sheila Maria Doula

Maria das Graças Soares Floresta

Maria Izabel Vieira Botelho

Franklin Daniel Rothman
(Orientador)

Dedico este trabalho a minha mãe, conhecida como D. Baiana, uma mulher guerreira, que com seu digno trabalho de lavadeira contribuiu na renda familiar e no sustento de seus 10 filhos e filhas. Mãe, com seu exemplo de fé, coragem e determinação tenho aprendido a lutar por meus sonhos e a enfrentar diversos desafios. Sei que meu agradecimento é pouco diante da tua importância em minha vida e na realização deste estudo, mas quero deixar registrado meu muito obrigada por tuas orações, por teu grande apoio, por se fazer sempre presente, ainda que geograficamente tão distante e, sobretudo, por tuas recomendações para não me desanimar e confiar em Deus.

Dedico também a meu saudoso pai, Geraldo José, *in memoriam*, que partiu exatamente quando minha filha chegou, deixando, assim, em meu peito esta saudade imensa.

À minha querida filha Gabriela, Gabi, hoje com quase cinco anos, mas que desde os dois anos de idade partilhou sua mãe com este estudo e se revelou uma grande companheira que me surpreende com sua inteligência, sensibilidade e ternura. Desta fase, Gabi, ficará a lembrança do teu doce convite justamente quando eu me encontrava mais “avexada” com a dupla jornada de trabalho: “mãe, você quer brincar comigo?”.

Dedico também ao papai de Gabi, Ailton, com amor por nosso companheirismo e por todos os desafios que enfrentamos e temos enfrentado juntos.

AGRADECIMENTOS

Este texto, apresentado logo no início, na verdade foi o último a ser redigido e embora o seu teor seja prazeroso, nem por isto foi fácil a sua redação, pois vem inebriado de intensas recordações ao reconstituirmos uma trajetória e os desafios com que nos deparamos no decorrer do seu percurso. Além disto, este texto, a mim me parece, pretende delimitar a finalização de um trabalho que, aos meus olhos, está ainda começando. Neste momento, ao recordar de tantas pessoas e instituições que nos auxiliaram de diversas maneiras (afetiva, psíquica, acadêmica e financeiramente) fico emocionada.

Quero agradecer acima de tudo a Deus pelo dom da vida e pela capacidade que Ele me concedeu de, mesmo enfrentando tantas dificuldades, concluir este estudo com êxito e com este sentimento de sentir-me satisfeita e feliz com o que consegui realizar.

Agradeço à minha maior torcida organizada, a família Souza, especialmente a minha mãe, por suas orações e pelo apoio na aquisição da minha principal ferramenta de trabalho, este querido computador. É difícil enfrentar o fato de meu pai, grande incentivador dos meus estudos, não ter

chegado a ver esta Dissertação ser concretizada. Agradeço ainda, à minha sobrinha, tia Leila (que me surpreendeu por sua maturidade pessoal e intelectual), pela amizade e companhia durante o primeiro ano aqui em Viçosa (2001).

Agradeço à minha grande amiga e companheirinha Gabriela, que por diversas vezes me retirou do computador, de madrugada e me levou pela mão para descansar. Tentei, mas não consegui encontrar as palavras para expressar o quanto foi importante estar pertinho de você, Gabi, durante este período que às vezes me pareceu por demais estressante. Sem teu sorriso, não consigo imaginar de onde eu buscaria energia para ir até o final. Aproveito para agradecer, também, aos amiguinhos e amiguinhas da Gabi pelos momentos de apoio, quer seja brincando ou assistindo desenho animado na TV, principalmente: Clarice, Yolandí, Joana, Vítor, Guilherme e Davi e também a seus respectivos pais e, como diria Gabi, mães: Renata, Íris e César, Denise e Didiêr, Lídia e Dudu.

Agradeço também ao Ailton, que tive o prazer de encontrar aqui em Viçosa há 10 anos e veio a se tornar meu grande amigo e companheiro dos bons e maus momentos. Ailton, tenho que reconhecer, construiu esta Dissertação comigo, muitas vezes até durante nossas refeições. Teu apoio, amizade, paciência e aconchego, sobretudo nesta reta final, quando pensei que ia me assombrar com os trilhões de detalhes, foram muito importantes.

Quero agradecer aos professores: Franklin, Ambrósio e Sheila, por aceitarem o convite para compor o meu comitê de orientação e, acima de tudo, porque, cada um a seu modo, incentivou em mim a valorização da minha capacidade de desenvolvê-lo e de vir a orgulhar-me de ter meu nome na autoria principal do mesmo, embora eu reconheça que não construí este trabalho sozinha.

O professor Franklin foi, acima de tudo, um amigo que soube orientar-me tanto a partir da indicação do rico referencial teórico, quanto da sua experiência prática e acadêmica. A sua capacidade de respeitar minha autonomia, criticar e conduzir um diálogo tranquilo, respeitando minhas limitações e, sobretudo, a sua paciência, foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Por Sheila cultivei grande carinho, sem os seus conselhos (literalmente falando), eu não teria conseguido me expressar, “botar pra fora”, deixar registrado, nem a fala dos/das informantes nem a minha própria fala. Seu olhar etnográfico, insistentemente me alertando para o fato de que “a fala dos/das informantes é ético e legal”, foi fundamental para a construção dessa Dissertação, sobretudo no que se refere ao capítulo sobre a emergência do movimento das mulheres.

Ambrósio, por quem guardo grande admiração e amizade, foi uma das pessoas que me trouxe grande oportunidade de crescer na vida profissional e acadêmica. Se no início me assustei um pouco com sua maneira de criticar, chegamos ao final tendo construído uma boa relação, e tive oportunidade de conhecê-lo como é: um homem sensível e profissional sério. Devo especialmente às suas críticas a possibilidade de realizar, o que considero, uma interessante descrição da sócio economia da região do Bico do Papagaio.

Agradeço às professoras Izabel e Graça Floresta que aceitaram o convite para compor a banca examinadora e com sensibilidade, ao captar as entrelinhas, fizeram excelentes sugestões, lançando o desafio para que eu me colocasse no texto assumindo a minha face escondida, meus dilemas e conflitos como mediadora e, sobretudo, como mulher. O olhar sobre meu objeto, à partir das relações sociais de gênero, tornou-se possível, de forma mais contundente, à partir das suas recomendações e sugestões, enriquecendo, e muito, este estudo.

Não poderia esquecer-me do professor Fábio não só por ter aceitado o convite para ser o debatedor do meu seminário de pesquisa, em um momento que julguei estratégico, mas também por ter me ajudado, sobremaneira, a dar um rumo para este estudo. Além de apresentar-me, pessoalmente, inúmeros documentos sobre o meu tema, localizados na biblioteca setorial do DER, lançando luzes sobre o referencial teórico quando este trabalho ainda estava sendo esboçado, agradeço por incentivar-me, ainda que indiretamente, a exercer minha autonomia e a descobrir que “Navegar é Preciso”.

Enfim: agradeço ao Mestrado em Extensão Rural e a todo o corpo de professores e funcionários pela realização deste estudo, especialmente Cida

e Rosângela, da biblioteca setorial, Tedinha, Luíza e Graça. Agradeço, ainda, ao professor Norberto por ter lido e criticado partes do meu projeto de pesquisa e pela porta sempre “entreaberta”.

Agradeço ao Departamento de Economia Doméstica, em especial à professora Maria de Fátima Lopes, Fatinha, pela oportunidade de aproximar-me academicamente dos estudos de gênero.

Ao longo desta trajetória em que não faltaram momentos difíceis, a presença dos amigos foi sempre essencial. Quero agradecer aos colegas do curso pelo companheirismo e amizade: Maurício, Alex Fabiani, Roseli, Paulo Sérgio, Leonardo, Rosivaldo, Maíra, e Cláudia Suassuna. Meu sincero agradecimento às duas últimas citadas pelo apoio na formatação e arte da versão da Dissertação apresentada na defesa. Agradeço especialmente a Luciana (Lu), com quem tive o privilégio de dividir e compartilhar, durante alguns meses, a mesma casa e algumas dificuldades acadêmicas. Agradeço também aos demais colegas do Mestrado em Extensão Rural, turma do ano 2000, pelo empréstimo de diversos textos e por compartilhar as experiências construídas nesta trajetória acadêmica. Agradeço a Alessandra, mineirinha de “Belzonte”, que veio a se tornar uma grande amiga.

Agradeço a Maria Helena e Ailton pela tradução do inglês para o português do capítulo sobre as vulnerabilidades.

Agradeço, ainda, aos amigos e amigas que compõem a grande família CTA (Centro de Tecnologias Alternativas) onde obtive oportunidade ímpar de ampliar minha formação profissional e pessoal. Agradeço à equipe técnica, à equipe administrativa, às “meninas da cozinha”, aos estagiários/as, aos profissionais que realizam consultorias pontuais e, sobretudo, aos agricultores e agricultoras. Aprendi, neste convívio, que ao trabalho profissional sério e competente pode-se somar o riso e a alegria, a brincadeira e o relax.

Para a realização desta pesquisa também foi fundamental manter-me “conect@da” a muitos dos meus amigos e amigas que estavam distantes geograficamente, e que muito me incentivaram e encorajaram: Em Brasília agradeço de coração ao Sérgio Sauer que leu o meu projeto de pesquisa e, com bom humor, fez críticas e deu dicas valiosíssimas, agradeço também a Janilda Cavalcante, Luíz César Siqueira e Soraya Fleisher que me

encorajaram a prosseguir nesta arte de redigir e me incentivaram a publicar artigos. Em Belém agradeço a amiga de todas as horas: Fernanda Ferreira pelas palavras de amizade e incentivo, também via e.mail. No Tocantins, agradeço a Kayo, Emerson, Yuki e Xaxier Plassat, que conheceram bem o meu objeto de estudo e me apoiaram numa verdadeira “garimpagem” de materiais sobre a ASMUBIP.

Agradeço e registro a minha dívida com as trabalhadoras e trabalhadores rurais do Tocantins e também os assessores e assessoras das entidades pela disponibilidade em me receber e “arranjar” suas agendas para que eu pudesse entrevistá-los/las. Espero que este trabalho faça jus à confiança e sinceridade com que conduziram as nossas conversas e disponibilizaram os arquivos, contribuindo, imensamente para a realização deste trabalho.

Agradeço ainda aos amigos: Claudinha, Davi, Felipe, Irenir e Yuki no Bico do Papagaio e ao Xavier, Trindade e Dos Anjos em Araguaína pelo grande apoio e pela aconchegante acolhida durante a realização da pesquisa de campo.

Por fim, mas nem por isto menos importante, agradeço às instituições que possibilitaram financeiramente a realização deste estudo: ao CNPq, pela bolsa de estudos durante dois anos, e ao Instituto Internacional de Educação no Brasil (IIEB) que, através do Programa Natureza e Sociedade, me concedeu, além da passagem aérea para realização da pesquisa de campo, bolsa de estudos durante quatro meses para conclusão desta pesquisa.

BIOGRAFIA

DIVANI FERREIRA DE SOUZA, filha de Maria Ferreira de Souza e Geraldo José de Souza, nasceu em 03 de setembro de 1971 em Januária, MG.

Concluiu o 2º grau em 1998, curso de magistério na Escola Estadual Olegário Maciel. Em 1990 ingressou na Universidade Federal de Viçosa no curso de Letras, em 1992, através de novo vestibular, ingressou no curso de Pedagogia, tendo concluído o curso em julho de 1995.

Ainda durante a graduação atuou como professora – pesquisadora do Curso de Educação Básica e Alfabetização de Adultos coordenado pelo Departamento de Educação da UFV.

Em 1995, recém concluído o curso de Pedagogia, mudou-se para o Estado do Tocantins - região do Bico do Papagaio onde atuou como agente de pastoral/ assessora educacional da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins (jan 1996 a dez 1998). Seu trabalho era mais voltado para o apoio às organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais articulados através do Sindicato de Trabalhadores Rurais da referida região, e vinculados à CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).

No ano de 1998 assumiu também atividades como membro da coordenação do regional (coordenadora secretária). No período de 1999 a 2000, Divani, já residindo na capital do Estado, Palmas, passou a atuar como colaboradora da CPT junto às demais entidades de apoio aos

movimentos populares no Tocantins através do Fórum Estadual de Lutas por Emprego e Reforma Agrária, como membro da coordenação estadual de formação de agricultores e agricultoras e também como representante dos movimentos sociais na coordenação do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária, PRONERA.

Em abril de 2001, ingressou no Curso de Mestrado em Extensão Rural também na Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa da dissertação em 29 de agosto de 2003.

Atualmente Divani é consultora da ONG CTA (Centro de Tecnologias Alternativas) na construção da Agenda 21 de Acaiaca.

ÍNDICE

Resumo	xii
Abstract	xiv
I. Introdução.....	1
1.1. Discussão e Delimitação do Problema.....	2
1.2 Objetivos	8
1.3. Caminhos trilhados na realização da pesquisa	9
1.3.1 A amostragem e critérios para escolha dos/das informantes	10
1.3.2 A construção da técnica de coleta de dados.....	12
1.3.3 A coleta de dados.....	14
1.3.4 Facilidades e dificuldades para a coleta de dados em campo	16
1.3.5 Conflitos vividos pela pesquisadora	19
II. Referencial Teórico	21
III. Conhecendo a Região do Bico do Papagaio	36
3.1. O Bico do Papagaio na história do Brasil	38
3.1.1 O Bico do Papagaio no extremo norte tocanense	39
3.2. Indicadores Socioeconômicos e ação do Estado no Bico do	

Papagaio	40
3.2.1. Serviços de saúde.....	41
3.2.2. Níveis de escolaridade	42
3.2.3. A Pobreza no Bico do Papagaio.....	42
3.2.4. A Reforma Agrária e os Assentados	43
3.2.5. Programas governamentais	44
3.2.6. Atores sociais	45
3.2.6.1. Órgãos governamentais	45
3.2.6.2 Organização social e política	46
3.3 Aspectos Econômicos	48
3.3.1 A atividade Pecuária	48
3.3.2 O Extrativismo do Babaçu.....	49
3.3.2.1 Características do Babaçu	51
3.3.2.2 Comercialização e Beneficiamento do Babaçu	53
3.3.2.3 A Divisão Social do Trabalho do Extrativismo do Babaçu	55
IV. A Emergência do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Bico do Papagaio	59
4.1 Antecedentes históricos	60
4.1.1 A emergência do movimento de mulheres	67
4.2. A Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio- ASMUBIP	75
4.2.1 Eixos de Trabalho: Projeto Mulher, Projeto Preservação Ambiental, Projeto Babaçu.....	82
4.2.2. Parceiros da ASMUBIP.....	89
4.3 E assim se passaram 10 anos	94
4.3.1 Vida Produtiva	94
4.3.2 Vida associativa	101
4.4 A ASMUBIP nos dias atuais.....	109
V Considerações Finais.....	124
Referências Bibliográficas	137

RESUMO

SOUZA, Divani Ferreira de, MS., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2002. **A Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio: Reflexões sobre desafios e perspectivas de uma organização regional.** Orientador: Franklin Daniel Rothman. Conselheiros: José Ambrósio Ferreira Neto e Sheila Maria Doula.

A construção e a consolidação de organizações democráticas é um tema caro e objeto de preocupação, seja na prática ou nos diversos estudos dos Movimentos Sociais e organizações de base. Este tema tem gerado consideráveis debates tanto em meio às entidades e ONGs (Organizações Não Governamentais) voltadas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, quanto no âmbito das agências de cooperação e no meio acadêmico. O objetivo central deste estudo foi o de compreender o processo de formação, evolução, consolidação e transformação por que passam determinadas organizações de trabalhadores/as rurais à partir da história da Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, ASMUBIP, com a qual mantivemos contato no âmbito da prática extensionista como agente de pastoral e assessora educacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Este estudo concentrou-se, mais detidamente, em compreender os porquês da ASMUBIP ter chegado a uma situação de fragilidade

organizacional mesmo após vários anos de esforços e investimentos de entidades de apoio e agências de cooperação para o desenvolvimento. Na escolha do referencial teórico optou-se pelo diálogo com um conjunto de autores que têm desenvolvido estudos, inclusive comparativos, com diversas organizações camponesas atuando na Ásia, África e América Latina. No universo estudado verificamos, dentre outros, dois aspectos-chave, imprescindíveis para a consolidação desta organização: a) a autonomia do grupo, que diz respeito à sua capacidade de fixar objetivos e à possibilidade de tomar as próprias decisões livre de ingerências externas, seja de governos, grupos religiosos ou instituições de desenvolvimento, e b) à promoção da participação ao nível da base, promovendo, assim, um processo de tomada de decisões coletivamente. É importante considerar que a organização em estudo trata-se de uma associação de mulheres motivada, na sua origem, pelas questões centradas em “questões de mulheres” como saúde, sexualidade, direitos, violência doméstica, dupla jornada de trabalho, etc. Na ASMUBIP esta demanda inicial transmutou-se no decorrer do processo que engendrou a sua institucionalização, através, no ano de 1992, do incentivo do governo federal, passando a focar a organização e articulação das mulheres à partir da busca de alternativas econômicas e de geração de renda para as famílias especialmente por meio do extrativismo do Babaçu. A organização, então, passou a direcionar a sua agenda principal na busca de projetos e projetinhos de geração de renda em detrimento dos temas mais voltados, especificamente, para o ser mulher. Este direcionamento, no que se refere à ideologia que perpassa a organização, trouxe, dentre outros impactos, a dependência de recursos e assessores externos tanto para gestão quanto para a elaboração e execução dos projetos, comprometendo, assim, a autonomia do grupo e a participação da base nas decisões e condução do processo, aspectos de importância vital para construção e consolidação de organizações que se pretendem democráticas.

ABSTRACT

SOUZA, Divani Ferreira de, MS., Universidade Federal de Viçosa, August 2002. **The Regional Association of Rural Working Women in “Bico do Papagaio” region: Reflections on challenges and perspectives of a regional organization.** Adviser: Franklin Daniel Rothman. Committee members: José Ambrósio Ferreira Neto and Sheila Maria Doula.

The construction and consolidation of the democratic organizations is a precious theme as well as worrisome matter either in practice and the several studies of the Social Movements and base organizations. This theme has been generating considerable debates in the entities and ONGs (No-Government Organizations) that are directed toward the promotion of the Maintainable Development, as well as at the extent of the cooperation agencies and in the academic sphere. O main objective of this study was to understand the formative, evolutionary, consolidate and transformative process to which certain organizations of rural workers have been subjected through the history of the Regional Association of Rural Working Women in “Bico do Papagaio” (ASMUBIP) to which we contacted at the extent of the extension practice as a pastoral agent and educational assistant “Comissão Pastoral da Terra” (CPT). This study was most carefully concentrated on understanding the reasons why ASMUBIP has arrived to such an organizational fragility situation in spite of several years with efforts and

investments have been spent by the support entities and cooperation agencies for the development. Concerning to the theoretical referential, the option was made for the dialogue with a group of authors who have been developing studies, including the comparative ones, with several rural organizations operating in Asia, Africa and Latin America. In the studied universe, two key-aspects among others indispensable for the consolidation of this organization were found: a) the group's autonomy, that is concerned to their capacity to establish the objectives, as well as to the possibility to make their own decisions without external interventions of governments, religious groups or development institutions; and b) to the promotion of participation at the level of the base, therefore promoting a process making decisions collectively. It is important to consider that the organization under study is concerned to a women association originally motivated by the matters centered on "women's subjects" such as health, sexuality, rights, domestic violence, double working day, etc. In ASMUBIP this initial demand was transmuted as the process was going on, which engendered its institutionalization in 1992 through the federal government's incentive by beginning to focus the organization and articulation of the women from the search for economical alternatives and income generation that would contemplate the families especially through the extractivism of Babassu. Then, the organization began to address its main agenda toward the search for projects and small projects of income generation to the detriment of the themes more specifically directed to the woman being. Concerning to the ideology that pass over the organization, this directioning brought, among other impacts, the dependence on resources and external assistants for administration as for the elaboration and execution of the projects, so endangering the group's autonomy and the participation of the base in the decisions and conduction of the process, which are aspects of vital importance for the construction and consolidation of the organizations that are intended to be democratic ones.

CAPITULO I



Fonte: Arquivo CPT

“ A pesquisa é, talvez, a arte de se criar dificuldades
fecundas e de criá-las para os outros.
Nos lugares onde havia coisas simples,
faz-se aparecer problema.”
(Pierre Bourdieu)

I. INTRODUÇÃO

1.1 Discussão e Delimitação do Problema

A epígrafe acima, extraída de GOLDENBERG (1999), expressa, em parte, o que significou para nós a realização deste estudo: descobertas e aprendizagens que nos permitiram uma leitura mais crítica da realidade em que atuamos profissionalmente, como educadora popular, na promoção do desenvolvimento rural sustentável. A trajetória de investigação desta pesquisa remonta à nossa experiência como agente de pastoral e assessora educacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, conhecida como *Bico do Papagaio*¹, no período de 1996 a 1998, quando, então, tivemos contato direto com a organização em estudo.

Estava em curso, desde 1995 ², o processo de avaliação externa da CPT e as indagações que nortearam o desenvolvimento deste estudo remontam a este contexto, quando nos propusemos, no âmbito do Curso Nacional de Formação da CPT Nacional, a sistematizar a história da

¹ A região do Bico do Papagaio, que possui esta denominação em razão da conformação geográfica dos rios Tocantins e Araguaia (que na sua confluência ganham forma semelhante ao bico do pássaro) deve ser compreendida não apenas por sua delimitação geográfica, mas por uma ampla região do entorno conhecida como Amazônia Oriental, que corresponde ao norte do Tocantins, sudeste do Pará e Oeste do Maranhão. A área a que estamos nos referindo neste estudo como Bico do Papagaio está localizada no extremo norte do Estado do Tocantins.

² A avaliação da CPT foi incentivada por algumas agências de cooperação (Bilance e Misereor) que veio de encontro às preocupações da entidade. A avaliação conteve dois enfoques: uma autoavaliação assessorada pelo CEPIS e pelo CERIS e uma avaliação externa, com a participação de Hélan Javorski, José de Souza Martins e Marina Silva. (CPT: 1998)

intervenção da CPT na região do Bico do Papagaio. Esta sistematização voltou-se, especialmente, para o trabalho de assessoria realizado com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. O presente estudo surgiu das reflexões e, por que não dizer, de um certo mal estar, sobre as dificuldades por mim vivenciadas na experiência profissional junto à CPT (SOUZA: 1998).

Entendemos este processo de sistematização, aprofundado durante a realização do Mestrado em Extensão Rural, como um processo enriquecedor de reconstrução e reflexão crítica da nossa primeira experiência com a Extensão Rural.

O referido movimento de mulheres teve início em meados dos anos 80, a partir de mobilizações que envolviam homens e mulheres, incentivados pela Comissão Pastoral da Terra para se organizarem em torno da luta pela terra e pelo acesso às palmeiras do coco Babaçu, abundante na região e de grande importância para a segurança alimentar das famílias. No ano de 1992, no contexto da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio 92,³ este movimento teve o seu processo de institucionalização efetivado, através de um incentivo do governo federal para promover a geração de renda e a melhoria econômica das famílias através do trabalho do extrativismo do Babaçu, tido na região como “próprio das mulheres”. A organização das mulheres trabalhadoras rurais tomou, então, em novembro de 1992, a forma de uma associação regional, a partir da criação da Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, ASMUBIP, que é objeto de estudo desta pesquisa.

A ASMUBIP, como o nome sugere, procura articular as diversas identidades de mulheres trabalhadoras rurais, congregando em sua base social, inclusive, mulheres que não são quebradeiras de coco Babaçu. Entretanto, tornou-se mais conhecida no âmbito regional, nacional e internacional como a “Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu do Bico do Papagaio”, através de destaques da mídia nacional e internacional e de vários prêmios recebidos.⁴ A ASMUBIP procura implementar suas ações

³ A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi realizada de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, Brasil e reuniu representantes de 179 países.(AGENDA 21:1993)

⁴Dentre outros pode-se citar os seguintes prêmios [i]”**Prize for Womens Creativity in Rural Life**” entregue em 1997 pelo Womens World Summit Foundations à coordenadora- secretária Irenir Alves Gomes; [ii]a coordenadora

de acordo com os três eixos de trabalho voltados para [a] organização e formação das mulheres [b] geração de renda, através, sobretudo, do extrativismo do Babaçu e [c] preservação ambiental. As suas redes de articulação se ampliaram consideravelmente, tanto no âmbito regional quanto nacional e internacional, através da divulgação das suas iniciativas em torno do eixo de trabalho voltado para a geração de renda e preservação ambiental, considerado por ABRAMOVAY & CASTRO (1997) e CEDEPLAR (2001) dentre outros, como bem sucedido.

A ASMUBIP registra atualmente uma base aproximada de 800 mulheres, organizadas em 11 municípios localizados na região do Bico do Papagaio. Embora o número de sócias venha crescendo gradualmente, e após vários anos de esforços e investimentos de entidades de apoio e agências de cooperação para o desenvolvimento, a ASMUBIP tem manifestado sinais que, no decorrer do tempo, configuraram em uma situação de fragilidade organizativa. Como exemplos poderemos citar fragilidades, sobretudo, no que concerne a uma crise nas relações interpessoais, falta de rotatividade na direção, disputas internas e, por mais que pareça contraditório, falta de trabalho voltado para os membros na base, ou seja: as sócias residentes nos povoados, núcleos, e que não fazem parte da diretoria da Associação. A partir do ano de 1997⁵ estes sinais tornaram-se mais visíveis, podendo citar alguns no âmbito associativo: centralização das decisões, inexistência de iniciativas voltadas para a formação de nova geração de lideranças, não participação dos membros na definição das ações a serem desenvolvidas pela organização.

Um outro aspecto observado na organização, que se configura como uma situação de fragilidade, reside no fato de que a agenda principal desta organização passou a ser mais direcionada para a busca de fundos para projetos com objetivos diversos, desde o tema principal que é a busca de

geral Emília Alves, recebeu no ano de 1997 o prêmio “ **la creatividad de la mujer en el medio rural**”, entregue pela Fundacion Cumbre Mundial de la Mujer; [iii] a ASMUBIP foi o **tema do Globo Repórter Ecologia** em 1994 sobre reservas extrativistas e quebraadeiras de coco babaçu e [iv] tema do **Globo Repórter** no ano de 1999; [v] a ASMUBIP é considerada uma das **100 experiências brasileiras de desenvolvimento sustentável**, a indicação é fruto de uma consulta nacional realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e PD-A (Projetos Demonstrativos tipo A) para a Agenda 21(Documento produzido na Rio 92 que representa uma tentativa de promover, em escala planetária, o desenvolvimento sustentável conciliando a lógica de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica).

⁵ A delimitação do ano de 1997 como início da visibilidade da crise foi feita respeitando a periodização dada pela diretoria da ASMUBIP em reunião de avaliação ocorrida em janeiro de 2002.

geração de renda para as famílias através das atividades desenvolvidas pelas mulheres, e outros projetos e projetinhos (expressão comumente usada pelas coordenadoras), voltados para temas outros como: formação, mobilização, animação, divulgação, etc.

O objetivo deste estudo foi o de compreender o processo de emergência e formação desta organização de mulheres e os porquês da mesma ter chegado a esta situação de fragilidade atual, a qual será minuciosamente descrita e analisada no decorrer deste trabalho. Na construção do referencial teórico para o desenvolvimento deste estudo, optamos pelo diálogo com um grupo de autores que têm desenvolvido estudos com organizações camponesas atuando na Ásia, África e América Latina e que apresentam situações semelhantes como as identificadas na ASMUBIP. Estes autores têm abordado, fundamentalmente, a questão da consolidação de organizações locais e regionais, no contexto da democratização rural.

A construção de organizações democráticas é um tema caro e objeto de preocupação tanto na prática quanto nos diversos estudos dos movimentos sociais e organizações de base, pois esta consolidação, conforme abordam diversos autores (FOX:1990, GRZYBOWSKI:1990), é preponderante à construção do desenvolvimento social e humano. Entretanto, freqüentemente, em um grande número de organizações começam a manifestar problemas ligados à real capacidade do grupo em se manter coerente à demanda daqueles que buscam representar. FOX & HERNANDEZ (1989), analisando a situação de uma organização camponesa mexicana de âmbito regional no Estado de Nayarit a *Unión de Ejidos "Lázaro Cárdenas"* (UELC) observam problema semelhante a este, o que, segundo suas análises, não é de surpreender, uma vez que se trata de um dos problemas perenes de democracia representativa, a facilidade dos dirigentes de organizações em "desprender-se" de sua base. Para estes Autores, este desprendimento chega a ser inquietante principalmente "para aqueles que afirmam que o desenvolvimento nacional do Terceiro Mundo depende, em grande parte, do surgimento e da consolidação de uma densa rede de instituições democráticas que impulsionem o desenvolvimento das bases" (1989:8). O problema do distanciamento dos líderes de uma

organização de sua base social, conforme destacam FOX & HERNANDEZ (1989) remete à “Lei de Ferro da Oligarquia”, discutida por Robert Michels (1915) quando examinou o desempenho e falhas de organizações políticas e sindicatos na Europa na virada do século, em seu clássico estudo: *Iron Law: of oligarchy* (A lei de ferro da Oligarquia: a subordinação de uma organização a seus líderes). Para FOX e HERNANDEZ (1989), quando as organizações crescem, a tendência é se afastar das intenções democráticas iniciais e ficam susceptíveis ao controle por elites. Os autores analisam que a combinação de dois elementos, a prestação de contas e a tomada de decisões coletivamente, é imprescindível para que as organizações de base expressem realmente as prioridades e preocupações de seus membros.

Ainda tomando como estudo de caso a mesma organização analisada pelos autores acima citados, a Unión de Ejidos “Lázaro Cárdenas”, STEPHEN (1996), realizou um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México (*Consejo de Mujeres de la Unión de Ejidos Lázaro Cárdenas - UELC*) e no Brasil (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul - MMTR), ambas organizações, destaca a autora, surgiram de movimentos que envolviam homens e mulheres, entretanto o contexto e histórias distintas resultaram em características diferentes. No caso da organização de mulheres mexicanas, a sua criação resultou de um programa governamental para prover acesso pelas mulheres, à terra e a outros recursos e a ideologia que fundamentava os projetos dirigia-se à melhoria econômica das famílias camponesas, mas não especificamente das mulheres rurais mexicanas. Analisando a trajetória e as complexidades de ambas as organizações, a autora destaca um dos pontos fundamentais para que a organização de mulheres no Brasil seja considerado um caso bem sucedido, “a participação efetiva das comunidades locais, no nível da base, e o fato das lideranças dedicarem uma parte significativa de seus esforços organizativos na realização de discussões de base, encontros locais e campanhas em nível de pequenas comunidades” (p.55).

ESMAN & UPHOFF (1984) são, também, autores com quem dialogamos para compreender a realidade em estudo, ou, para ser mais precisa, que nos ajudaram a “enxergar problemas onde antes havia coisas

simples”. Estes autores analisaram, na sua obra “Local Organizations”, os maiores obstáculos para o estabelecimento e consolidação de organizações, particularmente daquelas atuando no meio rural pobre. Estes obstáculos devem ser combatidos em caráter prioritário e são denominados de vulnerabilidades. Dentre as cinco vulnerabilidades apontadas pelos autores, subordinação, resistência, divisão interna, ineficiência e más práticas, identificamos duas que mais se aplicam ao caso em estudo e serão usadas na apresentação e análise dos dados: ineficiência que diz respeito ao fato de que a pouca habilidade (capacidade) política, organizacional e técnica constitui uma desvantagem para as organizações locais das áreas rurais. O baixo desenvolvimento destas capacidades afeta a auto confiança do grupo e dos seus líderes que, em oposição ao conhecimento dos técnicos e assessores, é negativamente reforçado pelo grupo que passa a se sentir incapaz. A outra vulnerabilidade é denominada de más práticas e dizem respeito ao fato de que indivíduos, freqüentemente, usam as organizações para promover seus interesses (metas pessoais) violando as metas da organização e do interesse coletivo. As lideranças podem se apropriar dos recursos da organização para seu uso pessoal, da sua família, amigo ou facção. A tentação é muito grande diante da pobreza local, analisam os Autores.

Tomando como referência as abordagens dos autores supra citados, os principais conceitos e princípios que serão utilizados na análise deste estudo são: análise da trajetória histórica, autonomia, participação direta da base, formação de novas gerações de dirigentes, e gestão dos recursos comuns.

A realidade observada pelos referidos autores aproxima-se bastante da situação atual da ASMUBIP, desde o contexto político que impulsionou a sua criação, incentivada pelo governo federal, passando pelas dificuldades de desenvolver um trabalho efetivo junto às bases, dentre outros elementos que serão apresentados e analisados posteriormente. Assim, com base nas mudanças ocorridas na organização em estudo, procurando uma articulação, entre o âmbito organizativo e produtivo, optamos por analisar os fatores que contribuíram para esta situação de fragilidade atual. As questões investigadas foram definidas com base nas referências teórico-conceituais.

É preciso deixar registrado que desenvolvemos esta pesquisa em meio a diversos conflitos na nossa própria descoberta na descoberta do nosso próprio objeto, motivada, sobretudo, pela contagiante e inegável garra e coragem das mulheres articuladas em torno da ASMUBIP. Esta garra já, por inúmeras vezes, cantada em prosa e verso, refere-se à transformação das suas vidas como mulheres, ainda que motivadas pela internalização de seus papéis sociais como provedoras da família. Oxalá, este trabalho possa contribuir com o debate atual que vem se desenvolvendo junto à organização e às entidades de assessoria sobre as estratégias para obter as mudanças que visem à sua consolidação enquanto espaço legítimo de condução das lutas das mulheres trabalhadoras rurais.

1.2 Objetivos

Objetivo geral

O objetivo central deste estudo é compreender o processo de formação, evolução, consolidação e transformações por que passam determinadas organizações de trabalhadores rurais, à partir da história da ASMUBIP.

Objetivos específicos:

Os objetivos específicos são:

- (a) sistematizar a história do Movimento das Mulheres no Bico do Papagaio que engendrou a formação da ASMUBIP;
- (b) identificar e analisar os fatores que contribuíram para a situação de fragilidade atual;
- (c) identificar e analisar as principais vulnerabilidades da situação atual da organização.

Os caminhos seguidos para a realização deste estudo, que se trata de um estudo de caso, basearam-se na realização de pesquisa de abordagem qualitativa, sendo os principais instrumentos de coleta: realização de entrevistas semi-estruturadas com depoimento gravado com trabalhadoras e

trabalhadores rurais e assessores; ficha do informante, diário de campo e análise documental dos arquivos (digital e impresso) das entidades de assessoria.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: Ainda no conjunto desta introdução, serão apresentados os “Caminhos trilhados na realização da pesquisa”, evidenciando a metodologia adotada para a realização do estudo, destacando as dificuldades e facilidades para a sua realização. No capítulo seguinte, será apresentado o referencial teórico. Em seguida, buscando apresentar o leitor à região em estudo, para que compreenda as diversas nuances deste contexto, será realizada a contextualização da região do Bico do Papagaio, evidenciando a importância socioeconômica do extrativismo do Babaçu. No capítulo seguinte será apresentada a sistematização da história do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Bico do Papagaio que impulsionou à criação da ASMUBIP. Este capítulo, intitulado: “A Emergência do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio”, está subdividido em duas fases: a 1ª fase que compreende o período entre 1979 a 1992 e a segunda fase delimitada à partir da criação da ASMUBIP, 1992, até os dias atuais. Neste capítulo o leitor terá a oportunidade de conhecer esta organização de forma mais panorâmica, antes de entrar nas questões específicas deste estudo. As considerações finais serão apresentadas no quinto capítulo.

1.3. Caminhos trilhados na realização da pesquisa

A opção metodológica deste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa que, segundo HAGUETTE (1992:63), “caracteriza-se por enfatizar as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Foi utilizado, neste trabalho, o estudo de caso que é uma análise em profundidade de um contexto particular. BECKER (1997) considera esse tipo de estudo como uma peça do grande mosaico da compreensão da vida, que não tem existência isolada, mas que contribui para o entendimento do todo. Yin (1980) apud ROTHMAN (1994) analisando o estudo de caso como método de pesquisa, destaca-o como uma estratégia que busca a compreensão de fenômenos sociais complexos. Diversos

autores referem-se à importância do estudo de caso nas ciências sociais destacando a sua possibilidade de aprofundamento através da combinação de vários métodos de pesquisa como, por exemplo, ROTHMAN (1994), para quem:

Essa estratégia possui a vantagem de permitir o uso de uma variedade de métodos de coleta de dados, incluindo a observação direta ou observação participante e entrevistas semi-estruturadas, e de uma variedade de fontes de evidência: documento, artefatos, entrevistas e observações (p. 249).

Nas próximas partes deste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados evidenciando os critérios para a escolha dos/das informantes, a construção da técnica de coleta de dados e as facilidades e dificuldades para a realização da pesquisa, incluindo algumas considerações finais sobre os conflitos que experimentamos quando da realização da pesquisa em campo e da sistematização e análise dos dados.

1.3.1 A amostragem e critérios para escolha dos/das informantes

Segundo QUEIROZ (1987), em uma pesquisa, a escolha do informante provém de duas orientações: “uma decorrente do tema em pauta, a outra decorrente de se saber que determinado indivíduo possui conhecimentos importantes a respeito do tema” (pg 68). O grupo pesquisado foi composto por homens e mulheres inseridos diretamente no trabalho da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, ASMUBIP. A escolha dos informantes não se deu de forma aleatória, levando em consideração a discussão de QUEIROZ (1987). Considerando-se a diversidade de posições dos informantes na estrutura hierárquica da organização, foram elaborados, antecipadamente, os seguintes critérios para a seleção dos mesmos:

Para o **Grupo 1**, denominado de grupo dos/das trabalhadores/as rurais, na seleção dos/das informantes foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) Mulheres sócias da ASMUBIP que se filaram recentemente não estando vinculadas á diretoria da associação;
- b) mulheres sócias mais antigas, mesmo não ocupando cargo na direção atual;
- c) mulheres sócias que compõem a diretoria atual;
- d) mulheres sócias com experiência na coordenação de núcleos de base;
- e) mulheres sócias com experiência na coordenação de micro-região;
- f) mulheres sócias que participam da coordenação geral.
- g) representantes de outros movimentos de mulheres tidos como parceiros da organização em estudo: Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista do Norte, ligada ao Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), coordenado por uma sócia-fundadora e primeira diretora geral da ASMUBIP e a Associação de Mulheres de Buriti (AMB), coordenado por uma e coordenadora e sócia fundadora da ASMUBIP. Procurou-se, ainda, dentro dos critérios acima destacados, realizar entrevistas com mulheres que são quebradeiras de coco e mulheres que não são quebradeiras de coco. Além das mulheres trabalhadoras rurais, priorizou-se também no grupo 1 a realização de entrevistas com um cantineiro do projeto Babaçu e/ou responsável pelo posto de compra

Para o **Grupo 2** denominado de grupo dos assessores, foram escolhidos os seguintes sujeitos:

- a) representantes da CPT que tenham assessorado o movimento das mulheres tanto na fase inicial quanto no período posterior à criação da Associação;
- b) representante da Associação Alternativa para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-To), ONG (Organização Não Governamental) de assessoria;
- c) assessor-gerente ligado diretamente ao Projeto Babaçu que prestou assessoria direta à organização, sobretudo no que diz respeito à parte gerencial e

- d) assessoria da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros, sócia educadora da Rede Mulher de Educação.

A partir da definição dos critérios passamos a identificar o nome das pessoas a serem entrevistadas, tanto do grupo 1 quanto do grupo 2 e posteriormente fazer contatos, via telefone e e.mail, para agendar as entrevistas, após confirmação ficou assim composto cada grupo: O **grupo 1** foi composto por oito mulheres trabalhadoras rurais, sendo quatro mulheres membros da diretoria atual, três mulheres ex diretoras da ASMUBIP, uma sócia da base (que está vinculada à ASMUBIP mas não ocupa cargo na diretoria) e um ex cantineiro do projeto Babaçu. A caracterização dos informantes pode ser observada no **anexo 1**

No **grupo 2** foi entrevistado um ex gerente do Projeto Babaçu,⁶ dois membros da equipe técnica da APA-To e um assessor da CPT. A assessoria da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista não foi possível entrevistar, pois a mesma à época, havia se mudado da região do Bico do Papagaio e não foi possível localizar. A caracterização dos informantes deste grupo pode ser observada no **anexo 2**.

1.3.2 A construção da técnica de coleta de dados:

De acordo com HAGUETTE (1992:102), apesar das especificidades dos métodos não-estruturados, freqüentemente o pesquisador trabalha com mais de um método ao mesmo tempo (observação participante, entrevista, história de vida). A elaboração do roteiro das entrevistas semi-estruturadas procurou contemplar as questões definidas com base nas referências teórico-conceituais. O roteiro da entrevista semi-estruturada a ser aplicada para as mulheres (**Anexo 3**) foi organizada em torno de 2 (duas) fases: A primeira compreende a fase da emergência do movimento das mulheres até a criação da ASMUBIP, período delimitado pela pesquisadora compreendido a partir de 1979 a 1992. A segunda fase refere-se à história da organização

⁶ Quando da realização da entrevista chegou no local o outro ex gerente que participou de parte da entrevista.

das mulheres quando da fundação da ASMUBIP (1992) até os dias atuais. A entrevista com o cantineiro objetivava analisar a opinião do mesmo sobre a dinâmica interna do Projeto Babaçu e o papel de um cantineiro na estrutura que fora criada para gerir o projeto, além de ouvir sua opinião sobre a situação atual. As entrevistas com os assessores, grupo 2, (**Anexo 4**) versou menos sobre a história da organização e buscava [a] a opinião dos mesmos sobre a situação atual da ASMUBIP [b] o tipo de relação da entidade com a Associação, [c] a missão e a estratégia de intervenção da entidade, e[d] comentários sobre os três eixos de trabalho da associação: Projeto Babaçu, Projeto Mulher e Projeto Preservação Ambiental.

Como nem sempre seria possível elaborar questões específicas sobre as “vulnerabilidades” na medida em que as respostas sugeriam pistas, fazíamos perguntas adicionais para obter informações mais precisas que permitissem analisar se havia existência de uma ou mais vulnerabilidades, conforme aquelas apontadas no referencial teórico. (subordinação, resistência, divisão interna, ineficiência e más práticas) .

Já em campo, uma questão que não estava prevista no roteiro da entrevista, foi incluída: “Na sua opinião porque a associação chegou à situação de fragilidade atual”, inspirada a partir de uma conversa com uma assessora da APA-To e derivada do fato de que a situação atual da ASMUBIP desperta a curiosidade de várias pessoas ligadas aos movimentos sociais na região e se assemelha, em alguns aspectos, a outras organizações atuando também no Bico do Papagaio. Esta pergunta foi incluída no roteiro para praticamente todos os entrevistados, com exceção da sócia recém filiada que, segundo as demais trabalhadoras rurais entrevistadas, desconhece esta situação de fragilidade atual.⁷

Para complementar esta técnica (entrevista semi-estruturada) utilizamos a técnica do uso do gravador. Quase todas as entrevistas foram gravadas em fita K7, com exceção de uma em que a entrevistada não se sentiu muito à vontade com a gravação e pediu para não usar o gravador, e em outro caso, quando o estoque de fitas K-7 da pesquisadora havia esgotado. Todos aqueles que aceitaram gravar a entrevista, ao final da

⁷ Uma outra pergunta que a pesquisadora chegou a incluir mas que depois retirou, foi se a pessoa entrevistada estava feliz com o trabalho que estava fazendo, mas diante da reação da primeira entrevistada, bastante emocionada, chegando a chorar, mudamos de idéia quanto à inclusão desta pergunta no roteiro.

mesma foram convidados a ouvir a gravação, mas somente um entrevistado solicitou que pudesse ouvir a gravação. As entrevistas tiveram em torno de uma a duas horas e meia de duração.

Para um maior aproveitamento das técnicas utilizadas, após a realização das entrevistas a procurávamos, quando possível, ouvir a gravação para avaliar sobre os pontos positivos e negativos da entrevista, complementando os dados com registros do caderno de campo. Cada entrevista foi registrada em fichas separadas contendo, cada uma, um cabeçalho identificador da ficha do informante, na qual constava os seus dados pessoais como idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação atual, relação com a organização em estudo e, se membro da diretoria, qual o cargo ocupado. Outro instrumento utilizado foi o “caderno de campo” ou diário de pesquisa. Deste modo, buscando a combinação das ferramentas procurou-se, na medida do possível, registrar em fichas próprias, no decorrer da entrevista, a fala dos/das informantes e, ao mesmo tempo, registrá-las através da gravação, que, dentre outras contribuições, facilitou o nosso trabalho no momento da transcrição das narrativas.

1.3.3 A coleta de dados

A coleta de dados pautou-se nas orientações de DIEZ (2001) sobre sistematização de experiências e conforme destaca este autor.

as primeiras fontes de informação para a reconstrução de uma experiência são os arquivos institucionais: todos aqueles documentos gerados, antes, durante e depois do desenvolvimento da experiência. Eles podem consistir em projetos, informes, planejamentos, pode também ser fotografias, vídeos, recortes de jornal e outros. (p.18)

A coleta de dados para a realização da pesquisa se deu em duas fases:

A 1ª fase: Iniciou-se indiretamente como exigência das disciplinas do Mestrado em Extensão Rural, sobretudo para elaboração de *papers* e trabalho final das mesmas, que demandavam informações prévias sobre a

organização em estudo. Nesta fase, foram realizadas consultas a Internet através da busca aleatória de sites que fizessem referência a ASMUBIP ou ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Bico do Papagaio. Mantivemos, também, durante três meses, comunicação via e.mail com a primeira agente remunerada ou liberada da CPT no Bico do Papagaio a atuar na assessoria ao movimento das mulheres no período de 1991 a 1995 e que, atualmente, reside no Rio Grande do Sul. Este contato se deu, sobretudo, para obter informações iniciais sobre a história do movimento uma vez que as fontes até então utilizadas apresentavam algumas dúvidas ou mal entendidos.

Realizou-se ainda, nesta fase, consultas a livros e pesquisas que tratavam da organização em estudo, por exemplo, o livro organizado por Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA (2000) e a pesquisa realizada pela Rede Mulher de Educação e coordenada por THOMA (2001). Nesta fase participamos ainda do IV Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)⁸ ocorrido em setembro de 2001 em Imperatriz (MA) onde pudemos fazer anotações preciosas que foram relevantes para identificar questões outras e/ou para aumentar as dúvidas já existentes sobre a organização em estudo. Esta fase foi fundamental para que a pudéssemos suscitar questões ligadas a uma certa “crise de identidade” da organização em estudo; a título ilustrativo podemos fazer menção à fala de uma sócia da ASMUBIP, por ocasião da realização de um trabalho de grupo, onde se pretendia traçar o planejamento do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu nos Estados, durante a realização do IV Encontro Interestadual. “É curioso que sempre nos identificam como a organização das quebradeiras de coco babaçu e aqui, justo aqui, no encontro das quebradeiras de coco, acabo de ouvir que não somos uma organização de representação das quebradeiras de coco, o que somos então?”(sócia do núcleo de Buriti).

Também assistimos a dois vídeos produzidos pela Rede Globo de televisão sobre a ASMUBIP. Nesta fase foi de grande importância o acesso

⁸ O MIQCB tem atuação em 4 Estados (MA, PA, PI, TO) onde as mulheres se articulam em torno da elaboração de estratégias do comercialização do babaçu, formação das lideranças e intervenção na área de direito e políticas públicas

a documentos (projetos elaborados, correspondências com agências de cooperação, análise da situação financeira do Projeto Babaçu) elaborados e disponibilizados pelo assessor da CPT.

A 2ª fase: Esta fase constituiu-se da coleta de dados em campo, no período compreendido entre 14 a 31 de outubro de 2002, que consistiu da realização de entrevistas semi-estruturadas, registros do caderno de campo e análise documental a partir dos arquivos da CPT e da APA-To. Um outro momento que também pode ser inserido na 2ª fase ocorreu quando da realização da Assembléia da CPT Regional Araguaia Tocantins, ocorrida em Miracema do Tocantins entre os dias 25 a 27 de novembro/2002. A CPT estava discutindo sobre a situação das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais no regional, assessorada por Horácio Martins de Carvalho, e nos convidou para apresentar o estudo que estava sendo desenvolvido pela mesma. Nesta ocasião, que contou com a presença de três coordenadoras da ASMUBIP, foi possível também entrevistar a primeira agente religiosa da CPT a atuar na região do Bico do Papagaio que é considerada uma das incentivadoras da organização das mulheres.

1.3.4 Facilidades e dificuldades para a coleta de dados em campo:

Inicialmente houve duas tentativas de agendarmos antecipadamente com os/as entrevistados/as nossa ida a campo, mas ambas foram infrutíferas. As pessoas identificadas para serem entrevistadas estavam, naquele segundo semestre de 2002, especialmente envolvidas com as atividades político-partidárias, sobretudo as mobilizações em torno da campanha eleitoral para a escolha de deputados, governadores e presidente da república. Optamos, então, por aguardar o encerramento do primeiro turno das eleições, e nos deslocamos para a região no período de 14 a 31 de outubro de 2002.

Um dos fatores que facilitou a coleta de dados foram as duas reuniões do conselho do PROAMBIENTE, constituído em sua imensa maioria pelas

principais lideranças da região. Sem dúvida esta reunião facilitou o nosso contato com boa parte dos/das entrevistados/das. Outro fator que facilitou a coleta de dados foi o fato da ASMUBIP estar realizando naqueles dias a tradicional “Rodada Geral nos Núcleos”, que consistia em um processo onde, em tese, todas as coordenadoras faziam uma visita coletiva aos núcleos para avaliar, informar, ouvir as sócias, etc. Assim que chegamos à região, nos reunimos com 4 coordenadoras da ASMUBIP, que estavam participando da rodada geral nos núcleos, para fazer uma apresentação da nossa pesquisa destacando os objetivos da mesma. Consultamos a diretoria sobre a possibilidade de participar de uma destas reuniões nas “bases” e, ao sinal positivo, nos deslocamos para um dos núcleos onde aconteceria uma das reuniões localizado no Projeto de Assentamento Buriti município de Axixá do Tocantins.

Outro fator que facilitou a coleta de dados, através de uma nova visita ao núcleo do PA Buriti e a realização de entrevista com uma sócia recém filiada, foi o fato de que a equipe APA-To estava recebendo na região a visita de uma representante da Action-Aid ⁹ com sede no Rio de Janeiro, para negociar uma parceria de cooperação com a ONG APA-To. Fariam então com ela uma visita a alguns núcleos de apicultores que também eram núcleos da ASMUBIP. Nos deslocamos juntamente com o grupo para o referido núcleo onde pudemos conversar com uma sócia de base e uma coordenadora de núcleo que também já havia sido coordenadora de micro-região.

A princípio, a suposição de que o período eleitoral traria limites à realização da pesquisa não se confirmou, pelo contrário, trouxe algumas facilidades podendo-se destacar a possibilidade de conversar com lideranças e assessores que estavam na região devido, dentre outros motivos, às atividades junto ao Partido dos Trabalhadores. A conversa com

⁹ A ActionAid é uma agência não-governamental do Reino Unido, que trabalha em cerca de 30 países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina. Foi fundada em 1972, como uma organização não-religiosa e não-política, que apóia os setores mais marginalizados da população. A missão da ActionAid é erradicar a pobreza, através de projetos de desenvolvimento comunitário; defender mudanças nas políticas públicas em favor dos setores mais pobres e marginalizados; e, também, dar apoio em situações de emergência. Os objetivos da ActionAid Brasil incluem, entre outros: fortalecer as comunidades pobres e seus movimentos sociais para garantir uma atuação eficaz, democrática e participativa na luta por seus direitos e dar visibilidade às causas da pobreza e da desigualdade, sensibilizando e mobilizando a opinião pública na tentativa de superá-las. (www.actionaid.org.br)

o assessor da CPT, além de já ter sido agendada antecipadamente para o dia das eleições, foi facilitada pelo fato de não ser este assessor brasileiro e que, portanto, estaria “livre” de obrigações eleitorais naquele dia.

Entretanto, o que se constituiu em facilidade também trouxe dificuldades, uma vez que tivemos que nos adaptar aos horários de intervalo e encerramento dos encontros, o que, em alguns momentos, não permitiu a condições muito adequadas para a realização das entrevistas, tanto no que se refere a locais quanto a horários. Para citar alguns exemplos: duas entrevistas foram realizadas após as 23:00, uma entrevista após as 18:00 quando do encerramento de um dia que parecia ter sido bastante cansativo para a entrevistada que, recém saída de duas reuniões, ainda teria uma outra reunião à noite. Esta entrevista, realizada com a coordenadora geral da ASMUBIP foi notoriamente prejudicada e não houve possibilidades de ser concluída uma vez que a mesma, já bastante cansada, se emocionou diante de uma das perguntas e preferiu continuar a conversa em outro momento, o que não aconteceu. A entrevista com a coordenadora geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, realizada na sede da Secretaria localizada em São Miguel do Tocantins, também teve limitantes, pois a entrevista teve que ser interrompida várias vezes tanto pelo toque freqüente do telefone quanto pela solicitação de pessoas da região que queriam lhe falar e o assunto geralmente era sobre a compra de coco Babaçu.

Outro limitante deve-se ao fato de não ter sido possível termos acesso aos arquivos da ASMUBIP, as duas coordenadoras (coordenadora geral e coordenadora tesoureira) a quem solicitamos autorização, se justificaram dizendo que estavam com a agenda cheia de compromissos naqueles dias, e que o fato de estarem sem secretária não haveria quem pudesse nos acompanhar durante a realização da consulta aos arquivos. As mesmas argumentaram, também, que freqüentemente têm passado vários pesquisadores solicitando a atenção delas e dificilmente a ASMUBIP se beneficia dos resultados das pesquisas realizadas. Quanto a esta questão, convém esclarecer, que embora não tenha sido possível termos tido acesso aos arquivos da ASMUBIP, através da própria ASMUBIP, os documentos referentes à mesma foram disponibilizados a partir da análise documental

efetuada nos arquivos das entidades de assessoria (CPT e APA-To), sendo que a pesquisadora comunicou previamente às diretoras que procederia desta forma, dada à grande necessidade de ter acesso aos documentos.

Foi possível realizar quase todas as entrevistas planejadas com exceção, infelizmente, da que seria realizada com a assessora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista que também é sócia educadora da Rede Mulher de Educação. A entrevista não se concretizou por motivo de mudança da assessora para outra cidade e por não ter sido possível agendar com antecedência. Outra entrevista prevista e agendada assim que chegamos à região, mas que não aconteceu, se daria com uma sócia recém filiada que desmarcou dizendo que não saberia dizer porque se filiou a ASMUBIP. Somente um dos entrevistados não se sentiu à vontade diante da pergunta sobre divisão interna e ao respondê-la solicitou que desligasse o gravador e não publicasse a informação.

1.3.5 Conflitos vividos pela pesquisadora

a) Quando da pesquisa de campo: nesta etapa vivemos alguns dilemas entre o papel de ex-assessora e de atual pesquisadora, sobretudo devido ao clima de “confidências”, durante a realização de algumas entrevistas. O outro conflito se deu quando da primeira reunião no núcleo do PA Buriti por ocasião da rodada geral: no local da reunião havia cerca de 35 pessoas entre homens, mulheres e crianças, a pauta principal era: [a] cobrança do pagamento de anuidade e [b] informações sobre a decisão da coordenação de adiar a assembléia eletiva para julho do próximo ano, o motivo declarado para esta decisão era devido ao fato de que “a direção não estava conseguindo fechar a prestação de contas sozinha, não tinham recursos para realizar a assembléia e não encontraram ainda pessoas que quisessem assumir a direção”. Antes de entrar na discussão sobre os assuntos da pauta uma das coordenadoras perguntou quantas sócias havia naquele núcleo e que estavam presentes na reunião. Naquele grande grupo não havia uma só sócia, ou melhor, havia uma jovem de 31 anos que dizia

estar em dúvida sobre ser ou não sócia porque deu o nome na última assembléia, mas, conforme ela esclareceu “não sabia direito o porquê”. Esta nova sócia perguntou às coordenadoras: “Pra quê que serve mesmo ser sócia desta associação de mulher?” “Uma das contribuições”, respondeu uma das diretoras da Associação: “é que a declaração da ASMUBIP ajuda a receber o salário maternidade ou na aposentadoria”. Em seguida a coordenadora geral nos solicitou que ajudasse a explicar a sócia para que ela entendesse melhor. Diante desta situação, esclarecemos que preferíamos não nos manifestar e que não estávamos ali como assessora da CPT.

b) Quando da sistematização e análise dos dados: Por ocasião da sistematização dos dados experimentamos, reconhecidamente, alguns dilemas éticos com receios de divulgar os depoimentos e assim comprometer o grupo em estudo, fato este agravado pelo clima de confidências já evidenciado acima. Considerando-se este contexto optamos por preservar ao longo do texto o nome dos/das informantes.

Um importante eixo norteador na sistematização dos dados foram as abordagens de HOLLIDAY (1996) e DIEZ (2001) sobre a importância do ato de sistematizar experiências com organizações populares. Para DIEZ (2001) “o objetivo último de qualquer processo de sistematização é recuperar as experiências desenvolvidas para convertê-las em fonte de conhecimento” (p 2).

CAPITULO II



Fonte: Ailton Dias

“Para os interessados em promover transformações nos papéis das mulheres rurais, estes casos sugerem que não há uma receita única para concretizar tais mudanças a não ser o requisito de permitir que as iniciativas e a imaginação das mulheres, no nível da base informe e conformem todo o processo” (STEPHEN:1996:55).

II. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme já foi comentado na parte introdutória deste estudo, para a construção do referencial teórico, optamos pelo diálogo com um grupo de autores que têm abordado a questão da consolidação de organizações locais e regionais, no contexto da democratização rural. Estes autores, como FOX e HERNANDEZ (1989), ESMAN & UPHOFF (1984), BUNCH (1994), STEPHEN (1996) têm desenvolvido seus estudos a partir de longas pesquisas realizadas com diversas organizações camponesas atuando na Ásia, África e América Latina.

Inserindo-se no enfoque metodológico dos estudos comparativos, as abordagens de STEPHEN (1996) revelaram-se fundamentais para compreender, dentre outros, a importância do contexto histórico na definição das características organizacionais de uma dada organização, incluindo, no trabalho desta Autora, importantes análises no que se refere às questões de gênero¹⁰, embora este não tenha sido o eixo central do estudo sobre a ASMUBIP. STEPHEN (1996), conforme já comentado na parte introdutória deste estudo, apresenta e analisa duas organizações de mulheres rurais, no Brasil (o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul - MMTR) e no México (o “Consejo de Mujeres de la Unión de Ejidos Lázaro Cárdenas- UELC). Conforme destaca a Autora, “enquanto ambas

¹⁰ O conceito Gênero se refere a um sistema de papéis atribuídos a homens e mulheres e que são determinados pelo contexto social, político e econômico e não pela biologia ou pela anatomia. O termo gênero, que foi tomado emprestado da gramática, é utilizado para expressar essas relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas. (SOUZA:2003)

organizações surgiram de mobilizações que envolviam homens e mulheres, seus contextos e histórias distintas resultaram em características organizacionais, metas e estratégias significativamente diferentes”.

Conforme descreve a Autora

O MMTR é uma forte organização regional, tendo sido formada por mulheres antes envolvidas nos sindicatos de trabalhadores rurais e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), registrando atualmente uma base aproximada de 25 mil mulheres, organizadas em mais de 100 municípios daquele Estado. Apresenta uma liderança ativa de aproximadamente 500 dirigentes, tornando-o um dos mais fortes movimentos sociais regionais de mulheres do País (p.30).

O leque de demandas deste movimento evoluiu de suas reivindicações iniciais por direitos previdenciários e trabalhistas extensivos às mulheres rurais para as atuais demandas por direitos reprodutivos, violência doméstica, representação das mulheres no sistema político e direitos em geral para as mulheres.

Já a organização de mulheres mexicanas o “Consejo de Mujeres de la Unión de Ejidos Lázaro Cárdenas” (UELC), na região de Nayarit,

é uma organização muito menor, formada por aproximadamente 400 mulheres oriundas de 14 comunidades indígenas resultantes do processo de reforma agrária. A organização de mulheres no México nasceu da formação das “Unidades Agroindustriais para Mulheres” (UAIMS), uma forma de organização estimulada pelo governo federal mexicano para garantir o acesso à terra e a outros recursos em comunidades de reforma agrária conhecidas como *ejidos*.

STEPHEN (1996), ao comparar ambas as organizações, aponta algumas diferenças centrais entre elas concentrando suas análises na influência das histórias organizacionais. O contexto histórico de cada movimento, conforme destaca a Autora, é fundamental para compreender as trajetórias distintas que ambas as organizações tomaram. Tanto a organização de mulheres no Brasil quanto no México surgiram na década de 80, que foi um importante período na história política tanto do México como do Brasil. Ambos os países observaram o ressurgimento de movimentos sociais de base e significativos desafios à ordem social então vigente.

Entretanto, conforme destaca a autora “a abrangência das mudanças no Brasil formou um ambiente substantivamente diferente para o fomento de novos movimentos de mulheres do que os processos sociais que então se desenvolveram no México” (p.31) No caso do Rio Grande do Sul, analisa a Autora

como parte de suas estratégias de organização, movimentos como o MST e a CUT rural, recrutavam deliberadamente mulheres e formavam departamentos especiais e estruturas organizativas para as mesmas no interior de cada movimento (p.32).

Além disto, no Brasil, a Igreja Católica também introduziu temas mais propriamente relacionados com as mulheres, como descreve STEPHEN (1996),

a CPT organizava mulheres e jovens rurais em grupos encorajando-as a participar e discutir os temas do acesso à terra, produção e estrutura da família. O discurso da Igreja sobre a participação das mulheres nas atividades políticas e na comunidade era extremamente incisivo. No entanto a maioria das atividades propostas às mulheres inscreve-se dentro de papéis sociais definidos, não questionando as estruturas tradicionais da família sob as quais os homens são primariamente os que decidem (p.32).

A Autora cita, ainda, várias manifestações que contaram com a presença expressiva das mulheres, mas observa que “tais fatos demonstraram que as mulheres podiam ser mobilizadas pelos sindicatos e pela Igreja, mas não resultavam em projetos organizativos no plano das comunidades voltadas especificamente às reivindicações das mulheres rurais” (p.35). Dentro deste contexto, segundo analisa a Autora é que ,

algumas mulheres que alcançaram posições de liderança no MST e nos sindicatos frustraram-se com a inabilidade desses movimentos em evidenciar a importância de suas reivindicações específicas. Lhe diziam que ao aderirem às lutas dos trabalhadores rurais, isto significaria que os problemas das mulheres seriam igualmente resolvidos. Isto levou algumas mulheres a se inquietar ante o fato de que não havia qualquer espaço para discutir os temas que lhe diziam respeito e nem problematizar, dentre outros, o fato de que encontravam sérias dificuldades para participarem das reuniões em virtude das responsabilidades domésticas (p.36).

E foi assim, neste contexto, que um grupo de mulheres iniciou o debate sobre a possibilidade de formar um movimento autônomo das mulheres trabalhadoras rurais. Em 1988 formaram uma comissão provisória, com mulheres próximas da CPT, do MST e da CUT e realizaram uma série de reuniões e debates com pessoas ligadas aos movimentos sociais rurais do Estado, encontrando uma significativa resistência à formação de um movimento autônomo, inclusive alguns dos atuais dirigentes destes movimentos. Conforme destaca a Autora muitas pessoas, homens e mulheres, aliás, achavam que as mulheres deveriam “se organizar como parte dos movimentos existentes centrados em temas de classe e do mundo do trabalho”(p.36).

No entanto, o grupo que defendia um movimento autônomo, conseguiu vencer seus opositores e, em agosto de 1989, o MMTR foi criado. “A expectativa de muitos dirigentes homens era que a criação do movimento apenas serviria como um espaço de treinamento e socialização política que melhor capacitaria as mulheres para participar nos outros movimentos” (p. 36). Inicialmente o foco original do Movimento pautava-se em temas relacionados com a saúde da mulher, licença- maternidade, direitos previdenciários , reconhecimento do trabalho da mulher rural e a sua integração individual nos sindicatos e cooperativas.

No caso do Conselho de Mulheres da “Unión de Ejidos Lázaro Cárdenas” é importante deixar claro o contexto político deste país, pois, conforme analisa a Autora

em contraste com o Brasil, onde os anos 80 produziram um partido de oposição viável e com sólidos vínculos com os movimentos sociais em todo o País, no final daquela década, no México, ainda não existia um partido de esquerda opositorista com chances de consolidar-se. A UELC foi criada em 1975 e desde a sua fundação esteve sempre relacionada com o Estado, por tratar-se de uma federação de ejidos, tipo de comunidade cujo estatuto permitia acesso às terras através da lei federal de reforma agrária. Ou seja, uma estrutura essencialmente definida para vincular-se aos programas públicos e às agências estatais (p.38).

A estrutura organizacional dos ejidos, mantém a mulher subordinada juridicamente a um homem, e, semelhante ao que ocorreu com o MMTR,

“quando as mulheres começaram a pressionar para participar nas assembléias políticas e garantir voz e voto, encontraram resistência da direção da União, formada apenas por homens”(p.41). Entretanto devido ao fato da trajetória do Conselho de Mulheres desde a sua formação em 1987, refletir claros limites definidos por sua posição na estrutura legal “a agenda principal do Conselho continuava, em meados de 1991, a ser determinada pela busca de fundos para projetos de desenvolvimento local e para a integração de mulheres nos comitês de suas comunidades e na estrutura da UELC” (p.43).

No que se refere à ideologia que perpassa ambas as organizações a Autora destaca que: “a ideologia do MMTR é pautada em temas propondo uma nova compreensão que prioriza temas de gênero. As mulheres da UELC desenvolveram seus esforços organizativos em meio a quadro diferente de discursos dominantes, políticas do Estado para mulheres, assim como o comportamento de funcionários burocráticos e de muitos homens estimularam a implantar projetos que, ao final, acabavam por reforçar seus papéis sociais de esposas e mães” (p.44). No Conselho de Mulheres da UELC, “o contexto ideológico é significativamente diferente do MMTR. Como discutido anteriormente, a criação de UAIMs (Unidades Agroindustriais para Mulheres) resultou de um programa governamental para prover acesso, pelas mulheres, à terra e aos recursos. O fato é que a UELC estava subordinada ao Estado em função dos fundos que recebiam”(p.50). A ideologia que fundamentava os projetos implementados pelas UAIMs (Unidades Agroindustriais para Mulheres) dirigiam-se à “melhoria da condição econômica das famílias camponesas, mas não especificamente, das mulheres rurais mexicanas” e conforme analisa a autora “a ênfase na implantação de pequenos projetos econômicos para aumentar a disponibilidade alimentar e criar empregos derivou de iniciativas dos primeiros organizadores das UAIMs ((Unidades Agroindustriais para Mulheres) e, também, de iniciativas da Fundação Interamericana (IAF) que subsidiou diversos projetos para mulheres rurais (p.50).

No que se refere à assessoria, também fundamental para compreender as características organizacionais de uma organização, as lideranças do MMTR desenvolvem seus programas e estratégias em

consultas com ONGs informadas sobre o movimento feminista com o movimento sindical oposicionista e com representantes de outros movimentos de mulheres rurais, e

começaram a ter contatos freqüentes com outros movimentos de mulheres rurais. Através destes contatos, as dirigentes rapidamente vincularam-se a outros movimentos de mulheres e passaram a receber informações mais amplas associadas ao feminismo popular comumente divulgadas por entidades, como por exemplo, a Rede Mulher, de São Paulo (p.49).

Já as mulheres dirigentes das UAIMs (Unidades Agroindustriais para Mulheres) “organizaram seus projetos e estratégias políticas às voltas com engenheiros e burocratas homens e também se articularam estreitamente com a liderança masculina da UELC, mesmo com aqueles que sistematicamente se opuseram à existência do Conselho de Mulheres (p.51).

No que se refere à organização a Autora destaca que :

Na estrutura formal do MMTR, temas que são considerados como prioritários são discutidos nas comunidades locais, posteriormente em encontros regionais e depois em encontros estaduais, ou seja, há um processo de discussão que permeia todos os níveis da organização, o que é facilitado pelo fato de que a liderança estadual é formada por representantes de grupos regionais e locais.

A organização incomum do MMTR ressalta a diferença entre mobilização e participação. Mesmo que o Movimento seja capaz de mobilizar centenas de mulheres para eventos mais amplos a liderança dedica uma parte significativa de seus esforços organizativos na realização de discussões “de base”, encontros locais e campanhas em nível das pequenas comunidades (p.55).

STEPHEN (1996) em suas considerações finais recomenda que “para os interessados em promover transformações nos papéis das mulheres rurais, estes casos sugerem que não há uma receita única para concretizar mudanças, a não ser o requisito de permitir que as iniciativas e a imaginação das mulheres, no nível da base, informem e conformem o processo”(p.55).

Em abordagem semelhante à desta Autora, no que se refere à importância das análises em torno da origem de uma dada organização, ESMAN & UPHOFF (1984:17), destacam que para se implementar ações estratégicas visando a consolidação de uma organização é necessário

observar que quaisquer que sejam as estratégias adotadas para viabilizar um processo de desenvolvimento rural com verdadeiras instituições atuando, deve-se procurar refletir sobre elementos externos e internos às organizações em si, tais como: investimentos públicos, políticas governamentais, tecnologias apropriadas e instituições efetivas. Entretanto, destacam os Autores, os elementos mais estritamente voltados para o aspecto interno às instituições são quase sempre negligenciados ou relegados a segundo plano (ESMAN & UPHOFF, 1984: 137).

Esta reflexão aproxima-se da perspectiva deste estudo na medida em que se pretendeu compreender quais os elementos, internos ou externos, que na sua combinação, contribuíram para a situação de fragilidade atual de uma organização de âmbito regional. ESMAN & UPHOFF (1984) observam que inicialmente deve-se procurar compreender o que levou ao surgimento de uma dada organização, o que provocou a sua iniciação, sendo este elemento fundamental na elaboração de estratégias para a sua consolidação. Os autores sugerem, com isto, que se tenha clareza de quem foi a iniciativa para a construção da organização: do próprio grupo, do governo, de agências de cooperação, de ONGs, etc. É este elemento, segundo os autores supra citados, quem vai interferir pesadamente nos rumos que a organização irá tomar.

A participação efetiva das bases também é destacada nos estudos de FOX & HERNANDEZ (1989), pautando-se na obra de Michels (1915) quando examinou o desempenho e falhas de organizações políticas e sindicatos estabelecidos na Europa na virada do século passado, que se tornou conhecido como “A lei de ferro da Oligarquia”, refletindo sobre a subordinação de uma organização aos seus líderes. O referido estudo de Robert Michels é a principal base de análise do artigo dos referidos autores, quando analisam uma organização camponesa mexicana de âmbito regional, a Unión de Ejidos “Lázaro Cárdenas” (UELC). Ao pautar-se na célebre obra de Robert Michels, os autores chamam a atenção para o fato de que, em muitos casos, “a relação entre a direção e a base de uma organização popular passa por uma série de movimentos pendulares, aproximando-se e afastando-se alternativamente da democracia” (p 8). Conforme contextualizam os autores, o objetivo deste estudo com a UELC

foi de compreender, então, como a democracia derrota a oligarquia em determinados momentos da história de uma organização e não em outros, para que esta “lei” absoluta possa ser transformada em tendência forte, longe de ser invencível.

Conforme analisam FOX & HERNANDEZ (1989), “a maioria dos dirigentes das organizações populares tendem a pôr seus interesses na frente daqueles a quem pretendem representar” (p. 8). Neste sentido, analisam os Autores, o que leva a democracia a vencer a oligarquia é a participação direta e contínua da base, sendo esta participação da base de vital importância para que se evite práticas personalistas e clientelistas e, sobretudo, para que o princípio democrático seja mantido e assim os dirigentes a representem autenticamente.

Para FOX & HERNANDEZ (1989), as organizações de abrangência regional são consideradas como “atores-chaves” do processo de desenvolvimento e são vitais para o processo de democratização. Chamam a atenção, ainda, para o fato de que

na medida em que uma organização regional passa a ser formada por um grande número de comunidades, vai se tornando mais complexa e é praticamente impossível governá-la exclusivamente a partir da democracia direta no nível de comunidade sendo necessário instâncias intermediárias de decisão que priorizem a participação direta da base (p. 10).

Entretanto, segundo os autores, estas instâncias intermediárias não se referem especificamente a eventos ou a intervenções estruturadas, mas a “processos e espaços estruturados ou não estruturados onde pessoas distintas dos dirigentes formais podem exercer certo grau de poder nas organizações populares grandes” (p.9).

Os autores analisaram o que consideram uma “dimensão-chave” do processo de tomada de decisões em uma organização: a prestação de contas e tomada de decisões coletivamente, tomando-os como “imprescindíveis para que as organizações de base expressem realmente as prioridades dos seus membros” (p.9). O sentido aqui de “prestação de contas”, enfatizam os autores, deve ser aperfeiçoado e ampliado, pois ele não diz respeito somente à prestação de contas no sentido financeiro, mas

“tem a ver com a capacidade dos membros de controlar efetivamente as ações dos dirigentes”(p. 9).

Segundo os autores há quatro pré-condições para que as instâncias intermediárias transformem-se em elemento real promotor da “prestação de contas” por parte dos dirigentes:

a existência de “espaços livres” autônomos no nível local; a construção de canais de informação verticais e horizontais eficazes; a participação ativa dos membros do grupo nas tomadas de decisões e na supervisão de um projeto; e descentralização da direção, mediante a habilitação de novos quadros e possibilidades de que dirigentes e projetos diferentes se alternem e concorram pela gerência da organização(p.9).

Mas a implementação destas condições não ocorre de forma autoritária e nem se constrói da noite para o dia. Requerem, por outro lado, pré-condições específicas tais como: real condição de que os membros na base decidam o que o grupo deveria fazer e como fazê-lo, através, por exemplo, de um planejamento participativo e da avaliação contínua do que fora realizado, o que impede, na prática, que a direção tome decisões sem consultar a base. Elemento essencial para desencadear este processo é a autonomia do grupo.

Para FOX & HERNANDEZ (1989): “a autonomia de uma organização popular diz respeito à sua capacidade de fixar objetivos e à possibilidade de tomar as próprias decisões livre de ingerências externas, seja de governos, partidos políticos, grupos religiosos ou instituições de desenvolvimento” (p. 9). No entanto, os autores alertam que esta autonomia é relativa, pois neste contexto pode se transformar em “uma faca de dois gumes”, na medida em que os dirigentes podem também agir à margem de qualquer controle e se transformarem em entes autônomos com mais facilidade para agir por conta própria. Outro elemento considerado pelos autores como de vital importância para garantir a democratização de uma organização abrangente como uma de cunho regional é a “descentralização e revezamento do poder por meio da formação de novas gerações de dirigentes na comunidade” (p. 10).

A formação de novas gerações de lideranças é enfatizada também por ORMAN (1989) como fundamental para o desenvolvimento das organizações de base. ORMAN (1989) chama a atenção para o fato de que

na fase inicial de um movimento ou organização, os líderes possuem uma tendência a adotar um estilo mais personalizado de liderança quase sempre mais carismáticos, dinâmicos e capazes de despertar o entusiasmo do grupo. No entanto, à medida que a organização vai se consolidando e se tornando mais complexa, o perfil da liderança necessária tende a mudar. Como destaca o autor: “a experiência ensinou que projetos bem sucedidos exigem níveis diferentes de liderança, dependendo do grau de crescimento organizacional do beneficiário” (p.3). Conforme destaca ORMAN (1989) a liderança carismática e personalizada é essencial nas fases iniciais de formação de um grupo, mas freqüentemente, quando este grupo está consolidado, ou consolidando-se, torna-se importante uma mudança no estilo de liderança capaz de intervir com vigor e conhecimento neste novo contexto.

Conforme analisa Orman, algumas organizações se sentem numa espécie de encruzilhada porque, quase sempre, a transição para um novo estilo de liderança implica em mudanças de líderes. A combinação de características de um líder carismático com um líder do tipo gerencial nem sempre é possível de se encontrar; às vezes requer formação contínua e sistemática, contemplando os novos desafios e habilidades requeridas neste novo contexto. Portanto, esperar que novos líderes surjam com as habilidades necessárias pode pôr em risco o futuro da organização, isto requer formação e capacitação específicas.

BUNCH (1994), que também é um autor referência para este estudo, em seu trabalho apoiado pela organização “Vizinhos Mundiais” (World Neighbors)¹¹, analisa que vivemos uma fase bastante propensa à “institucionalização” de diversas organizações no meio rural. Bunch propõe algumas reflexões na perspectiva de que haja a preocupação de se criar instituições efetivas e que estas fujam da intenção de possuir somente um “esqueleto” e busquem a “carne e o sangue” de uma instituição.

O que o autor está denominando como “carne e sangue” é o senso de pertencimento, a identidade com a organização, e até atributos morais, que garantem a confiança mútua. Os membros devem confiar uns nos outros,

¹¹ Vizinhos Mundiais é uma ONG internacional com sede nos Estados Unidos que financia projetos com o objetivo de ajudar as pessoas a produzirem mais alimentos, melhoraram sua saúde, planejarem suas famílias e a melhorar sua qualidade de vida.

saber tomar decisões em grupo, fazer e receber críticas construtivas, lidar com dinheiro com competência e ética, e etc.

Bunch, chama a atenção para o fato de que a instituição deve ser criada fundamentalmente pela necessidade do grupo e não de uma agência de desenvolvimento, e que as estratégias de sobrevivência advenham com mais força do próprio grupo. Como diz o autor: “se não houver uma necessidade claramente sentida, não se deve fundar instituição alguma” (p.193), pois, caso contrário, quando faltar subsídio a organização morre.

A estrutura administrativa da organização, enfatiza Bunch, deve procurar aproximar-se o máximo possível da realidade do grupo. Na gestão dos recursos financeiros, Bunch chama a atenção para o fato que deve ser levado em conta a capacidade de administração que os agricultores podem oferecer, procurando enquadrá-la, o máximo possível, nos padrões sociais locais, pois: “caso uma instituição seja complicada demais para ser administrada por líderes da comunidade, ela irá por água abaixo assim que as pessoas de fora forem embora”(p.194).

As idéias de Bunch convergem com as idéias de Fox e Hernandez sobre a participação ativa dos membros do grupo no processo de tomada de decisões. As idéias deste conjunto de autores enfatizam, de forma contundente, que para que uma instituição realmente se consolide, é imprescindível a participação dos agricultores e agricultores “da base”, e que estejam motivados, que tenham entusiasmo pela organização e pelos programas desenvolvidos pela mesma. Bunch se refere ao entusiasmo como “a força motriz” (pg 18) que é o que vai garantir a participação efetiva das pessoas.

Bunch analisa que para garantir a participação da população é preciso evitar o paternalismo caracterizado pelo autor tanto como o “*fazer para*” quanto o “*doar para*”. Este autor considera o primeiro tipo de paternalismo, fazer para, mais sutil e, portanto, pode ser mais generalizado do que o segundo e fazer tanto estrago quanto o outro e, por causa da sua sutileza, os prejuízos são menos reconhecidos, pois:

no momento em que deixam de haver pessoas de fora para fazer viagens para a cidade, fazer a contabilidade, tomar decisões,

pagar as contas, manter as pessoas trabalhando juntas, ou resolver problemas, o trabalho termina tão abruptamente quanto no momento em que terminam as doações (p 17).

Para Bunch, a frase ‘por favor, não dá para nos dar isto ou aquilo?’ se transforma na igualmente obsequiosa frase ‘por favor, não dá pra fazer isto ou aquilo pra gente?’ e isto gera um sentimento de dependência e ignorância por parte de quem pede. Conforme Bunch chama a atenção: “as doações podem ter o efeito de cegar as pessoas para a necessidade de resolver seus próprios problemas” (pg 15) e utiliza-se da conhecida metáfora: “você acaba dando tantos peixes que as pessoas perdem o interesse em aprender a pescar”. Bunch enfatiza que paternalismo é fazer *qualquer* coisa que as pessoas poderiam fazer por conta própria, até mesmo cursos para motivação, sensibilização, animação ou conscientização que geralmente ajudam a população a evitar o paternalismo, podem ser uma forma de paternalismo (p. 18).

Em síntese, Bunch destaca que para fugir do paternalismo é preciso incentivar o entusiasmo e a participação, o que na sua concepção, só será possível se os agricultores e agricultoras definirem as ações da organização, ou seja: ter autonomia para construir o planejamento, que deve ter flexibilidade para se adequar aos ajustes que forem necessários. Esta preocupação com o planejamento, destaca Bunch, quase sempre é negligenciada ou minimizada pelo corre-corre do dia a dia e conforme enfatiza “a participação dos agricultores no processo de planejamento é o que garante que eles sintam que a organização é sua” (p. 51). Além disto, para Bunch, caso os agricultores tenham contribuído para a construção do planejamento eles vão se sentir comprometidos com a busca de bons resultados, sendo que:

esta participação dos agricultores é o que vai ajudar a combater as suspeitas que por ventura pairam sobre o programa e fazer com que os habitantes locais percebam a complexidade do trabalho realizado pela organização, mas se os planos já estiverem rigidamente definidos, antes do envolvimento da população, não haverá espaço para sua participação. Ou eles não vão fazer planejamento algum ou o planejamento que eles fizerem será meramente decorativo, apenas uma arrumação de detalhes (p. 50-51)

A abordagem apresentada até aqui enfatiza aspectos fundamentais para a consolidação de uma organização, não sendo possível minimizar o fato de que as possibilidades dos agricultores e agricultoras avançarem em seus interesses coletivos dependem do sucesso e consolidação da organização que lhes representam.

ESMAN & UPHOFF (1984) analisaram na sua obra “Local Organizations” os maiores obstáculos para o estabelecimento de organizações particularmente daquelas atuando no meio rural pobre. Estes obstáculos que devem ser combatidos em caráter prioritário são denominados de vulnerabilidades e podem ser agrupadas, segundo os autores, em cinco categorias: resistência, subordinação, divisão interna, ineficiência e más práticas”(p.181).Estas vulnerabilidades são como um catálogo de obstáculos com os quais as organizações se deparam.

Os autores, no desenvolvimento da sua pesquisa, chamam a atenção, para o fato de que há uma relação inversa entre o número de problemas que uma organização registra e a maneira correta e honesta de atacá-los, ou seja: o não registro de problemas ligados à má administração interna pode ser um indicativo de como a organização lida com os problemas. Os autores, para a realização da pesquisa, estavam cientes de que as organizações nem sempre disponibilizariam relatórios e registros.

Retomando a discussão dos autores em torno das vulnerabilidades, nos deteremos em duas categorias por avaliar que as mesmas mais se aplicam ao caso em estudo e serão usadas na apresentação e análise dos dados, são elas: ineficiência e más práticas.

Ineficiência diz respeito ao fato de que a pouca habilidade (capacidade) política, organizacional e técnica constitui uma desvantagem para as organizações locais das áreas rurais. O baixo desenvolvimento destas capacidades afeta a auto confiança do grupo e dos seus líderes. Governos podem contribuir para a ineficiência por meio de requerimentos burocráticos, operações difíceis para líderes e membros de organizações, elaboração de relatórios complexos. Os limitados recursos (conhecimentos, habilidades) em oposição aos técnicos oficiais e sua falta de confiança é negativamente são reforçados pelo grupo que passa a se sentir incapaz.

Más práticas dizem respeito ao fato de que indivíduos freqüentemente usam as organizações para promover seus interesses (metas pessoais) violando as metas da organização e do interesse coletivo. As lideranças podem se apropriar dos recursos da organização para seu uso pessoal, da sua família, amigo ou facção. A prática da corrupção não é incomum, no entanto, a corrupção recorrente desacredita a organização, destrói a moral dos membros e resulta em fracasso. A prática da corrupção não se restringe aos líderes das organizações a tentação de embolsar os fundos da organização é grande, especialmente se estes fundos são originários de governos ou doadores externos. A tentação é muito grande diante da pobreza local. Para superar as más práticas e o comportamento oportunista é necessária a existência de sanções e controle social aplicado a todo o grupo, ou seja: punição ou imposição de penalidades, para quem se aproveita dos recursos indevidamente.

Tomando como referência as abordagens dos autores supra citados, os principais conceitos e princípios que serão utilizados na análise deste estudo são: análise da trajetória histórica, autonomia, participação direta da base, formação de novas gerações de dirigentes, e gestão dos recursos comuns.

CAPÍTULO III



Fonte: Divani F. Souza

“Hei não derrube esta palmeira
Hei não devore os palmeirais
Tu já sabes que não pode derrubar
Precisamos preservar as riquezas naturais.”
(Chote da quebradeira de coco. Autor: João Abelha)

III. CONHECENDO A REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Neste capítulo procuramos contextualizar a região do Bico do Papagaio tendo como base de dados os estudos sobre a história dos conflitos agrários ocorridos na região do Bico do Papagaio. Para a construção da seção referente à sócio- economia da região, nos baseamos nas seguintes fontes: [i] dados disponibilizados pelo SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Tocantins) 1997; [ii] dados da pesquisa realizada pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) através do CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), contratada pela SEPLAN para inventariar a região do Bico do Papagaio gerando o documento “inventário Sócio - Econômico da Região do Bico do Papagaio” (2001). Os dados referentes ao extrativismo do Babaçu basearam-se na pesquisa realizada pelo RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins) (1999), órgão estadual de Assistência técnica do Tocantins, e na pesquisa intitulada “levantamento preliminar de dados da economia do Babaçu” realizada pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) através do GERUR (Grupo de Estudos Rurais e urbanos da UFMA) coordenado pelo professor Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA (2000). Os demais dados fazem parte do conjunto de dados desta pesquisa.

3.1 O Bico do Papagaio na história do Brasil

A região do “Bico do Papagaio” é conhecida na história recente do Brasil, principalmente em função da ocorrência e repressão do movimento guerrilheiro ocorrido entre 1971 e 1975, conhecido como Guerrilha do Araguaia. Nas décadas de 70 e 80 a região tornou-se emblemática das lutas agrárias devido aos conflitos pela terra envolvendo *posseiros*¹⁴ de um lado e *grileiros*¹⁵ e fazendeiros de outro. Os conflitos foram causados, sobretudo, pelas políticas governamentais de incentivos fiscais para a Amazônia o que, dentre outros fatores, provocou a intensificação de ocupação da região norte e conseqüentemente do extremo norte do Estado do Goiás, hoje extremo norte do Estado do Tocantins, caracterizada pelo fortalecimento dos fluxos migratórios que para ali convergiam (SEPÚLVEDA, 1990).

A implantação da BR 153 (Belém-Brasília), concluída em 1974, foi um dos fatores que alterou profundamente a ocupação da região do Bico do Papagaio e, conseqüentemente, a vida dos moradores, intensificando os conflitos pela terra uma vez que passaram a ser apropriadas, não só as áreas localizadas ao longo das estradas, mas também as terras ocupadas pelos antigos moradores, pois os *grileiros* reivindicavam a posse das mesmas na expectativa de futuros benefícios. Dez anos depois da inauguração da Belém-Brasília, ocorrida em 1974, a Rodovia Transamazônica (BR 230) cortou o Bico do Papagaio no sentido sudeste noroeste e, conforme análise do CEDEPLAR (2001), a Belém-Brasília gerou grandes impactos enquanto a Transamazônica equivaleu a uma estrada local sem maior importância.

¹⁴ Segundo MARTINS(1986:103): “No Brasil, o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário é classificado como ocupante de terra, nos censos oficiais ou como posseiro, na linguagem comum.”

¹⁵ Segundo MARTINS(1986:103): “grileiro é o homem que se assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela e através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários.

3.1.1 O Bico do Papagaio no extremo norte tocantinense

Conforme já destacado, no capítulo introdutório, a área a que se refere como Bico do Papagaio está localizada no extremo norte do Estado do Tocantins. O Estado do Tocantins, criado a 05/10/1988 como um desmembramento do norte do Estado do Goiás, é caracterizado por uma grande diversidade cultural; nele, ao mesmo tempo, convivem remanescentes dos povos indígenas que ocupavam originariamente o território, a população tradicional oriunda de processos migratórios ocorridos nos séculos XVIII e XIX, decorrentes principalmente do ciclo da mineração (vindos do norte e sudeste), migrantes vindos do nordeste pelo processo de expansão da pecuária e migrantes que ocuparam a região na fase de entradas e bandeiras, (vindos principalmente de São Paulo) e, mais recentemente, conforme analisa LE BRETON (2000) os migrantes continuam a chegar buscando no Estado do Tocantins uma esperança de sobrevivência.

A criação do Tocantins levou a um ordenamento político do Estado, com a criação de novos municípios. À época da criação do Estado do Tocantins, segundo ALCHIERI (1998), nove municípios compunham a micro região do Bico do Papagaio: Ananás, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Itaguatins, Nazaré, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis. Após o desmembramento do Estado em 1988, o governo tocantinense criou o Sistema Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, SEPLAN, que, após realizar zoneamento ecológico-econômico, compartimentou o Estado do Tocantins em 11 zonas. De lá pra cá houve uma rápida proliferação de municípios na região, ocorrendo um intenso processo de urbanização. Segundo o CEDEPLAR (2001) entre 1991 e 2000, o Tocantins passou de 79 para 139 municípios. O Bico do Papagaio passou de 16 municípios em 1991 para 37 municípios em 2000. Atualmente diversas estradas estão sendo asfaltadas pelo governo estadual no âmbito do programa de gerenciamento da malha rodoviária do Tocantins que conta com o apoio do Banco Mundial e do Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBC). A malha rodoviária do Bico do Papagaio é a mais densa do Estado, superando até mesmo a malha na área central da capital, Palmas.

A situação geográfica do Bico do Papagaio é tida como privilegiada uma vez que a maioria das cidades se ligam a dois grandes centros comerciais: Imperatriz no Estado Maranhão e Marabá no Estado do Pará. Estas cidades, localizadas nos dois Estados vizinhos, se constituem nos principais pólos urbanos para o extremo norte do Tocantins; Porto Franco e Estreito também são centros urbanos significativos que limitam-se com municípios da região do Bico do Papagaio.



Fonte: www.seplan.to.gov.br

3.2. Indicadores Socioeconômicos e ação do Estado no Bico do Papagaio

A região do Bico do Papagaio representa uma grande importância econômica regional sendo a mais povoada do Estado, onde se localizam segundo o CEDEPLAR (2001), 29.8% da população do Estado em 2000. Parte dos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia e Cachoeirinha é

habitada por um grupo indígena: Apinayé, que representa uma população de aproximadamente 900 habitantes.

A situação dos municípios da referida região, segundo o CEDEPLAR (2001) é de bastante fragilidade do ponto de vista da infra-estrutura e serviços básicos como saúde, saneamento, habitação.

3.2.1. Serviços de saúde

No tocante aos serviços de saúde há postos de saúde e consultórios médicos em todos os municípios. No entanto, a política de descentralização atribui responsabilidades fora do alcance de alguns municípios pequenos e novos sem infra-estrutura, capacidade financeira, recursos humanos e experiência administrativa. Segundo o SEPLAN (1997) nas cidades pólo, Tocantinópolis, Araguatins e Augustinópolis, estão concentrados os hospitais com uma quantidade maior de leitos, sendo, neste aspecto, o município de Augustinópolis considerado a referência, por nele se concentrar quantidade maior de número de leitos e médicos. Entretanto, a região não dispõe de infra-estrutura adequada para a realização dos serviços de saúde, tendo a população que recorrer ao município de Araguaína, Imperatriz do Maranhão e estados vizinhos. A região é considerada, ainda, a mais carente em termos de saúde e a população tem convivido com doenças como malária, hanseníase e desnutrição.

No município de Tocantinópolis estão centralizados todos os órgãos governamentais que atuam na região, um pólo da Universidade do Tocantins, que está sendo federalizada, um pólo do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário com atuação específica nos assentamentos de reforma agrária. Na região há uma escola Agrotécnica Federal, localizada no município de Araguatins onde também se localiza a Unidade Avançada do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a sede regional do serviço estadual de Assistência Técnica, RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins).

3.2.2 Níveis de escolaridade

A região do Bico do Papagaio apresenta os maiores índices de analfabetismo do Estado do Tocantins. Em 2000 a região apresentou percentual de 68,18% de alfabetizados implicando numa população de analfabetos superior a 30% da população. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET:1998) o índice de analfabetismo entre a população adulta chega a 68% entre as trabalhadoras rurais na região do Bico do Papagaio. As condições de moradia também são precárias, em sua maioria construídas de taipa e palha sendo estas condições ainda piores na zona rural, mas este quadro tem sido modificado com a criação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

3.2.3 A Pobreza no Bico do Papagaio

Se os indicadores sociais do Tocantins demonstram um quadro de pobreza da população, no caso do Bico do Papagaio estes indicadores são ainda mais alarmantes sendo que ali se encontram os nove municípios mais pobres do Estado. O **Quadro 01** apresenta alguns indicadores sociais da região a partir de uma amostragem feita pelo SEPLAN em 12 dos 22 municípios do Estado no ano de 1997.

Quadro 1 - Índices de Pobreza no Bico do Papagaio*

Município	% de chefes de família com até 1 SM	Taxa de Analfab. 15 anos e mais	% de Domicílio Urbano c/ abast. de água inadequado	Índice de pobreza
Sampaio	86,4	60,3	78,2	91,22
Praia Norte	64,9	54,5	98,8	84,84
Axixá do Tocantins	74,9	54,8	86,0	84,60
São Sebastião	62,3	56,4	95,4	83,54
Buriti do Tocantins	75,8	48,2	91,5	82,36
Sítio Novo do Tocantins	70,5	42,3	94,6	75,54
Araguatins	72,8	42,3	77,9	70,57
Nazaré	74,8	39,2	80,9	70,48
Itaguatins/São Miguel do Tocantins	69,5	45,0	70,1	67,66
Ananás	63,9	39,9	79,6	65,02
Augustinópolis	59,6	42,3	66,0	58,91
Tocantinópolis	62,4	38,6	38,7	45,85
TOCANTINS	52,4	31,4	53,6	41,82

Fonte: SEPLAN/DPI/TO (*) Índices calculados a partir de metodologia proposta pela UNICEF no projeto Municípios Brasileiros: Crianças e suas Condições de Sobrevivência

Este perfil de precariedade revelado nos indicadores sócio-econômicos do Bico do Papagaio, são fundamentais para compreender o contexto onde a organização em estudo está inserida. Este contexto, dentre outros efeitos, reproduz políticas compensatórias, assistencialismo que, dentre outros efeitos, podem coibir o processo de organização da sociedade civil.

3.2.4 A Reforma Agrária e os Assentados

A questão fundiária na região colocou-se de forma violenta desde a década de 70. Os assentamentos mais antigos datam de 1987, A intensificação da Reforma Agrária no país, após 1995, quando o governo federal colocou como meta assentar 280 mil famílias no período de quatro anos, teve a sua repercussão na região que atualmente possui a maior concentração de assentamentos rurais da Amazônia e uma das maiores no Brasil (CEDEPLAR: 2001). A região possuía em 2001 um total de 98

(noventa e oito) Projetos de Assentamentos, atendendo 7. 514 famílias, sendo o município de Araguatins, com 18 projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, o município mais favorecido pela Reforma Agrária em toda a região atendendo 1.371 famílias.

Os recursos de investimentos em infra-estrutura de habitação e escola permitem que, em média, os assentados morem em habitações de boa qualidade e a escolaridade dos jovens seja consideravelmente maior do que a de seus pais. Entretanto, persiste um baixíssimo quadro de poder aquisitivo na região.

A maioria dos assentados que recebem créditos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), instrumento importante de financiamento dos assentados o utiliza para a compra do gado que tem um lado simbólico “o sonho de ter um gado” e o lado prático, pois os assentamentos foram construídos em áreas cobertas por pastos, algumas sem viabilidade agrícola. Portanto é mais prático e mais fácil criar o gado. Além do mais o gado constitui uma fonte de segurança nos estágios iniciais do assentamento. Há, ainda grande carência de assistência técnica na região.

Segundo o CEDEPLAR (2001), com relação aos créditos, o programa de reforma agrária tem sido apontado como o mais importante para a região do Bico do Papagaio; entretanto a fragilidade financeira dos assentados, sua baixa capacidade produtiva e conseqüente pequena contribuição aos cofres públicos, acrescidos das demandas crescentes colocadas às prefeituras municipais, fazem com que alguns prefeitos reclamem pelo fato de seus municípios terem sido escolhidos para os projetos de Reforma Agrária.

3.2.5 Programas governamentais

A integração econômica e regional do eixo Araguaia-Tocantins está inserido no âmbito dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) que visa identificar oportunidades de investimentos públicos e privados que promovam o desenvolvimento econômico e social. No eixo Araguaia Tocantins estão previstos investimentos de US\$ 18 bilhões entre

2000 e 2007. A taxa anual de crescimento prevista é mais que o dobro da previsão para o Brasil. O Bico do Papagaio situa-se justamente no ponto em que o eixo dobra ao leste para seguir a estrada de ferro Carajás a São Luiz.

Há grandes projetos de investimentos na cultura de soja e de outros grãos na pauta de discussões da região, como o Projeto Sampaio, que pressiona no sentido da implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins. Mas há clara mobilização dos movimentos sociais e pequenos produtores no sentido de evitar a entrada dos produtores de soja. Os estimados impactos negativos têm impedido a continuação deste empreendimento.

As principais obras do setor de transporte que atingem o Bico do Papagaio são a ferrovia norte-sul, a ferrovia ligando Xambioá (TO) a Estreito (MA), a hidrovia Araguaia Tocantins, um canal para transposição das corredeiras de Santa Isabel e a restauração da BR 226 entre Wanderlândia e Estreito. Na área de energia está sendo implementada a usina hidrelétrica de Serra Quebrada, localizada no município de Itaguatins.

No âmbito da promoção social, destaca-se na região o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) que funciona em diversos municípios do Bico do Papagaio mediante parcerias com o projeto Alvorada e o Programa de Eliminação do Trabalho Infantil (PETI) em municípios de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Recentemente, em 2001, o PRONAGER incorporou na região novos programas de geração de renda chamados “renda nas mãos” e “Ame sua cidade”.

3.2.6 Atores sociais

3.2.6.1 Órgãos governamentais

O INCRA é o principal órgão executor das políticas de Reforma Agrária, sendo que no âmbito estadual esta função é de competência do ITERTINS (Instituto de Terras do Tocantins). O Projeto Lumiar, implementado no Estado do Tocantins em agosto de 1997 foi gerido pelo INCRA e executado por uma Cooperativa de prestação de serviços,

COOPTER, aliada ao movimento sindical. O objetivo do Projeto Lumiar era implantar um serviço descentralizado de assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária do Governo Federal. Suas diretrizes defendiam o respeito à autonomia dos assentamentos, a busca do desenvolvimento sustentável e do estabelecimento de parcerias com ONGs, Universidades, Instituições de Pesquisa, etc. O projeto Lumiar denominado no Tocantins de Coopter-Lumiar, instalou no Bico do Papagaio quatro equipes nos seguintes municípios: Sítio Novo, Buriti, Araguatins e Ananás. Em 2000 o Projeto Lumiar foi suspenso pelo governo federal e, desde julho de 2003, as equipes estão sendo novamente reestruturadas. O NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins) tem por objetivo básico a educação e a fiscalização ambiental. O RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins) é vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e seu objetivo principal é a prestação de assistência técnica e agropecuária. O ITERTINS (Instituto de Terras do Estado do Tocantins) criado em outubro de 1999 é o órgão executor da política fundiária no Estado; dentro de suas prerrogativas estão a liberação de terras públicas e devolutas, e o reconhecimento de posses legítimas. Segundo o CEDEPLAR, muitos são os conflitos reais e potenciais entre os diversos órgãos acima descritos, que muitas vezes mantém relações conflituosas e pouco construtivas com os assentados (p 231).

3.2.6.2 Organização social e política

A igreja católica teve papel importante na organização social e política da população, através da Comissão Pastoral da Terra, CPT. Atualmente as organizações sociais representativas está estruturada em termos de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e ONGs. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) está presente na região através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET). O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não tem forte expressão na região concentrando sua atuação na micro região de Araguaína região onde concentram-se os maiores casos de

conflitos pela posse da terra. As inúmeras associações, embora em fase embrionária, constituem-se como interlocutores legítimos junto aos órgãos públicos. As organizações sindicais mais atuantes são a FETAET e os STRs. No nível associativo as organizações mais atuantes são: ASMUBIP (Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio), a AMB (Associação de Mulheres de Buriti), ARPA (Associação Regional de Pequenos Agricultores do Bico do Papagaio) ABIPA (Associação de Apicultores do Bico do Papagaio), APA-To, (Associação Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins). Atuam também na região a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista, ligada ao Conselho Nacional dos Seringueiros, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) e o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), além do Movimento pela Preservação dos Rios Araguaia-Tocantins (MPTA).

A cooperação técnica internacional também está presente na região através de Projetos Demonstrativos nível A (PDA), o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7) o *Department for International Development* (DFID) do Reino Unido e a Visão Mundial. Conforme evidencia o CEDEPLAR (2001) também atua na região uma vertente de atuação ambiental, o Programa Amazônia Solidária, gerenciado pela Coordenadoria de Extrativismo da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que repassa recursos a fundo perdido para produtores extrativistas, atuando da mesma forma o CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais) e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O associativismo é bastante disseminado na região, tanto nos assentamentos quanto nos povoados, destacando-se nestes, a existência de diversas pequenas associações e núcleos de mulheres. Há que se destacar, ainda, a articulação do associativismo com os CMDRS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural).

3.3 Aspectos Econômicos

O Bico do Papagaio representa uma grande importância econômica regional e neste aspecto caracteriza-se pela forte dependência da agropecuária e da existência de pequenas unidades de produção familiar. Na maioria absoluta dos municípios desta micro-região ocorre o predomínio numérico de estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares. A produção familiar das pequenas propriedades em geral caracteriza-se pela produção de subsistência como milho, arroz, feijão e leite.

3.3.1 A atividade Pecuária

Conforme foi dito anteriormente, a característica marcante da região é a atividade agropecuária, desenvolvida tanto nas grandes e pequenas propriedades quanto nos Projetos de Assentamentos (PAs), de Reforma Agrária. Neste sentido, a título de exemplo, é pertinente destacar o estudo e avaliação do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) elaborado por SANTOS (2000) à partir de diagnósticos participativos realizados pela Coopter Lumiar (1998) em quatro assentamentos rurais do município de Araguatins, onde concentra-se o maior número de assentamentos da região. O estudo evidencia que 87% dos investimentos de PROCERA naqueles assentamentos foram destinados para a atividade pecuária bovina de corte. Na opinião de Santos (2000), isto se dá, dentre outros motivos, devido ao fato de que:

os Projetos de Assentamento foram implantados em áreas já totalmente cobertas pela pastagem(...) assim, a pecuária se apresenta como uma opção racional, já que a maioria dos lotes dispõe de pastos em abundância. O gado entra no sistema de produção camponesa como uma espécie de poupança (p. 41).

É comum, na região, se promover a derrubada de palmeiras para a constituição do pasto. Entretanto MAY (1993), analisando as tensões entre o gado e o babaçu, demonstrou empiricamente que o manejo de palmeiras nativas sobre pastos permite um aumento significativo na produtividade das

palmeiras, como também aumenta o ganho de peso do gado devido à sombra e ao material orgânico devolvido para a fertilidade do pasto. MAY (1993) analisa que a estratégia do manejo traria benefícios mútuos tanto para o gado quanto para a palmeira de Babaçu, uma vez que o gado usufrui da sombra da palmeira e a palmeira absorve os nutrientes contidos no esterco do gado.

Os impactos sociais das atividades agropecuárias empresariais dizem respeito aos conflitos de terra entre grandes e pequenos produtores e à exclusão de extrativistas de Babaçu. Conforme analisa o CEDEPLAR (2001), a luta histórica pela reforma agrária gerou e tem gerado uma polarização entre esses atores. Em termos ambientais, as atividades agropecuárias têm impactos muito significativos sobre a diversidade, transformando a paisagem, provocando o desmatamento a erosão e o assoreamento dos rios. Os pequenos agricultores enfrentam o desafio de recuperar as áreas de pasto degradado recebidas nos assentamentos. No que se refere à questão ambiental, segundo a primeira edição do Atlas do Tocantins produzida pelo SEPLAN (1997), no ano de 1997, não havia nenhuma unidade de conservação no Bico do Papagaio. Na edição de 2001 aparecem três áreas no Estado, mas o Bico do Papagaio é a região do Tocantins que menos áreas protegidas tem, com exceção de uma reserva indígena de Apinayé, localizada no município de Tocantinópolis.

3.3.2 O Extrativismo do Babaçu

Além da agricultura e da pecuária, a atividade extrativa expressiva na região é o babaçu, abundante em várias áreas, e o mesmo vêm se ampliando em função do antropismo, porque o desmatamento e as queimadas estimulam a dispersão do babaçu. Foram criadas reservas extrativistas na região, mas não foram efetivadas¹⁶

¹⁶ Segundo ALMEIDA (2000) as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. As reservas extrativistas são criadas sob a responsabilidade do IBAMA e do CNPT, órgão vinculado ao IBAMA. Alguns dias antes da abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), segundo ALMEIDA, o presidente Fernando Collor, num verdadeiro lance de marketing ecológico, decreta a criação de cinco reservas extrativistas, quatro delas de prevalência da atividade extrativa do babaçu, sendo duas localizadas no Bico do Papagaio (Sampaio e Augustinópolis), que tiveram seus decretos de criação caducados em 1994 (p.52).

Um dos problemas da comercialização do Babaçu refere-se à concorrência do óleo de Palma africano e asiático, bem como aos custos de produção elevados, decorrentes da dispersão espacial da matéria prima e da intensidade do trabalho. Segundo o CEDEPLAR (2001), em 2001, havia um número total de 2.223 estabelecimentos no Bico do Papagaio que tinham como atividade principal o extrativismo do babaçu, que é a segunda atividade mais predominante. O extrativismo do Babaçu constitui a principal atividade de 24,4% dos estabelecimentos rurais do Bico do Papagaio. A participação das mulheres e das crianças menores de 14 anos no montante de pessoas ocupadas na agricultura é de 49,9% no total da mão de obra ocupada na agricultura no Bico do Papagaio. As mulheres que quebram o coco babaçu são chamadas de “quebradeiras de coco babaçu”, que se utilizam de práticas tradicionais de baixo nível tecnológico, com o uso de ferramentas manuais e rudimentares para a quebra do coco. A quebra do coco exige determinadas posturas corporais que, para os valores culturais presentes entre os trabalhadores e trabalhadoras, são próprios das mulheres e não dos homens.¹⁷ Para extrair a amêndoa, as mulheres utilizam um machado com a lâmina virada para cima mantendo-o firme entre as pernas, enquanto com uma das mãos colocam o coco sobre a lâmina e vão dando pancadas com um pedaço de pau, até que o coco seja partido e suas amêndoas liberadas. A figura abaixo ilustra a atividade da quebra do coco Babaçu

¹⁷ Sobre a questão do corpo na atividade extrativista e suas representações, ver a Dissertação de Mestrado de Lucimeire Amorim Castro (2001).



Fonte: Divani F. Souza

3.3.2.1 Características do Babaçu

O Babaçu é uma palmeira da qual tudo se aproveita. MAY (1993) se refere à mesma como o “fruto milagroso”. Na região do Bico do Papagaio é bastante comum, em meio às organizações populares, ouvir a população (jovens, crianças, mulheres e homens) cantarolando uma canção, uma espécie de louvação ao Babaçu, onde se retrata, de forma poética, as suas inúmeras possibilidades de utilização. Esta canção, intitulada “Xote da quebradeira de coco, foi escrita pelo apicultor, sindicalista, poeta e compositor João Filho, mais conhecido como João Abelha. Utilizamos o refrão como epígrafe na parte introdutória deste capítulo e a versão integral da letra desta canção, encontra-se no **anexo 5** .

As folhas da palmeira são usadas na construção das paredes e na cobertura das habitações, além de servirem para a confecção de artesanatos e utensílios domésticos como cestos e abanos. Dos seus frutos são extraídos, por exemplo, o óleo que além de ser comestível é empregado na fabricação de sabão. A torta é usada na alimentação do gado, a casca do

coco é transformada em carvão de excelente qualidade, que é utilizado em fogões domésticos ou em indústrias siderúrgicas. Quando a planta atinge a maturidade e cai seu tronco é usado como adubo.

Contudo, conforme destaca CARVALHO (2001), o principal emprego do Babaçu é a produção do óleo extraído das amêndoas, sendo que, “a importância econômica e social do Babaçu está relacionada com as características do fruto e suas partes” (p 17). FRAZÃO (1987), descreve que “o fruto do Babaçu é uma matéria prima a partir da qual podem ser produzidos 64 sub produtos, sendo os mais importantes: óleo, tortas (rações), carvão metalúrgico, celulose, betumes, alcatrão tipo TR (asfalto), desinfetantes, fenóis e hidrocarbonetos.” É cientificamente comprovado o valor nutricional dos seus componentes como a farinha do mesocarpo do babaçu (camada farinácea de cor amarelada que contém amido e carboidratos, além de fibras, sais minerais e açúcar) utilizada como complemento alimentar, para fazer bolos, mingaus (tendo sido recomendado tanto pela medicina alternativa quanto pela indústria farmacêutica com eficaz contra inflamações estomacais). Utiliza-se também o palmito como alimento BEZERRA (2000).

Segundo pesquisa da RURALTINS (1999), realizada em parceria com a ASMUBIP, tudo o que se produzir de **mesocarpo** tem mercado garantido, mesmo no mercado regional, especialmente prefeituras, para merenda escolar. O potencial de consumo é bem maior do que o que está sendo produzido e custa hoje cerca de **R\$6,00** (US\$2,07) o quilo do mesocarpo.¹⁸

O quilo da amêndoa, quando da realização desta pesquisa, variava entre R\$ 0,40 e **R\$ 0,50** (US\$0,17). As mulheres mais experientes podem quebrar em média 10 kg por dia, o que perfaz uma renda de no máximo R\$ 5,00/dia ou aproximadamente R\$ **120,00/mês**,(US\$ 41,38) para 24 dias trabalhados. Segundo o RURALTINS (1999), há mercado comprador para toda a amêndoa que for ofertada. O **óleo** de Babaçu é utilizado pelas indústrias de cosméticos, para fabricação de shampoo, sabão, sabonetes, batons, hidratantes e também é utilizado pela indústria de alimento na fabricação de margarina e óleo de cozinha. O quilo do óleo praticado em

¹⁸ Os valores em reais foram convertidos em dólar , considerando a cotação de 15 de fevereiro de 2004 R\$ 2,90 o dólar.

São Miguel do Tocantins custa em média **R\$ 1,50** (US\$ 0,52). O **sabonete artesanal** confeccionado à partir do óleo de Babaçu tem grande aceitação no mercado internacional, sobretudo pela indústria cosmética da França e Estados Unidos e o preço de mercado é **R\$ 0,50**.(US\$0,17)

A **torta** do Babaçu, que é a sobra da prensagem da amêndoa, é utilizada como ração animal para bovinos, suínos e peixes e também possui, segundo a Ruraltins, amplo potencial de consumo no mercado regional, custa R\$ **0,19** (US\$0,07) o quilo. O **carvão** do coco babaçu, considerado de excelente qualidade e bem aceito internacionalmente como substituto do carvão derivado do desmatamento das florestas, possui diversos compradores em potencial: diversas indústrias e siderúrgicas e etc. Conforme destaca o PRONATURA (s/d):

embora as famílias rurais usem o carvão derivado das cascas do babaçu há séculos, apenas recentemente este carvão foi reconhecido como uma potencial fonte sustentável de combustível para a indústria. O coco Babaçu é atrativo para a produção de carvão porque seu potencial calórico é estimado em 27% superior ao do carvão de madeira, devido ao mais alto conteúdo de carbono fixo (pg 5).

O preço médio do carvão praticado em São Miguel do Tocantins é de **R\$ 3,00** (US\$ 1,03) para 20kg. O **artesanato** do Babaçu, também possui mercado garantido, sendo as peças mais procuradas, abano, anel, botões, brincos, chapéu, cestos, colar, porta caneta, pulseiras, roupas de praia, etc,segundo o sr. Cristino, artesão no Bico do Papagaio que considera o artesanato a atividade mais rentável do Babaçu. O mercado em potencial são as feiras de artesanato de MG, DF, MA e TO e os preços das peças variam entre **R\$2,00** (US\$ 0,69) e **R\$15,00** (US\$ 5,17)

3.3.2.2 Comercialização e Beneficiamento do Babaçu

Segundo ALMEIDA (2000), na comercialização do Babaçu o fator ainda marcante é a presença do capital comercial sob formas diversas; não há cooperativas e nem indústrias de porte nessa fase de circulação. Na região do Bico do Papagaio a presença do atravessador é característica

marcante na comercialização do Babaçu, que revende diretamente para a indústria TOBASA, Tocantins Babaçu Sociedade Anônima, uma empresa de direito privado e de capital aberto, incentivada pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. A TOBASA foi fundada em 1968, com os objetivos iniciais de beneficiar amêndoas de babaçu por processo tradicional de prensagem termo-mecânica, para produção de óleo e de resíduo proteico (torta). O complexo fabril da Tobasa está localizado no distrito industrial da cidade de Tocantinópolis. Outra opção dos atravessadores é comercializar as amêndoas com as indústrias e siderúrgicas localizadas no Maranhão e Pará. Segundo o CEDEPLAR (2001), as siderúrgicas de ferro gusa instaladas em áreas próximas, (Açailândia no Estado do Maranhão e Marabá no Estado do Pará) demandam carvão vegetal e o babaçu surge como uma alternativa energética para a siderurgia. A TOBASA está deixando a produção de óleo de babaçu, por não conseguir manter-se na concorrência, para fazer carvão ativado e sabonete. A TOBASA é a única indústria existente na região e, segundo o CEDEPLAR (2001), provoca pouco ou nenhum impacto social e ambiental no Bico do Papagaio. Entretanto as indústrias localizadas em áreas vizinhas poderão prejudicar a fonte de renda das quebradeiras pela procura do Babaçu apenas para fins energéticos.

Em São Miguel do Tocantins, localizada a 12 km de Imperatriz do Maranhão, há ainda duas pequenas unidades de comercialização e beneficiamento do Babaçu ambas administradas por quebradeiras de coco: a ASMUBIP, sobre a qual retomaremos posteriormente, e a Associação de um assentamento, o CASB (Clube Agrícola Sete Barracas). No ano de 1998 foi implementado neste assentamento, pela Universidade do Tocantins um núcleo de pesquisa, pertencente ao campus de Paraíso do Tocantins, intitulado “Projeto de Produção Sustentável de Energia Elétrica em Zona Rural” financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Segundo ALMEIDA (2000), o projeto construiu “bancadas” para a quebra do coco, constituída por bancos longos com machados de tamanhos diferenciados fixados em uma mesa retangular, montadas em um galpão anexo ao prédio onde está instalada a infra

estrutura da usina. As pessoas que trabalham na prensa recebem diárias, não possuindo vínculo empregatício com o núcleo da Unitins.

Em várias regiões de ocorrência de Babaçuais, pode-se observar o fenômeno de utilização de estratégias das indústrias para a instalação de máquinas para a transformação do coco integral do Babaçu, através da carbonização em carvão vegetal. Para citar um exemplo, o artigo de Motta (2001) publicado no web site da Gazeta Mercantil, intitulada “Coco babaçu aparece como alternativa de geração de energia”, dá destaque a uma destas iniciativas. Conforme destaca o artigo:

o racionamento energético no País tem estimulado o desenvolvimento de outras alternativas de geração de energia. Uma dessas propostas está sendo empreendida em Miracema do Tocantins e prevê o aproveitamento integral do coco babaçu como fonte de energia renovável.

A matéria destaca que estudos realizados, dentre outros, pela Universidade de São Paulo, têm comprovado a excelente qualidade do carvão do coco Babaçu, e a rentabilidade da sua utilização pelas indústrias siderúrgicas. Ou seja: o coco babaçu inteiro aparece como principal alternativa de geração de energia. Uma estratégia, nestes casos. seria a contratação de coletores do coco, passando os executores desta atividade a serem chamados de “catadeiras” ou “catadores”. ALMEIDA (2000) enfatiza que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB, recusa estas iniciativas e considera o termo catadeiras como pejorativo.

3.3.2.3 A Divisão Social do Trabalho do Extrativismo do Babaçu

O extrativismo do Babaçu é atividade complementar à agricultura e, embora as mulheres se constituam como peça chave neste processo, é possível identificar uma divisão social do trabalho com o envolvimento de toda a família (homem, mulher e crianças). Ela é realizada respeitando-se o período de safra e entressafra. Segundo ALMEIDA (2000)

no período de safra, o coco cai em cachos ou individualmente das palmeiras e as mulheres o recolhem para, em seguida, transportá-lo até o povoado. Na safra as mulheres trabalham mais intensamente entre agosto e novembro, pois com o início das chuvas, torna-se mais difícil o acesso às áreas de coleta, além de iniciarem o plantio, etapa que exige o trabalho feminino (p 134).

Na figura abaixo pode ser observado um momento de quebra coletiva do coco Babaçu.



Fonte: Divani F. Souza

Essas etapas de trabalho variam de região para região. No Bico do Papagaio, segundo entrevista realizada com a coordenadora tesoureira, o período de entressafra compreende os meses de dezembro a março quando, então, a família dedica-se à roça (produção de mandioca e transformação em farinha, arroz, feijão e milho). No período da quebra intensiva, denominado de safra, (maio a novembro) toda a família participa da atividade extrativa que se inicia quando o coco começa a cair o que demanda o ajuntamento e transporte do coco. Posteriormente inicia-se a quebra intensiva, a produção de carvão e a produção do óleo, todas estas etapas envolvendo os homens, mulheres e filhos. Os homens contribuem no transporte das amêndoas do babaçual até o local próximo à casa, onde realiza-se a quebra, e também produzem o carvão. A extração do óleo, através da “pilagem das amêndoas”, e a quebra do coco são realizadas mais freqüentemente pelas mulheres. No período da entressafra toda a família está envolvida com a roça e o pasto.

Isto posto, torna-se fundamental uma análise sobre os interesses divergentes em torno do Babaçu. Segundo ALMEIDA (2000) as “novas estratégias empresariais” querem discutir a economia do Babaçu, sobretudo,

através do seu uso como carvão nas usinas de ferro-gusa da região de Carajás (PA). Segundo o autor supra citado isto pode ser observado através do Projeto BRA/96/025- SUDAM/PNUD, intitulado: “Viabilidade da Utilização do carvão de coco Babaçu como alternativa energética para o parque guseiro da região de Carajás”. Neste projeto, analisado pela pesquisadora, destaca-se o atrativo internacional do coco Babaçu para a produção de carvão (...) sua integridade estrutural e o formato do coco permite uma maior velocidade na redução do minério de ferro na coluna do alto forno, uma variável crítica de custo” (PRONATURA: s/d.p.5). Para facilitar o transporte e a produção descentralizada do carvão do coco Babaçu, segundo o projeto supra citado,

os membros das associações trazem os cocos em jacás [cesto para conduzir cargas às costas de animais] sobre mulas, até a margem da estrada mais próxima, onde são depositados em grandes sacos (*big bags*) cada um cabendo aproximadamente 750 kg de coco. Os sacos são içados, através de guindaste, para caminhões e transportados para uma bateria centralizada de fornos de aço portáteis, onde a fruta passa diretamente do saco para o forno, para o carvoejamento. (p.6)

Esta descrição é coerente com a pesquisa realizada pela Autora¹⁹, onde evidencia que parte considerável das pesquisas desenvolvidas sobre o Babaçu, enfocam a excelente qualidade do carvão para fornos de indústrias siderúrgicas, seguida do interesse da sua utilização como variedades selecionadas para o reflorestamento (SOUZA:2001).

De fato, conforme destaca ALMEIDA (2000), além dos interesses de transformação integral do coco Babaçu em carvão, em termos de Agenda científica o Babaçu tem aparecido também no elenco de variedades selecionadas em laboratório por especialistas para medidas de reflorestamento. Há ainda interesses crescentes das empresas de papel e celulose formada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).Entretanto, o desmatamento de áreas de Babaçual se intensifica com os desmatamentos. Ainda segundo ALMEIDA (2000), os maiores imóveis rurais do Pará e do Maranhão encontram-se sob controle dos pecuaristas, empresários do centro sul e do exterior. Estes interesses, ecológicos e empresariais,

¹⁹ Pesquisa realizada no âmbito da disciplina Geração de Tecnologia, do Mestrado em Extensão Rural/UFV, no Web site do CNPq à partir do sistema prossiga (SOUZA:2001).

freqüentemente têm gerado tensões e conflitos, uma vez que estas iniciativas não valorizam nem contemplam o extrativismo e as relações sociais que o perpassam.

CAPITULO IV



Fonte: Arquivo CPT

“Todos se debruçam sobre o passado,
para reafirmá-lo ou para libertar-se dele;
para compreender as raízes do presente ou exorcizá-las.
Essa é a estrada na qual se descortinam as possibilidades do futuro”.

(Otávio Ianni)

IV. A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO BICO DO PAPAGAIO

4.1 Antecedentes históricos

Quando solicitamos à atual Coordenadora Geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Norte (62 anos, quebradeira de coco Babaçu, sócia fundadora da ASMUBIP vindo a tornar-se 1^a coordenadora geral) que desse o seu depoimento sobre a origem do movimento das mulheres trabalhadoras rurais no Bico do Papagaio, a mesma contou que:

foi logo em 1986, quando mataram o padre Josimo nós tivemos a oportunidade e a possibilidade de sair andando pelo mundo, denunciando, cobrando nossos direitos da gente em Brasília. Foi através disto aí que a gente começou a ver as outras mulheres organizadas, as mulheres urbanas, as mulheres da cidade que estavam se organizando. Foi por aí que a gente começou a aprender a organização (Entrevista concedida a autora em 22/10/2002)

Entretanto, como destacam as demais entrevistadas, a origem do movimento remonta à origem do movimento de homens e mulheres trabalhadoras rurais, no final dos anos 70 e início dos anos 80, no auge dos conflitos agrários quando a região ainda fazia parte do Estado do Goiás. Por uma ação de resistência espontânea, homens e mulheres, chamados de

posseiros, se envolveram na luta pela sobrevivência, permanência na terra e acesso aos recursos naturais.

O motivo dos vários conflitos ocorridos na região estava relacionado às grilagens de terras e ao cercamento de áreas de Babaçu, o que colocava as mulheres no centro dos conflitos, uma vez que, segundo as mesmas, elas eram as principais interessadas em ter livre acesso às áreas de ocorrência do Babaçual.

Naquele contexto, conforme depoimento de uma freira francesa, a primeira agente de pastoral a deslocar-se para o Bico do Papagaio para apoiar os posseiros em nome da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a pedido do bispo D. Pedro Casaldáliga, a CPT começou a fazer o trabalho através de reuniões com os homens. Algumas poucas mulheres participavam das reuniões, “pois o machismo era muito forte” enfatiza a agente de pastoral. Quando as irmãs, agentes religiosas da CPT, perguntavam pelas mulheres, os homens respondiam que elas tinham que ficar em casa, cuidando dos filhos, fazendo o almoço.

Naquela época, esclarece a agente de pastoral, que era enfermeira na prelazia de São Félix do Araguaia no Mato Grosso, os problemas da luta pela terra eram muitos e os posseiros procuravam a casa das irmãs em busca de um advogado que lhes desse apoio. Com a grilagem das terras, o acesso ao Babaçual também era um problema central e enfatiza que “neste aspecto as mulheres eram as mais interessadas. Logo, a CPT percebeu que este era um caminho estratégico para se chegar até as mulheres uma vez que este era um tema que dizia respeito a elas, mas também à segurança alimentar das famílias” (Entrevista 25/11/2002).

Esta descrição é compatível com as observações de STEPHEN (1996) com relação à atuação da Igreja Católica, Partidos políticos, organizações de classe, junto aos movimentos sociais no Rio Grande do Sul, sobretudo no que diz respeito à mobilização de mulheres para participar no movimento sindical, à partir de temas que estivessem mais próximos às suas demandas.

Esta entrevistada enfatiza que foi preciso aguardar cerca de quatro anos para conseguir iniciar um trabalho de formação só com as mulheres, discutindo os problemas do Babaçu e da saúde da mulher, uma vez que elas

eram completamente desconhecedoras do seu corpo. Na opinião desta agente de pastoral, foi através desta formação que as mulheres começaram a ter coragem de falar, de expressar, de desabafar. Elas não falavam e, para a entrevistada, esta era uma característica marcante das mulheres da região. A estratégia da CPT naquela época, enfatiza a agente de pastoral, “não era criar grupos de mulheres, mas incentivar a sua participação na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais”.

Naquele contexto de violência ocorreram vários casos de repressão contra os agentes de pastoral, trabalhadores e trabalhadoras, tendo havido inclusive, em 1979, o seqüestro de um agente da CPT, Nicola Arpone no município de Wanderlândia, e no ano seguinte, 1980, forte repressão policial aos municípios de Axixá, Itaguatins, Sítio Novo e São Sebastião do Tocantins. Também no ano de 1980 ocorreu a Operação Limpeza no povoado de Sumaúma, município de Sítio Novo.

Uma outra quebradeira de coco, expressiva liderança do movimento de mulheres trabalhadoras rurais na região que veio a tornar-se membro da primeira diretoria da ASMUBIP como coordenadora secretária, atualmente secretária de Política Agrícola da FETAET, esclarece que a primeira idéia de realizar um trabalho só com as mulheres surgiu em 1982 como fruto de um encontro promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) quando doze pessoas da direção do Partido em Goiânia foram até a região para promover uma reunião só com as mulheres. Segundo a dirigente da FETAET, “eles falavam não só do Partido, mas também do sindicato incentivando as mulheres a participarem dos mesmos”. Na opinião desta entrevistada foi isto o que aconteceu: as mulheres foram se aproximando do sindicato e lá mesmo, na reunião junto com os homens colocavam, seus pontos de pauta. O babaçu era o ponto central da pauta das “mulheres”.

O exemplo mais marcante ocorreu no assentamento Sete Barracas, conhecido pelo nome da Associação, CASB (Clube Agrícola Sete Barracas), localizado no município de São Miguel do Tocantins e que se tornou lendário pelos episódios de resistência, coragem e “esperteza” das famílias no enfrentamento à grilagem de terras e do cercamento da área de coleta do Babaçu (FERRAZ: 1987).

Os moradores do Assentamento Sete Barracas chegaram no povoado no ano de 1952 vindos do Maranhão e, no final da década de 70, os grileiros chegaram ao local se dizendo donos. Com a resistência das famílias iniciou-se o conflito e os “novos donos”, puseram fogo nos barracos e nas palmeiras de Babaçu na tentativa de intimidar os moradores e expulsá-los. Conforme D. Raimunda Gomes, assentada no assentamento Sete Barracas, naquele contexto, as famílias fugiram para o mato e passaram fome durante uma semana.

Sobre o processo de resistência das famílias, FERRAZ (1987), analisando o surgimento do Assentamento Sete Barracas, relata uma passagem reveladora em que nesta comunidade:

quando se atingiu a maior penúria, duas mulheres, em desespero, decidem enfrentar os jagunços. Munidas de um cofo [balaio] a tiracolo e um machado, varam a cerca para apanhar o coco Babaçu. No dia seguinte, o exemplo é seguido por mais 6 mulheres (p. 131).

No ano de 1986 a fazenda Pontal, onde se localiza o povoado Sete Barracas, foi desapropriada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e transformada em Assentamento de Reforma Agrária. As famílias assentadas (40 famílias) optaram por manter o nome Sete Barracas em memória ao fato de que os primeiros moradores, quando chegaram no local, construíram sete barracos de palha. O assentamento tornou-se bastante conhecido pela opção das famílias em manter a propriedade coletiva na sua organização.

A atual coordenadora geral da ASMUBIP, quebradeira de coco, 57 anos, 3ª série primária, assentada no assentamento Sete Barracas, recorda-se que este episódio popularizado por Ferraz, ocorreu no ano de 1985 e enfatiza que, naquele contexto, o Babaçu, elemento forte de identidade das mulheres quebradeiras e objeto simbólico da resistência, para os fazendeiros, não passava de um fruto “miserável” por sua capacidade extrema de germinação, resistindo inclusive ao fogo e neste sentido o ódio pelo babaçu era muito grande.

Este contexto, segundo a primeira agente não religiosa a atuar na CPT do Bico do Papagaio, no período de 1989 a 1992, especialmente no

trabalho de organização das mulheres, pode ser considerado a semente da organização. Pois as mulheres procuravam se encontrar, se juntar em pequenos grupos para a coleta e quebra do coco, pois havia a necessidade da ajuda mútua para protegerem-se dos “novos donos da terra” e se sentirem mais fortes. Conforme enfatiza “o que houve foi uma iniciativa espontânea que começou a partir da identidade reconhecida entre elas, como quebradeiras de coco Babaçu” (comentário pessoal via e.mail, julho de 2002).

Pelo exposto, percebe-se que não há consenso sobre o nascimento da ASMUBIP como uma organização de *quebradeira de coco*. Principalmente entre a assessoria e as mulheres trabalhadoras rurais, pois, como será possível observar mais adiante, nem as próprias sócias que são quebradeiras de coco aceitam a identificação da organização como tal, uma vez que a mesma procura abranger a diversidade da categoria trabalhadora rural, articulando-as em toda a região do Bico do Papagaio.

Na época, 1979, quando iniciou seu trabalho na região, a CPT tentava responder a uma situação emergencial: era grande a violência praticada contra os posseiros. Além disso: “a urgência definia a priorização das tarefas” que tinham por finalidade: “presença junto aos lavradores na busca de meios para resistir, organizar-se e divulgar os dados da violência a nível nacional e internacional” (CPT:1995:1).

Quem marcou profundamente a história da CPT na região e dos Movimentos Sociais que ali se gestaram, foi o **Padre Josimo Moraes Tavares**, ou o padre-povo como se refere a Josimo, o bispo D. Pedro Casaldáliga²⁰. Josimo era natural da região (município de Xambioá) e, após concluir os estudos no Seminário de Tocantinópolis, complementou a sua formação no Seminário Franciscano de Petrópolis. Entre seus professores estava Leonardo Boff, um dos principais teóricos da Teologia da Libertação. Josimo assume, em 1983, a paróquia de um município no Bico do Papagaio, São Sebastião, junta-se à equipe da CPT, da qual torna-se coordenador regional em 1985.

²⁰ “Josimo, um padre-povo” In: ALDIGHERI, Mário. Josimo, a terra, a vida (1993:11).

Ele teve uma atuação bastante incomum para os padres daquela região: assumiu com fervor a defesa dos posseiros, dos índios, apoiava a luta das mulheres pelo acesso aos Babaçuais, tomou como bandeira a denúncia da violência, incentivou a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores na região. Provavelmente devido a este fato é que o povo confundia a CPT com o PT. LE BRETON (2000) cita em seu livro sobre a vida do Padre Josimo, o depoimento do Padre Miguel sobre ele, com quem trabalhou na paróquia de São Sebastião:

Uma das coisas interessantes que Josimo fez foi trabalhar com grupos de mulheres. Mulheres estão mais abertas a mudanças do que homens. São elas que tem que colocar o alimento na mesa, freqüentemente é a mulher que mantém a família, quebrando o coco babaçu (...) Josimo sabia que era importante trabalhar com as mulheres. É o melhor investimento que podemos ter, as mulheres são inteligentes (p 65).

Na opinião do padre Miguel, em depoimento a Le Breton, foi justamente a opção pelos pobres e miseráveis o que rendeu a Josimo muitos inimigos pois, ao mesmo tempo em que apoiava e incentivava a criação de Sindicatos, incentivava, também, as mulheres a se organizarem e defender a vida e as palmeiras de Babaçu.

A atual coordenadora tesoureira da ASMUBIP (sendo este o seu terceiro mandato consecutivo) 49 anos, 2º grau completo, ocupando atualmente o cargo de diretora tesoureira da FETAET, destaca que um importante marco do movimento de mulheres trabalhadoras rurais na luta pelo acesso ao Babaçual, ocorreu quando, no período de 1984 a 1986, a produção de amêndoas teve uma queda muito grande no Bico do Papagaio. Este período também é considerado como a fase de aumento do número de casos de violência, expulsão dos posseiros e derrubadas de palmeiras praticados pelos grileiros. O impacto destes fatos sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais foi notório. A CPT e o movimento sindical tomaram, então, a iniciativa de elaborar um questionário e realizar uma pesquisa na região fazendo um levantamento do número de famílias que viviam do extrativismo do Babaçu e a situação em que se encontravam naquele

momento. A pesquisa foi realizada pela Coordenação Sindical²¹ com o apoio da CPT. O resultado deste levantamento foi lido durante ato público em lançamento da “Campanha Nacional pela Reforma Agrária”, que ocorreu em junho de 1984 na cidade de Augustinópolis e reuniu cerca de 5 mil pessoas. Esta manifestação de protesto contra a violência e contra a derrubada das palmeiras deixou os fazendeiros exaltados.

No ano seguinte, 1985, houve um curso bíblico no município de Tocantinópolis, promovido pela CPT e destacado pelas lideranças como um momento expressivo e marcante para a formação dos sindicatos da região. Do encontro, que teve a duração de 10 dias, participaram homens e mulheres e seu objetivo era fazer formação de lideranças a partir do estudo da bíblia. Este foi um encontro regional envolvendo toda a diocese. Na opinião de uma das entrevistadas, quebradeira de coco, 31 anos, 3ª série primária, atualmente agente voluntária, semi liberada pela CPT para atuar na região do Bico do Papagaio, depois deste curso as lideranças se sentiram mais confiantes para fundar os outros Sindicatos de Trabalhadores Rurais, STRs. Esta agente da CPT, que também é uma das principais lideranças do movimento de mulheres, recorda-se como se realizou este curso: “todas as comunidades enviaram duas ou três pessoas, as paróquias e a CPT apoiaram a realização deste curso assumindo as despesas com alimentação e transporte”. Neste mesmo ano, 1985, os sindicatos criados receberam várias cartilhas da Campanha Nacional de mulheres da ANMTR (Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais) e discutiam as cartilhas na Igreja.

Com o advento da abertura democrática no início da década de 80, e com o fim da censura, foi possível divulgar com mais ênfase os atos de violência. Assim, as denúncias aumentaram cada vez mais. A própria CPT, desde 1981, publica o relatório anual de ocorrências de conflitos de terra, trabalhistas e outros do campo, com uma breve análise da situação.

²¹ **Coordenação Sindical** foi criada em 1981 para ser um Fórum de socialização das informações sobre casos de violências na região e articuladora da criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Os STRs continuaram a manter a periodicidade de encontros da coordenação sindical (bimestralmente) mas no ano de 1998 a Coordenação deixou de existir.

Os denunciante das violências passaram a ser alvos e vítimas desta mesma violência. Vários foram processados, presos e assassinados. O exemplo mais marcante ocorreu com o próprio padre Josimo, que já vinha sofrendo ameaças e havia escapado de um atentado em 15 de abril de 1986, quando o Toyota que dirigia foi atingido por 5 tiros. Em 10 de maio do mesmo ano, aos 33 anos de idade, o Padre Povo foi assassinado pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, a mando de fazendeiros da região, enquanto subia as escadas do prédio que dava acesso ao escritório da CPT em Imperatriz do Maranhão. No mesmo dia é fundada em Imperatriz a União Democrática Ruralista (UDR) pelos fazendeiros da região.

A morte de Josimo teve repercussão nacional e internacional e conforme destaca FERRAZ (1998):

Várias instituições ligadas aos Movimentos Sociais e aos Direitos Humanos se mobilizam no país e no exterior exigindo do governo solução para o problema da terra através de um programa definitivo de Reforma Agrária (p.132)

Sobre a repercussão da morte violenta do padre Josimo, PEREIRA (1990) lembra que, "O próprio Papa, em audiência que aconteceu com o presidente Sarney no Vaticano, teria feito referência a ela. Em público João Paulo II fez clara alusão à necessidade da Reforma Agrária no Brasil." (p.187)

Como uma forma de denunciar e dar maior visibilidade ao assassinato do padre Josimo, a CPT convidou uma quebradeira de coco da região, (liderança carismática e expressiva que posteriormente veio a tornar-se a primeira coordenadora geral da ASMUBIP) para viajar pelo Brasil e também por alguns países para denunciar o assassinato do Padre Josimo e as injustiças que o padre combatia. Inicia-se, assim, um novo momento para o movimento de mulheres.

4.1.1 A emergência do movimento de mulheres

As viagens desta liderança, que atualmente é Coordenadora Geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, além de permitir que

ela denunciasse o assassinato do padre Josimo, os atos de violência praticados contra os posseiros e a extrema miséria econômica da população no Bico do Papagaio, permitiu também que a mesma mantivesse contatos com outros movimentos de mulheres, ampliando, assim, sua experiência de organização. A mesma recorda-se emocionada que “quando vi pela primeira vez na vida quinhentas mulheres reunidas [viagem a São Paulo em 1987] eu me admirei e criei gosto das mulheres daqui do Bico se organizar por causa do Babaçu.”

Naquele contexto a sua “agenda” ficou muito movimentada e ela mesma faz uma breve descrição em entrevista a uma revista feminina que a denominou como “feminista do sertão”:

O primeiro lugar que eu fui os exteriores foi o Canadá, em 1987, para falar com mulheres sindicalistas. Depois fui para a França para dar depoimentos de direitos humanos. [fui para] os Estados Unidos, China, Japão” (Marie Claire, 1997:36).

Ao retornar à região, a mesma se juntava às outras companheiras para incentivar o grupo de mulheres a se organizar para defender e conquistar seus direitos. Segundo esclarece, os recursos financeiros para a realização deste trabalho inicial de organização das mulheres foram inicialmente provenientes da CPT. Mais tarde, a partir de 1991, é que os assessores/agentes passaram a elaborar projetos junto à Trocaire- Irlanda para apoiar as atividades do início da organização.

Na opinião da primeira agente não religiosa da CPT a atuar na região, o movimento das mulheres iniciou:

À partir da identidade reconhecida entre elas enquanto quebradeiras de coco babaçu, a realidade comum das mulheres do Bico do Papagaio que era a atividade da coleta, quebra do coco e produção de óleo e outros subprodutos do coco babaçu que as identificava enquanto grupo, as aproximava (...). Por outro lado, ao se estruturar os grupos de trabalho surgiram os problemas comuns, as dificuldades, a socialização do que as preocupava e incomodava, por exemplo: a necessidade de obter renda financeira, e informações sobre saúde, sexualidade (Comunicação pessoal via e.mail em junho de 2002)

A organização e articulação das mulheres priorizou estas questões, buscando alternativas econômicas para o sustento das famílias e a valorização do trabalho realizado pelas mulheres.

Para a atual coordenadora tesoureira da ASMUBIP, em 1988 ocorrem outros marcos importantes para a organização das mulheres. Um deles

foi o convite recebido para a gente participar do Encontro promovido pela Rede Mulher de Educação²² sobre discriminação da mulher, [ocorrida] em setembro de 1988 em Xinguara-Pará. Era só com as mulheres da região Araguaia Tocantins e logo a gente era dezesseis mulheres do Bico, oito era de São Sebastião do Tocantins e oito era de São Miguel do Tocantins (Entrevista em 23/10/2002).

Segundo esta entrevistada, após a realização do curso as mulheres voltaram para a região com o objetivo de formar núcleos de mulheres e repassar as discussões do encontro. Conforme descreve a agente da CPT no Bico do Papagaio, os núcleos eram criados da seguinte forma: “Duas ou três lideranças iam nos povoados, reuniam as mulheres, davam informações e incentivavam a se reunir novamente, criando assim um núcleo”. A coordenadora tesoureira, esclarece ainda que “após a reunião no povoado o grupo escolhia uma pessoa para ficar responsável pelo núcleo, um dos pontos fortes da discussão era a questão da aposentadoria das mulheres. “Sempre participava muita gente, entre homens e mulheres”, enfatiza a entrevistada.

Segundo uma outra entrevistada, quebradeira de coco, 55 anos, 3^a série primária, membro da diretoria desde a primeira gestão, atualmente como membro do conselho fiscal e coordenadora da AMB (Associação de Mulheres de Buriti) o curso promovido pela Rede Mulher de Educação, impulsionou também a criação da primeira associação de mulheres da região, localizada no município de Buriti do Tocantins, “as mulheres já vinham se organizando há vários anos com incentivo da CPT equipe de São

²²A **Rede Mulher de Educação**, criada em 1980 em São Paulo é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista.

Sebastião”. A Associação de Mulheres de Buriti foi criada oficialmente em 15 de abril daquele mesmo ano (1988).

Além destes fatos destacados pelas mulheres, o ano de 1988 foi um ano marcante, ocorrendo importantes fatos em todo o país, em especial as diversas mobilizações em torno da Assembléia Nacional Constituinte. No Bico do Papagaio as mulheres trabalhadoras rurais se mobilizaram, promovendo discussões nos povoados para o recolhimento de assinaturas para um grande abaixo assinado visando reforçar a luta a nível nacional para que o direito à aposentadoria aos 55 anos fosse estendido às mulheres trabalhadoras rurais.

Em 1988 foi criado, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, o Estado do Tocantins e o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobiliza para fundar a sua própria Federação, a FETAET (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins), fundada em 27 de novembro de 1988, ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Na composição da primeira diretoria da FETAET o cargo de vice presidência foi ocupado por uma das principais lideranças do movimento das mulheres trabalhadoras rurais, quebradeira de coco, D. Raimunda Gomes. O ex-presidente da FETAET e atual diretor de Política Agrícola da CONTAG, recorda-se que na composição da primeira diretoria “era impossível não contar com o apoio e presença das mulheres que já despontavam no movimento mais ao norte do Estado e pressionavam para ocupar cargos”(Entrevista em 25/11/2003).

No ano seguinte, 1989, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais do Bico do Papagaio organiza, em Imperatriz do Maranhão, a primeira feira das quebradeiras de coco babaçu, comercializando e divulgando os sub produtos do babaçu: óleo de coco, doces, sabão, esteira, balaio, abano, etc. fabricados pelas quebradeiras de coco Babaçu do Bico do Papagaio.

Em 1991 é criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) o que, na opinião de ALMEIDA (1995), “representa um fato muito importante porque é quando as mulheres trabalhadoras extrativistas do babaçu se expressam publicamente como quebradeiras.”(s/p). Em depoimento a THOMA (2000) a atual coordenadora

tesoureira da ASMUBIP, recorda-se que “no ano de 1991, devido à participação em pequenas feiras, recebemos o prêmio de melhor organização de mulheres o que gerou repercussão em rádios, jornais e TV” (pg 16). Naquele mesmo ano, 1991, a CPT transfere a sua sede de Imperatriz do Maranhão para o Bico do Papagaio, município de Sítio Novo. Outro marco a ser registrado naquele ano é que a organização das mulheres no Bico do Papagaio recebe um outro incentivo através de um financiamento da Trocaire/Irlanda, que visava apoiar as ações das mulheres focalizando, principalmente, o tema saúde e sexualidade através da realização de cursos para as mulheres nos núcleos.

Na ocasião, a vice presidente da FETAET, atual coordenadora geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, foi a principal articuladora para o recebimento deste recurso, denominado de Projeto Mulher, que foi implementado no ano de 1991 com recursos da Trocaire. A mesma esclarece que “com este projeto a gente começou a ampliar mais os núcleos, porque aí tinha um recurso que a gente podia trabalhar específico com as mulheres, fazer cursos sobre saúde e sexualidade” (Entrevista em 22/10/2002).

Até então, as discussões e reuniões dos chamados *assuntos das mulheres* se davam, inicialmente, dentro do movimento sindical, na maioria das vezes, utilizando-se a própria estrutura física do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) ou das delegacias sindicais. Como elas costumam se queixar, nas reuniões comuns a homens e mulheres, seus pontos de pauta ficavam sempre para o *finalzinho da reunião*. Este foi um sinal, segundo elas, de que havia *falta de consideração e falta de respeito* para com seus problemas.

Essa percepção instigou a construção de um espaço próprio e distinto, uma associação de mulheres. No entanto, essa proposta não surgiu muito fácil, segundo a atual coordenadora tesoureira da ASMUBIP:

muitos homens achavam que a Associação era uma coisa que ia colocar a mulher contra o homem, em algumas reuniões eles ficavam escondidos atrás da porta para saber o que era conversado nas reuniões se era sobre eles, então eles tinham muita curiosidade (Entrevista em 23/10/2002).

Quanto a isto a atual Coordenadora Geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista enfatizou que

a gente não podia puxar a questão só da mulher em si, só a mulher. Para nós puxar a questão só da mulher daria conflito nas famílias. Então achamos por bem, eu e a CPT, puxar a discussão da mulher sobre um trabalho de geração de renda pra poder o marido deixar a mulher participar, porque nunca que o homem ia deixar a mulher ir pra uma reunião, assim, de nada (Entrevista em 22/10/2002).

Esta descrição, da resistência dos homens a que as mulheres criassem uma organização autônoma, e a supervalorização de temas econômicos em detrimento de temas considerados “das mulheres”, assemelha-se à descrição de STEPHEN (1996) com relação à origem do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), sul do Brasil, e do Conselho de Mulheres da *Unión de lá Ejidos* no México.

Para a ASMUBIP o desejo de possuir um espaço próprio para as mulheres tomou forma quando, a convite da Rede Mulher de Educação, a atual coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, participa da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, mais conhecida como Rio 92 e conforme esclarece, naquela ocasião:

Foi elaborado um projeto para que eu participasse de uma oficina para trabalhadores rurais e indígenas, seria na tenda do Planeta Fêmea que também era chamada de tenda das mulheres. Nesta ocasião abri minha conta corrente para receber diárias. Da participação na oficina fui convidada a falar na grande plenária e fiz um grande teatro sobre o trabalho realizado pelas quebradeiras de coco, denunciando nossa pobreza e exploração, chamando a atenção para a responsabilidade do governo (Entrevista em 22/10/2002).

Conforme enfatiza ABRAMOVAY (2000), a Conferência Rio 92 destaca-se na literatura feminista no Brasil, como o contexto em que tomaram grande impulso as reflexões sobre gênero e meio ambiente promovendo “a estruturação de ações por parte do movimento de mulheres em dinâmica sinérgica como o movimento feminista internacional” (p. 55).

Inicia-se nesta ocasião, um novo contexto para o movimento de mulheres. Um momento que pode ser caracterizado, nas palavras de MELUCCI (1989) como a passagem da *latência* para a *visibilidade*. Conforme a atual coordenadora geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, após o seu depoimento sobre a situação das mulheres quebradeiras de coco Babaçu no Bico do Papagaio:

O governo brasileiro através do CNPT/IBAMA [Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais]²³ veio me procurar, eles queriam implementar um trabalho aqui na região e ofereceu um financiamento para a instalação de uma usina para processamento do óleo de babaçu e também queriam criar uma reserva extrativista (Entrevista em 22/10/2002).

Quando esta liderança retorna do Rio de Janeiro e informa ao grupo sobre este recurso encontra resistência tanto de parte do grupo de mulheres quanto da assessoria, a CPT, e enfatiza que “a CPT foi radicalmente contra e então pensei que a associação do nosso assentamento, o Clube Agrícola Sete Barracas, CASB, recebesse este benefício, e quando consultamos a CASB sobre isto todos foram de acordo”. Na sua opinião o que houve foi que a CPT e muitas mulheres tinham medo que o grupo não conseguisse administrar o recurso e realizar a prestação de contas.

Esta questão, da gestão do recursos, é destacada por BUNCH (1994) como uma questão fundamental na construção de instituições e que não se pode subestimar a importância da qualidade da administração que os agricultores podem oferecer, pois “caso seja complicada demais para ser administrada por líderes da comunidade, ela irá por água abaixo assim que as pessoas de fora forem embora.” (p.195).

Diante deste impasse, recorda-se a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista que, “alguém sugeriu que se fizesse uma consulta às bases para saber se queriam receber ou não o projeto” Então, na véspera de receber os recursos, fizeram uma rodada nos núcleos e as mulheres disseram que não queriam. Na opinião da atual coordenadora geral da ASMUBIP, esta decisão, receber ou não o recurso, trouxe muita confusão porque esta questão, além de exigir uma decisão

²³ O Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) foi criado pelo presidente do IBAMA por meio de Portaria em 16 de fevereiro de 1992.

rápida, encontrava resistência da assessoria da CPT que, conforme a atual coordenadora geral, “batia pé firme de que a gente não devia receber o recurso”.

A atual coordenadora tesoureira avalia que isto se deu “devido à desconfiança com o governo da ditadura, logo pensavam: será que isto não era algo para tapar nossa boca?” Já na opinião da dirigente da FETAET, o que houve foi que “havia um pequeno grupo que não era de acordo a receber o recurso porque diziam que as trabalhadoras rurais não sabiam administrar o projeto, e que ele traria assistencialismo, este grupo cresceu e influenciou outros grupos a pensar assim”. Na opinião da primeira agente liberada da CPT que assessorava o grupo na ocasião:

esta resistência se deu porque havia uma grande preocupação dos grupos no sentido de que ao receber dinheiro do governo poderiam estar sendo usados politicamente, ou seja, servir de instrumentos para os louros serem colhidos pelo governo. Acredito que isto era novidade, pois em geral, até então, os projetos eram sempre financiados por entidades independentes, Ongs ligadas à igreja. Queria-se construir a organização pelas mãos dos trabalhadores, pela decisão, conquista. Havia uma desconfiança em relação à coisa fácil (Comunicação pessoal via e.mail em junho de 2002).

Sobre a criação da reserva extrativista, esclarece a dirigente da FETAET, “achavam que as pessoas de Brasília não podiam impor a reserva, uma vez que o movimento deveria ter muita clareza do que significava a instalação de uma reserva, a própria CPT foi totalmente contra esta idéia da reserva porque veio de cima pra baixo” (Entrevista 22/10/2002).

Então, segundo a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista, “diante desta situação, a estratégia adotada foi marcar um encontro com o “povo de Brasília aqui na região” e, conforme ela esclarece:

logo eles vieram aqui no Bico e eles se prontificaram de pagar as despesas para a participação das mulheres nesta reunião. A idéia deles era criar um projeto econômico voltado para o babaçu e também uma reserva extrativista urgente, mas a CPT pediu paciência na elaboração do projeto pois deveria ser consultado o povo (Entrevista em 22/10/2002)

Esta reunião contou também com a presença do presidente da FETAET, que foi à região para ajudar a explicar os benefícios que o projeto traria ao movimento das mulheres. Para esclarecer as companheiras, recorda-se a entrevistada, “eu usei a dinâmica do peixe grande engolindo os peixes pequeno porque estavam sem recurso. O governo estava dando uma gota d’água de recurso e nós estava com medo.” A mesma enfatiza que não desistiu e conta que tiveram diversos apoios para ajudar as mulheres e a CPT a compreender a importância deste recurso, “até o padre Miguel aconselhou a que recebessem o recurso, mesmo a CPT aconselhando a não aceitar. Então, as mulheres acabaram aceitando o recurso, mas a reserva extrativista não foi criada.”

Para receber o recurso havia a necessidade de que a entidade beneficiária possuísse CGC; foi necessário, então, um acordo com a Associação Clube Agrícola Sete Barracas, no qual algumas lideranças do movimento das mulheres residiam. Isso se deu porque, na ocasião, a ASMUBIP ainda não existia juridicamente. Ela foi fundada naquele mesmo ano (1992), no mês de novembro com 164 sócias fundadoras.

Pelo exposto é possível perceber a complexidade da situação: o movimento que estava iniciando uma estrutura organizativa, sem experiência com administração de recursos, recebe uma proposta de apoio financeiro do governo federal, mas depara-se com a resistência da principal organização de mediação ligada à Igreja Católica na região, CPT, e por outro lado o incentivo de outra parte da Igreja Católica, o padre e também do dirigente da FETAET.

4.2A Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio- ASMUBIP-

*“Enfrento o coco, enfrento a roça, enfrento a casa:
mulher é brasa viva em lugar qualquer”*

O trecho em epígrafe é parte do refrão da canção intitulada: “Oito de Março” de autoria de João Filho. A canção, escrita no ano de 1997 em

homenagem às mulheres, tem sido usada desde então, sob o timbre da ASMUBIP.

Embora inicialmente o movimento que levou à criação da ASMUBIP tenha sido impulsionado mais enfaticamente pelas mulheres quebradeiras de coco Babaçu, a Associação foi criada, conforme faz questão de enfatizar a atual coordenadora tesoureira, “com o objetivo de representar as mulheres trabalhadoras rurais de um modo geral, não tendo sido criada para representar exclusivamente as mulheres quebradeiras de coco Babaçu”(Entrevista em 23/10/2002).

A atual coordenadora tesoureira, já no início da entrevista ao ser solicitada a comentar sobre o que levou à criação da ASMUBIP, faz questão de esclarecer com o tom de voz irritado:

A ASMUBIP não é uma associação de quebradeiras de coco, talvez tenha esta cara devido ao Projeto Babaçu. É bom cuidar quando se fala nisto pois as sócias que não quebram o coco já provocaram um conflito devido a isto, pela cara que algumas pessoas de fora têm da ASMUBIP. As pessoas mal informadas insinuam que a RIO 92 tenha sido responsável por sua criação mas a Rio 92 impulsionou a criação **do Projeto Babaçu**, [com ênfase no tom de voz] o Projeto Mulher já existia, além disto o que aconteceu foi que a Rio 92 garantiu uma verba que tinha que ser destinada a alguma organização. O movimento daqui, então, já estava mais organizado, mas não tinha ainda como colocar em prática (Entrevista em 23/10/2002).

O fato é que a criação da ASMUBIP, ou o que impulsionou a sua criação é tema polêmico que gera discussões acaloradas. Para a coordenadora geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, que foi a 1ª coordenadora geral da ASMUBIP, “a Associação foi criada para receber o projeto e ter CGC”. Esta opinião, entretanto, é contestada pelas demais entrevistadas que enfatizam, como a dirigente da FETAET, que:

a idéia de criar uma associação já existia, mas associação que a gente pensava em criar era para a mulher se capacitar e atuar **no movimento sindical**, [ênfase no tom de voz] para ter um espaço pra falar de assuntos que os homens diziam que era da mulher, não era uma associação voltada para a produção, e muito menos para a quebradeira de coco.(...) A idéia de criar uma associação voltada para a produção também existia, mas não era uma associação de mulheres, era de homem e mulher junto, mas isto era uma outra discussão (Entrevista em 22/10/2002).

Na visão do assessor da CPT, “ a criação da ASMUBIP veio de encontro a um sonho insonhável que era livrar-se do atravessador e ter um projeto produtivo que apoiasse as ações da vida associativa”. Entretanto, apesar dessas opiniões divergindo sobre a criação da ASMUBIP, uma questão é consensual: todos os entrevistados e entrevistadas afirmam que ela foi criada às pressas e, sobre a decisão de receber ou não o recurso, comenta a dirigente da FETAET, “o recurso tava encima, o dinheiro tava aí, vamos batalhar para receber um dinheiro, um carro velho, num lugar miserável, entendeu?”(Entrevista em 22/10/2002).

Embora não se possa falar que a Associação tenha sido criada unicamente como condição para receber o recurso, do exposto acima, pode-se analisar que foi deflagrado, com uma certa urgência e pressa, um processo de institucionalização de uma organização ainda incipiente e sem a participação efetiva da sua base social. Esta situação se aproxima da reflexão de ESMAN & UPHOFF (1984), quando chamam a atenção sobre a importância de se observar o que levou ao surgimento de uma dada organização, o que provocou a sua iniciação, sendo este elemento fundamental na elaboração de estratégias para a sua consolidação. Os autores sugerem, com isto, que se tenha clareza de quem foi a iniciativa para a construção da organização: do próprio grupo, do governo, de agências de cooperação, de ONGs, etc. É este elemento, segundo os autores supra citados, quem vai interferir pesadamente nos rumos que a organização irá tomar.

Conforme pode ser melhor observado no parágrafo seguinte, a urgência na definição entre receber ou não o recurso, não permitiu a construção de um processo de tomada de decisões coletivamente que priorizasse a comunicação com a base. Sendo este aspecto destacado por FOX E HERNANDEZ (1989) como vital para garantir o princípio democrático.

Para compor a primeira diretoria da ASMUBIP, as entrevistadas esclarecem que, devido ao tempo, não foi possível passar de núcleo em núcleo para discutir esta questão com as mulheres, mas, conforme recorda-

se agente da CPT atuando na região do Bico do Papagaio, que desde o início atuou ativamente na organização das mulheres como socai de base:

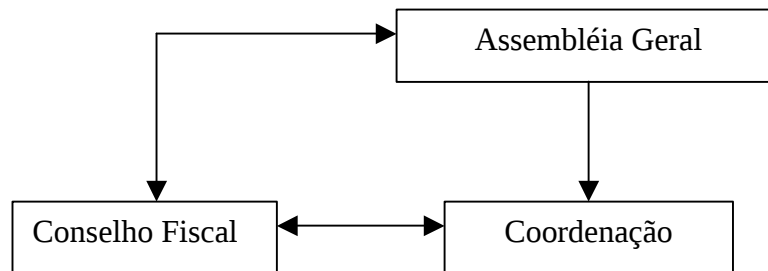
o nome de [cita o nome da primeira coordenadora geral] já era consenso, já era óbvio, o que ocorreu foi que a mesma, juntamente com a CPT, fez uma reunião grande e chamou algumas mulheres que já estavam à frente do trabalho nas comunidades, perguntou se aceitavam ficar na diretoria com ela e discutiram junto com a assessoria, a composição da chapa única (Entrevista em 24/10/2002).

Até este momento, a associação ainda não tinha um nome e segundo a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista, o nome foi assim escolhido: “tava todo o mundo junto e [cita o nome da assessora da CPT] lembrou e sugeriu este nome e mais dois outros, mas nós votamos neste nome, achamos que a sigla era boa, mesmo não sabendo pronunciar direito, todo o mundo concordou com este nome”. A agente semi liberada da CPT, recorda-se que até então só diziam assim: “Associação das Mulheres do Bico do Papagaio”.

A atual coordenadora tesoureira da ASMUBIP, recorda-se que alguém chegou a sugerir denominá-la de “Associação das quebradeiras de coco”, mas não concordaram de jeito nenhum porque não queriam que a associação tivesse a cara só da quebradeira de coco. Ela recorda-se que, nesta ocasião, também discutiram se a Associação não deveria ser local, em São Miguel, mas aí pensaram: “e as outras mulheres da região, o problema das mulheres é regional”. Na opinião da atual coordenadora geral da AMB, Associação de Mulheres de Buriti, que também é membro do conselho fiscal da ASMUBIP, naquela ocasião houve um certo mal estar com um pequeno grupo que ficou incomodado pela maneira como as coisas foram decididas, sem dar tempo para conversar direito e, conforme enfatiza, “até hoje tem coisa engasgada, perguntas sem respostas”. Ela cita algumas: “Se já existia uma Associação de Mulheres em Buriti, com CGC, porque criar outra? Se o problema era ser regional, porque simplesmente não regionalizar a Associação de Mulheres de Buriti? E, sendo regional, porque teria que se localizar em São Miguel do Tocantins?”

Quando da sua criação, a estrutura organizacional da ASMUBIP ficou definida como pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4. Estrutura Organizacional da ASMUBIP



A ASMUBIP está estruturada na região possuindo duas sedes, uma situada em São Miguel, onde se encontra a usina e o escritório do Projeto Babaçu , e outra sede em Augustinópolis, adquirida através de doação do padre Miguel. No ano de 1999, com recursos da agência holandesa de Cooperação Bilance, foi ampliada com a construção de um anexo visando melhor aproveitamento da sede central da associação para reuniões e formação. Eventualmente, quando há necessidade, as sócias, necessitando ir a Augustinópolis, também podem se instalar na referida sede.

A organização da ASMUBIP, ao nível das comunidades, ficou estruturada através dos **núcleos**, que são pequenos grupos de mulheres localizados nos povoados e, mais recentemente, nos assentamentos. A junção de vários núcleos compõe uma **Micro região** que é a aglutinação de vários núcleos em função da sua localização geográfica. A junção dos núcleos mais próximos se constitui em uma micro região. Ao todo são um total de três micro-regiões, sendo que cada membro da diretoria executiva é responsável pela animação, e informação dos núcleos que compõem a sua micro-região específica. Os pequenos círculos representam os núcleos existentes em cada município, como pode ser visualizado na **Figura 5**.

Figura 5 . Estrutura Organizacional da ASMUBIP

Microregião I	
Municípios	Núcleos
São Miguel	<i>São Miguel</i>
	<i>Sete Barracas</i>
	<i>Olho D'água</i>
Sítio Novo	<i>São Pedro</i>
	<i>Sumaúma</i>
	<i>Juverlândia</i>
	<i>Santa Inês</i>
Itaguatins	<i>PA Reis</i>
Microregião III	
Municípios	Núcleos
Buriti	<i>Barro Branco</i>
	<i>Vila União</i>
	<i>Ouro Verde</i>
	<i>Canaã</i>
	<i>São Sebastião</i>
São Sebastião	<i>São Sebastião</i>
	<i>Esperantina</i>
	<i>Agrovila</i>
	<i>Pingo D'água</i>
	<i>Santa Cruz</i>
Araguatins	<i>Centro dos Mulatos</i>
	<i>PA Vila Falcão</i>
	<i>PA Cachoeirinha</i>
Cachoeirinha	<i>PA Cachoeirinha</i>
Microregião II	
Municípios	Núcleos
Axixá	<i>Lagoa do Salvador</i>
	<i>Santa Juliana</i>
	<i>Grota D'água</i>
	<i>Morada Nova</i>
	<i>Lago Verde</i>
	<i>Buritis</i>
	<i>Boa Esperança</i>
Praia Norte	<i>Praia Norte</i>
	<i>São Félix</i>
	<i>Jatobal</i>
	<i>Camarão</i>
	<i>Centro do Moacir</i>
Augustinópolis	<i>Augustinópolis</i>
	<i>PA Babaçulândia</i>
Sampaio	<i>Sampaio</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

A coordenação geral da ASMUBIP é composta por doze trabalhadoras rurais eleitas em assembléia e procurando contemplar representantes das três micro-regiões. A ASMUBIP foi fundada com 164 sócias organizadas em 12 (doze) núcleos abrangendo 10 (dez) municípios do Bico do Papagaio. A atual coordenadora secretária da ASMUBIP, 35 anos, quebradeira de coco, 2º grau completo, membro da coordenação há 4 gestões, atualmente também coordenadora tesoureira da ABIPA (Associação Regional dos Apicultores do Bico do Papagaio), foi coordenadora do núcleo de Boa Esperança, no período de 1993 a 1995 e coordenadora de micro-região no período de 1995 a 1999, evidencia a especificidade do trabalho de uma coordenadora de núcleo:

Como coordenadora de núcleo a gente tinha o compromisso de repassar para as outras sócias as notícias da associação, ler

cartas, cartilhas, correspondências, informar sobre os projetos recebidos. No núcleo a gente se reunia duas vezes por mês, bastava avisar na igreja que a gente precisava se reunir para ver as notícias da associação e logo as mulheres se juntavam (Entrevista em 30/10/2002).

Como coordenadora de micro-região, ela faz a seguinte distinção no trabalho realizado:

Já como coordenadora de micro o trabalho era mais puxado e este trabalho eu realizava junto com mais duas diretoras [cita o nome de duas diretoras], pois nós três morávamos em povoados mais próximos. Como era este trabalho? Em 1998, chovesse ou fizesse sol todo o mês tinha reunião da diretoria da ASMUBIP e a gente tinha que, nestas reuniões, dá o repasse de como estava cada núcleo. Cheguei a comprar uma bicicleta por conta própria, a gente ia nos núcleos, escutava as sócias e dava alguma orientação. Depois a gente tinha que repassar nos núcleos como foi a reunião da diretoria (Entrevista em 30/10/2002).

Esta entrevistada é considerada pelas demais diretoras como a mais animada em realizar o trabalho junto à base e segundo ela própria, esta animação para fazer o trabalho da ASMUBIP deriva de uma história muito pessoal e muito profunda: “A mulher sempre foi desrespeitada e eu queria mostrar que a mulher era capaz, e, devido ao fato de eu não ter marido, eu tinha mais condições de andar nos núcleos”.

A principal fonte de recursos financeiros da associação, segundo a coordenadora tesoureira é fundamentalmente o Projeto Babaçu e o pagamento das anuidades das sócias, atualmente no valor de R\$ 10,00 (US\$3,45)²⁴. Enfatiza, ainda que “a gestão, tanto da vida associativa quanto da vida produtiva, é realizada pelas coordenadoras eleitas pois a ASMUBIP não possui assessoria própria, até o ano de 1998 contou com a assessoria da CPT e até o ano passado (2001) contou com a assessoria, pouca, da ONG APA-To”. A coordenadora tesoureira enfatiza que a administração da associação é muito difícil devido aos eixos de trabalho que tentam seguir desde a fundação: **Projeto Mulher, Projeto Preservação Ambiental e Projeto Babaçu**. A seguir, uma apresentação em linhas gerais de cada um dos três eixos:

²⁴ Os valores em reais foram convertidos em dólar, considerando a cotação de 15 de fevereiro de 2004, R\$ 2,90 o dólar.

4.2.1 Eixos de Trabalho: Projeto Mulher, Projeto Preservação Ambiental, Projeto Babaçu.

a) Projeto Mulher

Tem como objetivo investir na formação e organização das mulheres com o objetivo de “torná-las cidadãs plenas”, expressão utilizada no Estatuto Social da ASMUBIP. Desde a fundação tornou-se freqüente no âmbito do projeto mulher a comemoração do Dia Internacional da Mulher, promovendo uma grande mobilização das mulheres da região.

b) Projeto Preservação Ambiental

Segundo a coordenadora geral, é no âmbito do Projeto Preservação ambiental que a associação assume a bandeira da denúncia contra as derrubadas e queimadas do Babaçual. Para a coordenadora tesoureira, “este é o foco central da ASMUBIP onde são elaborados documentos de denúncia e encaminhados ao IBAMA, às vezes as mulheres são obrigadas a denunciar não só os fazendeiros, mas os próprios maridos e os companheiros do movimento dos trabalhadores rurais”.

c) Projeto Babaçu e Diversificação

Projeto Babaçu foi a denominação dada ao Projeto implementado com os recursos do CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais)/IBAMA. Para contemplar os interesses e, num certo sentido, cobranças das sócias que não são quebradeiras de coco (geralmente porque as palmeiras já foram totalmente dizimadas de sua região) a diretoria da ASMUBIP incluiu, no ano de 1997, no âmbito do Projeto Babaçu, o Projeto diversificação. Este projeto diz respeito não só à diversificação dos sub produtos do babaçu, mas também à diversificação das atividades realizadas pelas mulheres e que possam promover a geração de renda e melhoria da qualidade de vida, tais como: cultivo de hortas, criação de pequenos animais, etc.

No projeto Babaçu “busca-se a melhoria econômica e social das famílias através da consolidação econômica das atividades do extrativismo do Babaçu” (ALMEIDA:2000). Para implementar o projeto produtivo em torno da cadeia do Babaçu, a ASMUBIP estruturou-se da seguinte forma: do ponto de vista dos recursos humanos, financiados com recursos do CNPT, houve a contratação formal de quatro funcionários: um gerente, uma secretária, e dois operadores da prensa.

A implementação deste projeto é caracterizada pelo assessor da CPT, como “vindo de encontro a um sonho até então insonhável, qual seja: garantir que as atividades do âmbito produtivo dessem o suporte para as atividades do âmbito formativo e organizativo”. Através do Projeto Babaçu, buscava-se a melhoria econômica e social das famílias através da consolidação econômica das atividades desenvolvidas pelas mulheres, em especial o aproveitamento diversificado do coco Babaçu, combinando com a valorização e preservação dos babaçuais da região.

A estrutura física do Projeto Babaçu é composta por um prédio de alvenaria de dois andares, três salas no térreo onde estão amostras do artesanato, cozinha e depósito e no primeiro pavimento se localiza o escritório. Possui ainda um galpão para armazenamento da matéria prima recolhida, instalação da prensa e tanque para depósito do óleo processado, além de um pequeno galpão coberto onde ficam os veículos da associação: um caminhão e duas motos.

A estrutura do Projeto Babaçu foi baseada na experiência já em andamento no município de Santarém (PA) e em Lago do Junco (MA) em torno do coco Babaçu. Uma das lideranças fez uma visita de cinco dias ao Lago do Junco, Maranhão, para conhecer a experiência que estava sendo implementada no município, também pelo CNPT/IBAMA, naquele mesmo ano de 1992, mas a organização já existia desde 1990. Em 1992 eles estavam iniciando a comercialização do babaçu e, em caráter experimental, a instalação de uma cantina em Lago do Junco. (ALMEIDA: 2000). Tanto a organização de Santarém, quanto a de Lago do Junco, possuíam um objetivo comum à ASMUBIP com relação ao projeto Babaçu: livrar-se da figura do **atravessador** ou intermediador ou explorador, do Babaçu, como as

mulheres costumam falar. A estrutura da ASMUBIP previa, na organização do processo primário da produção, a instalação de postos de compra e cantinas nos povoados e a instalação da unidade de produção e beneficiamento do óleo, denominado de “prensa” na sede do Projeto. A **prensa** foi adquirida com recursos do CNPT-IBAMA, tendo sido instalada no município de São Miguel do Tocantins no ano de 1993, assim que o recurso foi liberado, e constitui-se dos seguintes componentes: um tanque, um triturador e 15 tambores. Nela são processadas as amêndoas que depois de embaladas em tambores próprios, são transportadas até o Estado vizinho, Maranhão, para serem comercializadas com indústrias de sabão e frigoríficos. A Associação dispõe de um galpão com capacidade de armazenamento de 40.000 kg de coco, além de 8 cantinas com capacidade de armazenamento de 3.000 kg de coco cada uma cantina e um caminhão com capacidade de transporte de 4.500 kg. Na usina de São Miguel há uma prensa semi-industrial com capacidade de processamento de 1.000 kg de amêndoas/dia (ALMEIDA: 2000).

A origem da matéria prima, a amêndoa, é da ordem de 50% das mulheres associadas e 50% de não sócios (ALMEIDA: 2000). Para divulgar os produtos, sobretudo o artesanato, as mulheres participam de diversas feiras: São Luiz, Goiânia, São Paulo, Imperatriz e algumas pequenas feiras na região. O projeto Babaçu é dinamizado através de financiamentos para capital de giro. Não existe plano de manejo das palmeiras de Babaçu.

A nível das comunidades, o Projeto Babaçu se estruturou a partir das cantinas e dos postos de compra.

a) Postos de compra: Os postos de compras se assemelham a pequenos depósitos para alojar a amêndoa entregue pelas sócias. Estão localizados preferencialmente nos povoados onde há núcleos de mulheres. Neste local as sócias depositam a amêndoa vendida para a associação mas sem a opção de trocar por mercadoria. A pessoa que fica responsável pelo posto recebe 10% do valor das amêndoas entregues à ASMUBIP.

b) Cantinas: As cantinas procuram reproduzir uma prática bastante comum na região, pois cerca de 95% das amêndoas extraídas e coletadas são imediatamente vendidas em quitandas em troca de bens de primeira

necessidade. As cantinas se assemelham a pequenos comércios localizados nos povoados, uma vez que estes localizavam-se distantes das cidades e era difícil o acesso ao comércio mais próximo. As cantinas visavam suprir as necessidades das sócias e dos demais moradores dos povoados onde foram instaladas. As cantinas são semelhantes às pequenas quitandas ou bodegas localizadas nos povoados que geralmente pertencem também aos atravessadores. A diferença das cantinas para as quitandas é que, nas cantinas, é oferecido às sócias da ASMUBIP um pequeno desconto na compra das mercadorias e ainda oferecem a possibilidade de trocar o coco babaçu por produtos. Os produtos mais procurados nas cantinas são: café, açúcar, querosene, creme dental, caderno, borracha, cigarro. Os responsáveis pela administração das cantinas são os **cantineiros**, pessoas escolhidas pelas sócias, por votação, e residentes no povoado onde a cantina é instalada. Após um pequeno treinamento, ele assume as responsabilidades em registrar cotidianamente a venda dos produtos, trocas, fiados, etc. Conforme depoimento da atual coordenadora geral a SILVA (2000) no início:

o cantineiro recebia um terço do salário mínimo e 2% da compra efetuada das amêndoas, porém pleitearam um aumento de salário e passaram a receber 5% do valor pago sobre a compra das amêndoas. O cantineiro trabalhava somente meio expediente, dentre outros motivos para que fique com tempo livre para exercer suas atividades na agricultura (p.239).

Os cantineiros e as cantineiras eram escolhidos/das pelo próprio núcleo e no início eram, em sua imensa maioria, homens, gradualmente as mulheres foram assumindo o cargo. Em depoimento para esta pesquisa um ex cantineiro da ASMUBIP, coordenador local do PRONERA (Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária), 55 anos, 4ª série primária, poeta, sindicalista, apicultor, conta como era o trabalho de um cantineiro: “o papel de um cantineiro é simples e um pouco burocrático. A questão de anotações sobre o total de babaçu que entrava, sobre a porcentagem, sobre a troca de mercadoria por produto, tudo isto exigia muita anotação” (Entrevista em 25/10/2002). A capacitação dos cantineiros ocorria com frequência e como esclarece a coordenadora geral, “às vezes havia até

três cursos por ano, onde aprendiam a preencher recibos, analisar tabela de preço, anotar o que vendia e várias outras coisas”.

Este entrevistado, ex-cantineiro, trabalhou nas cantinas no período de 1993 a 1995 e foi afastado por problemas de dívidas contraídas na cantina da qual era responsável. Sobre o tipo de preparação que recebeu para fazer as atividades de cantineiro ele conta que:

eu não participei de nenhum curso, só de um pequeno treinamento para fazer aquele controle. Mas na época o que eu sabia, porque tenho estudo, nem precisei participar de curso. A CPT me deu só um pequeno treinamento ou seja: algumas poucas explicações pois eu sou uma pessoa que não tenho dificuldade em aprender e eu já trabalhava anteriormente em administração de firma, era auxiliar de almoxarifado e aí eu já tinha aquele conhecimento então nem fiz o curso. O curso aconteceu, mas aí quando me chamaram para fazer o curso, acabei ajudando a dirigir o curso de Sítio Novo pras companheiras na questão da matemática. Fui convidado para participar e acabei ajudando a dirigir o curso. Na época os cantineiros e cantineiras tinham dificuldade e precisavam do curso, mas eu não precisava (Entrevista em 25/10/2002).

Segundo a coordenadora tesoureira, a formação na área de gestão dos cantineiros e da diretoria da Associação, sempre esteve na pauta do dia da ASMUBIP e da CPT. Além dos cursos ministrados pelo gerente com o apoio da CPT, no ano de 1996 a ONG francesa CIEPAC, (Centro Internacional de Educação Permanente e Arranjo Concertado) realizou um diagnóstico do Projeto Babaçu identificando os pontos de estrangulamento que geravam as perdas constantes. Posteriormente realizaram uma formação de cinco dias envolvendo: cantineiros e cantineiras, responsáveis pelos postos de compra, membros da coordenação, secretária, gerente, operadores da prensa, assessores da APA-To e da CPT, além de alguns simpatizantes da ASMUBIP e dois assessores franceses que coordenaram a formação. No âmbito do curso, denominado de “Para melhorar o gerenciamento da unidade de processamento de coco babaçu da ASMUBIP”, foram elaborados dois modelos de planilhas adaptadas à necessidade do Projeto Babaçu e ao nível de escolarização do pessoal envolvido no projeto.

Ou seja: no que se refere à gestão do Projeto econômico-produtivo, as limitações do grupo em administrar e gerenciar os recursos, já haviam

sido identificadas pela CPT e, certamente, pela própria ASMUBIP. Constatada esta realidade e objetivando superá-la, observa-se que houve um investimento de recursos humanos e financeiros na formação e capacitação voltados para a área administrativa e gerencial. BUNCH (1994) considera que esta questão realmente não deve ser minimizada e que a estrutura administrativa de uma organização deve procurar aproximar-se o máximo possível da realidade do grupo. Na gestão dos recursos financeiros, Bunch chama a atenção para o fato que deve ser levado em conta a capacidade de administração que os agricultores podem oferecer, procurando enquadrá-la, o máximo possível, nos padrões sociais locais, pois: “caso uma instituição seja complicada demais para ser administrada por líderes da comunidade, ela irá por água abaixo assim que as pessoas de fora forem embora”(p.194).

O Projeto Babaçu, ou o circuito da amêndoa, pode ser melhor visualizado no **Anexo 06**.

Gestão do Projeto Babaçu

A gestão do projeto Babaçu inicialmente era realizada pela diretoria com o apoio da secretária e do gerente e a assessoria da CPT. No ano de 1995 o assessor da CPT, inspirado em uma experiência de gestão rural adotada por algumas organizações francesas denominada de *boutique de gestão*, idealizou o Mutirão de Apoio Gerencial em apoio às organizações do Bico do Papagaio (MAG-Bico). Apoiada pela agência de cooperação holandesa, Bilance, o objetivo central do MAG-Bico era assessorar as associações na parte da gestão e administração dos projetos produtivos no que se refere

especificamente no plano **comercial**, (orientação de vendas), no plano **contábil** (acompanhar os estoques na prensa com elaboração de planilhas específicas) no plano **gerencial** (orientação quanto ao gerenciamento do projeto produtivo analisando as perdas e crescimento do projeto) no plano **organizativo** (assessoria ao processo de planejamento e acompanhamento dos trabalhos da associação) e no plano da **capacitação** (realização de cursos de capacitação para cantineiros/as e coordenadoras da ASMUBIP nas áreas de administração e gerenciamento) (Arquivo da APA-To:1996).

Para o melhor funcionamento do MAG-Bico junto à ASMUBIP foi criada, em 1996, a Comissão Gerencial do projeto Babaçu, composta por duas diretoras, a secretária, o gerente e o assessor da CPT que se reuniam quinzenalmente com o objetivo de discutir o andamento do projeto Babaçu.

Na elaboração do Projeto MAG-Bico, esperava-se que, ao final do segundo ano, as associações pudessem entrar em contrapartida com o salário do assessor (profissional de nível superior). Como isto não foi concretizado, o projeto foi encerrado em 1997. Além disto, as dificuldades em se contratar um assessor mais familiarizado com a especificidade do projeto e com a realidade das organizações foram inúmeras. Entre 1995 e 1997 houve tentativas, sem sucesso, de fixação de três profissionais para atuar no MAG-Bico, possuindo estes formação na área de direito, economia e administração. Como a contratação de profissionais para atuar no MAG-Bico, nos moldes e na metodologia em que ele foi idealizado, não foi possível, a gestão continuou contando com a assessoria da CPT. Por fim, às vésperas de encerrar o projeto MAG-Bico este foi incorporado à equipe da APA-To, quando, então, optaram (CPT e ASMUBIP) por contratar o gerente da associação, mais familiarizado com a situação da ASMUBIP, como assessor do MAG-Bico e posteriormente quando do encerramento definitivo do MAG-Bico, este profissional foi incorporado à equipe técnica da APA-To. Na opinião do assessor da CPT, “o MAG-Bico era uma operação salvação, mas não prosperou, embora tenha sido a melhor estratégia criada na ocasião para auxiliar nesta parte da gestão das associações que tinham sido criadas”.

A trajetória da ASMUBIP, desde a sua formação inicial, em 1992, reflete alguns desencontros entre as expectativas das mulheres e entre as expectativas da assessoria e do governo federal. Se por um lado o assessor da CPT evidencia a sua opinião de que a implantação do projeto produtivo, veio de encontro a um sonho até então “insonhável”, as mulheres entrevistadas, em contraposição, deixam claro que havia sim um sonho, qual seja: ter um espaço próprio para discutir as suas questões, que não era exclusivamente a questão do Babaçu. O ser mulher, a superação da condição de “mulher desrespeitada”, o enfrentamento das “questões das

mulheres” eram mais gritantes naquele contexto e não tinha como carro-chefe a questão do Babaçu. A criação do Projeto Babaçu voltado para “a melhoria das condições econômicas das famílias”, não traduzia o problema das mulheres que engendrava o desejo de ter um espaço próprio e distinto. Esta situação se assemelha àquela descrita por STEPHEN (1996) com relação ao Conselho de Mulheres da UELC, no México, o que segundo a autora, no caso mexicano, muito semelhante ao caso da ASMUBIP, “os projetos dirigiam-se para a melhoria econômica das famílias, mas não especificamente, das mulheres rurais” (p.50). Outro aspecto que chama a atenção é o que se refere à gestão dos projetos, que, no caso da ASMUBIP, construiu-se uma estrutura de gestão que necessitava de reuniões freqüentes, de duas diretoras com os assessores, homens (gerente, assessor, cantineiros), onde eram tomadas decisões de forma centralizada dada ao perfil do grupo, restrito a duas mulheres da direção e os assessores. No “Projeto Mulher”, pelo exposto, fica claro que as iniciativas concentram-se na mobilização das mulheres em torno, sobretudo, da comemoração do Dia Internacional da Mulher, tal qual STEPHEN (1996) analisa é preciso ressaltar que a mobilização para eventos de massa é distinto da participação das mulheres em encontros locais e ao nível das comunidades.

4.2.2 Parceiros da ASMUBIP

A noção de parceria, como esclarece a coordenadora geral, “é definida em função do evento, ou atividade a se realizar”. Os principais parceiros da ASMUBIP, identificados em seu folder (2002) são: ABIPA (Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio), CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), ISPN (Instituto Sociedade População e Natureza) MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) e APA-To (Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins).

De forma pontual, mais especificamente por ocasião de mobilizações, comemorações e encontros, a ASMUBIP se relaciona com as seguintes organizações de mulheres atuando na região.

a) Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista do Norte

A secretaria da Mulher Trabalhadora Rural e Extrativista foi criada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros em assembléia geral ocorrida em Brasília no ano de 1995. O objetivo desta Secretaria é articular e organizar as mulheres extrativistas de quatro Estados da região Amazônica: Pará, Piauí, Maranhão e Tocantins. Por ocasião da assembléia nacional do Conselho Nacional dos Seringueiros uma quebradeira de coco da região, liderança expressiva e carismática, foi eleita coordenadora geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Extrativista para o período de 1995 a 1998, sendo reeleita para o triênio seguinte (1999 a 2002) e novamente reeleita para o período de 2003 a 2006.

No ano de 1996 ocorre a estruturação da sede da Secretaria da Mulher em São Miguel do Tocantins e a liberação de uma assessora para a Secretaria, sócia educadora feminista da Rede Mulher de Educação e advogada com formação em gênero. A Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista possui também uma prensa em parceria com o CASB (Clube Agrícola Sete Barracas) para extração do óleo, localizada no Clube Agrícola Sete Barracas a 5 km do município de São Miguel, município onde também se localiza a sede do Projeto Babaçu da ASMUBIP. Para o desenvolvimento de suas atividades, a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, esclarece que “a gente conta com recursos do CNPT/IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria do Extrativismo, da Rede Mulher de Educação e, através de pequenos projetos que a gente consegue durante as nossas viagens”. A relação da ASMUBIP com a Secretaria da Mulher volta-se mais efetivamente para parcerias na realização de mobilizações em torno do ser mulher e denúncias sobre a derrubada e queimada das palmeiras de Babaçu. Em vários depoimentos as/os entrevistadas/os citaram exemplos de que a relação desta organização com a ASMUBIP é conflituosa, devido, a ciúmes, disputas por projetos e o fato desta Secretaria possuir uma prensa para extração do óleo , concorrendo, assim, com a ASMUBIP.

b) Associação de Mulheres de Buriti (AMB)

A AMB foi criada em 1988 pelas mulheres trabalhadoras rurais e urbanas da região de Buriti com o apoio da CPT. Para o desenvolvimento de suas atividades a AMB conta com recursos provenientes de projetos a fundo perdido, e fundamentalmente, com o apoio financeiro da Visão Mundial, que apóia um projeto de padaria comunitária e cursos de corte e costura. A AMB coordena, ainda, o programa de apadrinhamento da Visão Mundial na região do Bico do Papagaio. Este programa está voltado para a adoção infantil à distância, por famílias residentes na Europa. (Fonte: www.visaomundial.org.br/apadrinhamento). A AMB é conhecida por sua luta em prol de outras estratégias de geração de renda que permitam às mulheres fugirem do trabalho penoso da quebra de coco babaçu, como corte e costura, padaria comunitária, artesanato, etc. Segundo uma entrevistada a relação desta organização com a ASMUBIP “é mais ou menos está mais voltada para o apoio a mobilizações e denúncias e em alguns casos, há ciúmes.”

Conforme já foi enfatizado anteriormente por uma entrevistada, a ASMUBIP não possui assessoria própria. Conta com apoios pontuais, especialmente da ONG APA-To e da CPT e eventualmente da assessoria da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista. As entidades que atuam na assessoria da ASMUBIP, são as seguintes:

a) Comissão Pastoral da Terra

A Comissão Pastoral da Terra atuou diretamente na região do Bico do Papagaio por dezenove anos (1979 a 1998). Por ocasião da elaboração do projeto trienal de 1995 a 1998, o lema as diretrizes para o trabalho da CPT eram as seguintes:

a perspectiva de reduzir a intervenção da CPT no Bico do Papagaio até o final do triênio deve-se proporcionar condições de maior autonomia nas organizações hoje existentes, intensificando o esforço de capacitação de lideranças, para garantir a continuidade da luta pela permanência na terra. Paralelamente, abrir frentes de trabalho na região de Araguaína, (sul da diocese de Tocantinópolis) com o intuito de fomentar um trabalho CPT nesta região até hoje não atendida diretamente (CPT:1995).

A evolução da *luta pela terra* para a *luta na terra*, no Bico do Papagaio e a criação de diversas associações de pequenos produtores tanto nos Projetos de Assentamento quanto no âmbito regional, demandava das entidades de apoio e assessoria intervenções mais voltadas para a área técnica. Além disto, um outro cenário evidenciava, de forma gritante, que na região norte do Estado, em torno do município de Araguaína, surgiam inúmeros casos de violência devido à luta pela terra, tornando-se a região amplamente conhecida também como ponto de referência para o aliciamento de trabalhadores rurais vítimas do trabalho escravo. Diante deste contexto o Conselho Regional da CPT, juntamente com a Assembléia geral, que já vinham discutindo esta questão há dois triênios, recomendaram que a equipe de CPT concentrasse seus trabalhos na região norte do Estado, não mais no extremo norte. A equipe da CPT Bico passa, então, a se afastar gradativamente da região do Bico do Papagaio e, conseqüentemente, do apoio direto às organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais da referida região.

O escritório da equipe localizado no município de Sito Novo (município localizado no extremo norte do Estado) foi desativado em dezembro de 1998, mas em janeiro de 2000, após avaliação de parte de membros do conselho regional, especialmente dos agentes religiosos que atuavam na região e algumas lideranças do movimento de mulheres, a CPT volta a constituir uma equipe, desta vez de voluntários, na região do Bico do Papagaio, para acompanhar quatro Sindicatos de Trabalhadores Rurais e oito grupos de jovens organizados através da PJR (Pastoral da Juventude Rural) e ainda realizar a discussão sobre os grandes projetos a serem implementados na região. Esta equipe é coordenada atualmente por uma ex diretora da ASMUBIP, atualmente agente semi liberada da CPT. Com a saída da CPT da região, se fortalecem as relações entre a ASMUBIP e a APA-TO.

b) Associação Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-To)

No início dos anos noventa, vários avanços são contabilizados na luta dos agricultores na região do Bico do Papagaio, impulsionando o surgimento de uma forte demanda por ações que contribuam para a fixação dos agricultores nos projetos de assentamentos. O movimento sindical e a CPT iniciam uma discussão para a elaboração de um projeto específico de assessoria agrícola; o que culmina na criação de uma entidade que tivesse suas ações voltadas especificamente para essa linha de trabalho, a APA-To, Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins apoiada inicialmente por duas organizações, Bilance e Misereor, de origem holandesa e alemã, respectivamente. A APA-To inicia seu trabalho mais diretamente com a ASMUBIP no ano de 1996, através da demanda de diversificação da produção, ou seja, a busca de alternativas econômicas para as famílias à partir de iniciativas que promovam a participação das mulheres, como criação de pequenos animais, cultivo da mamona, etc. Com a saída da CPT da região, 1998, a atuação da ONG junto a ASMUBIP passa a se dar de forma mais direta e mais voltada para a formação e assessoria na parte contábil.

Conforme observado, desde a sua origem, a ASMUBIP não possui assessoria própria voltada para o seu projeto político, ou mais afinada com temas relativos à problematização da discriminação das mulheres na sociedade, ou o enfoque de gênero. A maioria dos assessores, com pôde ser visto, eram homens, e embora tenha sido entrevistada a diretora executiva da APA-To, que desenvolve atividades pontuais com a ASMUBIP, como se verá mais adiante, esta entrevistada comenta que uma das limitações que a mesma observara no trabalho da APA-To era a falta de formação para o trabalho com mulheres sob o enfoque de gênero, pois haviam outras demandas. A ASMUBIP não possui, também, relações estreitas com outros movimentos de mulheres a nível regional ou nacional, com exceção do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) mais especificamente nas mobilizações para os Encontros bi

anuais, e no que se refere aos movimentos de mulheres na região, constata-se que é uma relação conflituosa permeada de ciúmes e disputa.

4.3 E assim se passaram 10 anos

Baseando-se, fundamentalmente na análise dos documentos adquiridos nos arquivos da APA-To e da CPT tanto por meio digital quanto por meio impresso (leitura de projetos, relatórios, convites, fotos , etc) e da pesquisa realizada por THOMA (2001), complementados com dados da pesquisa, procuramos reconstituir a trajetória da ASMUBIP durante esta década. Esta reconstituição encontrou diversos limitantes, uma vez que a pesquisadora não teve acesso aos arquivos da Associação.

Entretanto, procuramos, com a sistematização das informações obtidas, elaborar este tópico, destacando as ações e decisões que impulsionaram mudanças tanto na vida produtiva (Projeto Babaçu e diversificação) quanto na vida associativa (projeto Mulher), além de uma breve consideração sobre o eixo preservação ambiental. A sistematização dos dados referentes a vida produtiva pode ser observada no **anexo 7** e da vida associativa no **anexo 8**.

4.3.1 Vida Produtiva

Embora a Assembléia de Fundação da ASMUBIP tenha ocorrido em novembro de 1992 e o recurso do governo federal através do CNPT tenha sido liberado somente em dezembro de 1993, o Projeto Babaçu começou a se estruturar um mês antes de ser fundada a associação, em outubro de 1992, com a construção do galpão, encomenda da prensa artesanal, contratação do gerente, implantação de sete cantinas e dando início à compra de coco no mês de dezembro (Arquivo CPT:1997).

Em março de 1993 ocorre o I Encontro de Cantineiros do Projeto Babaçu, mas devido a atrasos na liberação do recurso prometido pelo CNPT, o projeto passa o ano de 1993 sem seu equipamento principal, a prensa, a qual só estará pronta no final de 1993. Além disso, não ia haver liberação do recurso previsto para capital de giro (Arquivo CPT: s/d).

Sem a prensa, o Projeto Babaçu já iniciou suas atividades gerando perdas e, na avaliação realizada em outubro de 1993, pela assessoria da

CPT, destaca-se que “vendendo o mesmo coco comprado nos postos sem valor agregado não gera margem nenhuma para cobrir gastos fixos, os quais só se justificam em função do processamento do óleo. A recomendação da assessoria, então, para superar esta situação foi “agilizar imediatamente o funcionamento da prensa e implantar mais 4 postos” (Arquivo CPT: s/d).

Segundo a análise documental, a situação do Projeto Babaçu era de perdas e prejuízos constantes, devido, dentre outros: “ao atraso na remarcação dos preços das cantinas, gastos elevados com funcionamento do projeto (secretária, gerente operadores, combustível, administração, impostos, viagens) e gastos de manutenção do caminhão”. A hipótese para o funcionamento integral do Projeto era: “ativar a prensa a partir de dezembro de 1993, ampliar em 25% a coleta de produto, abrindo 3 a 4 pontos de coletas a mais dos 7 já existentes nas cantinas, comprar dentro dos limites e da disponibilidade sazonal o volume de amêndoas suficientes para abastecer a prensa e melhorar as condições de remarcação das mercadorias nas cantinas”(Arquivo CPT:s/d).

A previsão da assessoria, caso as recomendações fossem viabilizadas, era de que: “o projeto não só sobrevive, mas volta a crescer a partir de março de 1994 mas é imprescindível achar um avalista financeiro que se comprometa em apoiar a associação em caso de necessidade vital, um recurso para constituir um verdadeiro capital de giro” (Arquivo CPT:1996).

Em fins de 1993 houve surpresas no mercado, pois o preço de compra do coco que em 1993 era de R\$ 0,18 (US\$0,06) passou em 1994 para R\$ 0,40 (US\$ 0,14). A elevação do preço de compra do coco, segundo o assessor da CPT, “ocorreu devido a uma concorrência forte entre os compradores da região, enquanto o preço de venda sofre a concorrência do óleo da Malásia que tiveram as alíquotas reduzidas” (Entrevista em 27/10/2002).

Em janeiro de 1994 a prensa foi implantada, mas no início da estação de baixa coleta e além disto

faltou instalar o filtro o qual só chegou no final de novembro de 1994. Isso resultou em menor qualidade do óleo e, portanto, menor preço. Foram abertos novos postos, foi sistematizada a

remarcação quinzenal dos preços com tabela dos novos preços entregue com antecedência a cada cantina, foi vendido o caminhão e solicitados vários adiantamentos financeiros a AST (Ação Social Técnica) (Arquivo CPT:1994).

Em dezembro de 1994 foi solicitado à CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) recursos para capital de giro e para pagar parte da dívida com a AST. Naquele mesmo ano é realizada uma rodada de avaliações nas cantinas que apontaram que o preço do coco estava muito baixo e as sócias não estavam motivadas a vender o coco para a ASMUBIP (Arquivo CPT:1994). O Projeto Babaçu continuava em crise e conforme documento intitulado: “Apresentação de pedido de complementação do projeto de processamento e comercialização do coco babaçu (1994)”:

Apesar do desencanto gerado por esses resultados, a assembléia geral de 1994 decidiu que o projeto deve continuar. Uma nova diretoria foi eleita e a organização interna foi alterada com a indicação de uma diretora para trabalhar na prensa. Uma campanha de remotivação das associadas foi realizada, bem como uma análise rigorosa do funcionamento comercial/ financeiro de cada cantina (Arquivo CPT: 1996).

Novas orientações da assessoria para 1995: “reavaliar os gastos operacionais, melhorar a qualidade do óleo, selecionar criteriosamente as cantinas aptas a continuar operando de imediato e paralisar as demais, e continuar abrindo novos postos em povoados mais ricos em babaçuais”. (Arquivo CPT: s/d)

No ano de 1996, segundo o assessor da CPT:

fizemos uma nova avaliação e apontou-se déficit e a única alternativa era enviar um pedido a uma autoridade para nos aliviar os gastos fixos, financiando a estrutura mínima necessária para o funcionamento do projeto: gerente, secretária, manutenção do caminhão. Aí veio a idéia de elaborar o primeiro PD-A.

E neste mesmo ano, 1996 “quando foi evidenciado que a associação não se auto-sustentava para atividades formativas e organizativas elaborou-se o projeto Balance, para a formação” (Entrevista em 27/10/2002).

Entretanto, os prejuízos provocados pela dificuldade dos cantineiros e responsáveis pelos postos de compra realizarem o acompanhamento contábil, levou a assessoria a solicitar da ONG francesa CIEPAC a realizar uma sessão de formação, antecedido de um diagnóstico participativo para

todos os envolvidos diretamente no projeto babaçu. Este curso aconteceu em outubro de 1996 (Arquivo CPT:1996).

Em abril do ano seguinte, 1997, ocorreu outro curso de capacitação de cantineiros e cantineiras; entretanto o déficit do projeto continuava crescente, com um rápido aumento das dívidas nas cantinas. O documento de avaliação enviado à CESE em 1997 evidencia que: “a pressão das sócias em assembléia para comprar fiado nas cantinas foi mais forte que as regras aprovadas no regimento interno”(Arquivo CPT:1997b).

Ao final de 1997, com o Projeto Babaçu já bastante debilitado e dependendo constantemente de recursos externos para capital de giro, o gerente da ASMUBIP em parceria com a APA-To, elaborou um fluxograma apresentando a análise do desequilíbrio financeiro da ASMUBIP, com destaque para os sintomas, as causas, as conseqüências e sugestões de medidas a serem tomadas. Dentre as recomendações para conter os gastos, destaca-se: “contenção dos custos, melhor planejamento financeiro das cantinas e da prensa, buscar fretes para o caminhão, melhor controle das atividades e ser mais rigoroso com devedores” (Arquivo APA-To, 1997).

Em entrevista para esta pesquisa o ex- gerente, que assessorou a ASMUBIP na parte da gestão no período de 1995 a 1999 (sendo que no ano de 1997 passou a ser contratado como assessor do MAG-Bico), 31 anos, técnico agrícola, esclarece que este fluxograma foi discutido com a diretoria, principalmente com a coordenadora geral e a coordenadora tesoureira, mas não foi possível discutir profundamente esta questão com as mulheres e com as demais coordenadoras.

À partir do ano de 1998 não foi possível encontrar registros ou ter acesso a documentos evidenciando a situação do projeto babaçu. O assessor da CPT, analisa que “nas condições econômicas de 1991 o projeto babaçu era perfeitamente viável, o preço do óleo era de R\$1,80 (US\$ 0,62), preço de mercado, e passou imediatamente para R\$0,90 (US\$0,31), com a redução das alíquotas. (Entrevista em 27/10/2002). O maior agravante, enfatiza o assessor da CPT, foi a concorrência dos outros compradores que pressionou a que a ASMUBIP tivesse o melhor preço, sem que ela tivesse realmente condições para isto.

Na opinião do ex- gerente o ponto de estrangulamento do Projeto Babaçu, foi o fato de que havia uma *pretensão* de articular as decisões que deveriam ser tomadas no âmbito produtivo e associativo. Na sua opinião “esta era uma combinação complicada, pois, nas decisões para gerir o ‘negócio’ quase sempre havia o medo de desagradar as sócias”, além disto, analisa, “ao se planejar as ações da vida associativa não se definia de onde viria o recurso para a sua realização e isto acabava comprometendo recursos do projeto babaçu” (Entrevista em 29/10/2002).

Em depoimento para esta pesquisa, cita como exemplo, a política da compra de coco: “A ASMUBIP sempre pagava o melhor preço que o atravessador, isto beneficiava a quebradeira, mas quem assumia o déficit era o projeto babaçu”.

Em 2000, segundo a coordenadora geral, devido às dívidas crescentes nas cantinas a opção da diretoria foi incentivar a abertura de postos de compra em detrimento das cantinas. Em 2001 todas as cantinas foram desativadas e o motivo declarado do fechamento das cantinas deve-se ao fato de que houve um grande acúmulo de dívidas dos cantineiros. Segundo a coordenadora tesoureira, quando do seu fechamento, as dívidas das cantinas fecharam em cerca de R\$5.000,00 (cinco mil reais),(US\$ 1.724,14)

O sistema de gestão ao nível das cantinas e dos postos de compra ocorria da seguinte forma: o cantineiro, ou o responsável pelos postos de compra, possuía fichas de estoque onde deveria ser registrado o movimento de seu caixa diário: despesas da cantina, produtos vendidos, produtos trocados, créditos, etc. Mensalmente, o gerente e uma diretora deveriam se deslocar até as cantinas e postos de compra para fazer a prestação de contas com os responsáveis, mas nem sempre esta prestação de contas mensal tornou-se possível.

Em entrevista com o ex- cantineiro, que foi afastado por problemas de dívidas contraídas na cantina do qual era o responsável, o mesmo evidencia a sua opinião sobre o motivo destacado pelas coordenadoras para o fechamento das cantinas:

o que se tem neste movimento é que cada pessoa que se envolve no movimento tem grande dificuldade para dar assistência nas finanças de casa porque aparecem viagens, trabalhos, e a remuneração para estas pessoas ela é importante (...) já pensou, eu dedico ao movimento, faço tanto trabalho tenho tanto esforço e quando chego em casa tá o menino com fome, tem o filho necessitado de tudo e eu não estou sendo remunerado (Entrevista em 25/10/2002).

Este depoimento, embora comovente, não pode passar despercebido e se aproxima das diversas situações observadas por ESMAN & UPHOFF (1984) quando da realização da sua pesquisa com organizações atuando no meio rural pobre. A análise desta situação se aproxima evidencia a existência de uma das vulnerabilidades que, se não for combatida com sanções e controle social, podem levar ao fracasso de uma organização e é denominada de “más práticas”, ou corrupção. Esta vulnerabilidade ocorre quando as lideranças ou membros se apropriam dos recursos da organização para seu uso pessoal, da sua família, amigo ou facção política. Esta prática da corrupção, não é incomum, no entanto, a corrupção recorrente desacredita a organização, destrói a moral dos membros e resulta em fracasso. Esta prática, de fato, não é incomum, é como uma “tentação” muito grande diante da pobreza local e não se restringe aos líderes das organizações, como enfatizam ESMAN & UPHOFF (1984:199): “a tentação de embolsar os fundos da organização é grande, especialmente se estes fundos são originários de governos ou doadores externos”

A dívida dos cantineiros contribuiu para gerar o desequilíbrio do projeto babaçu, mas na opinião do ex gerente, os pequenos gastos também influenciaram, pois, conforme destaca:

houve alguns gastos que no meu ponto de vista eram desnecessários, eu chamei a atenção mas já estava encima, coisas simples que não custava tanto dinheiro mas não estava previsto, era um dinheiro que tirava da produção, como por exemplo freezer, ventilador, algumas coisas assim (...) coisas simples que deixa de tirar da produção, como por exemplo, a cerâmica que custa caro, algumas reformas, são detalhes pequenos que deixam de investir na produção” (Entrevista em 29/10/2002).

O ex gerente enfatiza que o que causou muito déficit na produção foi a vida associativa, pois necessitava de “muito recurso para cursos, para seminário e, mesmo conseguindo recurso do PD-A, sempre extrapolava o

que estava previsto, tinha muitas viagens, muitas diárias e isto foi descapitalizando a associação”. Além disto, analisa, “houve decisões da vida produtiva que acabaram trazendo conseqüências não previstas para a vida associativa”.

Além destas questões, outras decisões que foram tomadas, procurando-se estruturar a vida produtiva e que trouxeram impactos imprevisíveis, dizem respeito às alterações no Estatuto da associação ocorrida na assembléia de 1996. Analisando o texto do novo e do velho estatuto observamos dois parágrafos que, modificados, trouxeram impactos consideráveis para a Associação: um deles localiza-se no parágrafo terceiro, onde se dizia que “os cargos da Associação são exercidos a título gratuito”. O novo texto prevê que:

no entanto as tarefas executadas por sócias, sejam elas coordenadoras ou não, poderão ser indenizadas na forma de diárias devidamente aprovadas pela Coordenação, ad referendum da Assembléia, e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, desde que essas tarefas sejam solicitadas pela Coordenação, dentro do planejamento de trabalho ou a serviço dos projetos mantidos pela Associação (Arquivo CPT- Estatuto:1996).

A outra alteração refere-se à coordenação da Associação e foi modificado devido às considerações da diretoria juntamente com a assessoria de que a rotatividade dos membros da coordenação seria prejudicial uma vez que as diretoras estavam formadas e capacitadas. Portanto, enquanto o estatuto antigo dizia que a associação “será administrada por uma coordenação eleita em Assembléia Geral, por um período de dois anos”. A nova versão alterou o texto para:

os membros da Coordenação poderão ser reeleitos até 3 vezes consecutivamente mas, neste prazo, só poderão assumir duas vezes o mesmo cargo, a não ser que uma deliberação explícita da Assembléia, aprovada por dois terços dos votos expressados, os autorize a ficar mais (Arquivo CPT Estatuto: 1996).

Na prática a criação rápida da estrutura necessária para a implementação do projeto Babaçu que embora em fase inicial começou a funcionar com grande dimensão, (abertura de 7 postos inicialmente e de mais 3 postos no ano seguinte) encontrou sérios limites, desde aqueles ligados ao contexto da economia globalizada, passando pela administração

dos conflitos entre a vida produtiva e a vida associativa, até ao que se refere ao gerenciamento do mesmo em todas as suas etapas: administração dos postos de compra, administração das cantinas, dinamismo no recolhimento do coco, prestação de contas mensal, capacitação dos envolvidos no projeto, etc. O projeto Babaçu se configurou, assim, como uma experiência desafiadora e complexa tanto para as mulheres quanto para a equipe de assessoria.

Neste meio tempo as decisões no campo gerencial, que exigiam rapidez e espírito gerencial, acabaram sendo conduzidas por uma pequena comissão, da qual somente duas coordenadoras participavam juntamente com os assessores e se reuniam com frequência considerável, quinzenalmente, em detrimento da participação das mulheres da base. Certamente a participação ativa dos membros é difícil de se obter, sobretudo em se tratando de uma organização de âmbito regional composta por várias comunidades, mas para FOX & HERNANDEZ (1989) em uma organização grande é necessário se construir espaços intermediários de participação, “onde os membros adotam, executam e supervisionam, em grupo, decisões importantes” (p.9). As instâncias intermediárias não se referem especificamente a eventos ou a intervenções estruturadas, mas a “processos e espaços estruturados ou não estruturados onde pessoas, distintas dos dirigentes formais, podem exercer certo grau de poder nas organizações populares grandes” (p.9).

4.3.2 Vida associativa

As atividades da vida associativa, propriamente dita, se iniciam no ano de 1992, quando da assembléia eletiva para fundação da ASMUBIP. Em março de 1993 a associação promove a comemoração do Dia Internacional da Mulher em Augustinópolis (TO) e no mês de novembro viabiliza a participação de 20 mulheres no Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Teresina- PI além da realização da assembléia geral. No ano de 1994 não foi encontrado registro de atividades a não ser a comemoração do dia internacional da mulher e assembléia geral eletiva.

No ano de 1995, além da comemoração do Dia Internacional da Mulher a ASMUBIP promove, em parceria com a FETAET e CPT, a realização do I Seminário da Mulher Trabalhadora Rural do Tocantins abordando o tema da saúde e previdência social. Em novembro a ASMUBIP viabiliza a participação de 80 sócias no Encontro do MIQCB em São Luiz do MA. Em 1996 no âmbito do Projeto Balance²⁵, que garantia o pagamento de diárias no valor de R\$10,00 (US\$ 3,45) para a realização das atividades. Iniciam-se as reuniões bimestrais com presença das coordenadoras de núcleo, mantém-se a mobilização em torno da comemoração do Dia Internacional da Mulher, realização do I seminário regional da ASMUBIP e a realização da Assembléia geral com alterações no Estatuto.

Nesta ocasião começava a cristalizar-se as resistências por parte do movimento sindical ao trabalho desenvolvido pela ASMUBIP o que levou á proposição de um novo parágrafo quanto ao artigo 3 sobre as finalidades e objetivos da Associação onde lê-se: (novo) *Parágrafo 2* – “a ASMUBIP reconhece no sindicato dos trabalhadores rurais uma ferramenta de organização essencial e orienta suas sócias para dele participem ativamente”.

Durante todo o ano de 1997 realizam-se reuniões mensais da diretoria, reuniões bimestrais com coordenadoras de micro-região. Em 1998, no âmbito do projeto Balance, mantém-se a dinâmica de reuniões mensais da diretoria, visita bimestral nas micro-regiões, realização do II seminário da mulher trabalhadora rural, três cursos para os núcleos, formação para cantineiros e coordenadoras, assembléia das micro-regiões em São Miguel TO. Além destas atividades a coordenadora geral participa de um workshop em São Paulo e de três encontros a nível nacional para divulgar a ASMUBIP.

²⁵ As atividades previstas no âmbito do Projeto Balance foram: “[i] reunião de formação de 2 dias, a cada 6 meses, com as 22 coordenadoras de núcleos tocando a cada vez na questão metodológica e pedagógica da animação e organização de seu núcleo, e tratando um dos módulos de capacitação planejados (gênero, sexualidade, alimentação, utilidades do babaçu, educação da criança, organização social, meio ambiente, saúde e medicina caseira);[ii] curso de capacitação das coordenadoras por micro-região a serem realizadas pelas coordenadoras de micro-região, propondo aprendizagens práticas a partir dos temas estudados e das situações vivenciadas nos núcleos;[iii] visita periódica aos núcleos por parte das coordenadoras gerais da associação para reforço na animação de reunião e aprimoramento do trabalho pelas coordenadoras locais: a periodicidade, relativamente elevada nos primeiros 18 meses (2 vezes/mês) será gradualmente reduzida no segundo período até plena autonomização das coordenadoras locais” (Fonte: Projeto Balance: 1996:6).

Em 1999 a ASMUBIP promove reunião de planejamento com coordenadoras geral e coordenadoras de núcleo e assessoria realiza o II seminário regional e a coordenadora geral, juntamente com a coordenadora tesoureira, participam de 04 encontros a nível nacional: São Paulo, Brasília, São Luiz e Paraíba. Em 2000 as ações na base quase não aparecem nos documentos; registra-se a participação da coordenadora geral um Workshop em São Paulo e outro em Brasília. Em maio ocorre o I Seminário Regional do Babaçu realizado em parceria com o órgão Estadual de Assistência Técnica, RURALTINS e em agosto a ASMUBIP viabiliza a participação de 10 mulheres na Marcha das Margaridas em Brasília (DF). Em setembro de 2000, a coordenadora geral participa do Encontro de Agricultura Familiar promovido pela Rede Mulher de Educação em João Pessoa (PB).

Em 2001 o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) promove o Encontro das quebradeiras de coco babaçu em Imperatriz (MA) do qual participam 50 sócias da ASMUBIP. Em janeiro e março de 2002 a APA-To incentiva a realização da avaliação interna da ASMUBIP em duas etapas.

Como observado na breve apresentação das principais ações da Associação no que se refere à vida associativa, as lideranças da ASMUBIP dedicaram uma parte significativa de seus esforços organizativos na realização de eventos que exigiam a mobilização das sócias como seminários, assembléias, comemorações do Dia Internacional da Mulher e ainda encontros a nível nacional. Esta constatação remonta a STEPHEN (1996) quando destaca que a organização incomum do MMTR ressalta a diferença entre mobilização e participação, segundo a Autora, “mesmo que o Movimento seja capaz de mobilizar centenas de mulheres para eventos mais amplos a liderança dedica uma parte significativa de seus esforços organizativos na realização de discussões ‘de base’ (p.55). Segundo STEPHEN (1996) os encontros se dão preferencialmente em âmbito local e no nível das pequenas comunidades, além disto na metodologia adotada, os temas são discutidos “nas comunidades locais, posteriormente em encontros regionais e depois em encontros estaduais, ou seja, há um processo de discussão que permeia todos os níveis da organização, o que é facilitado pelo fato de que a liderança estadual é formada por representantes de

grupos regionais e locais” (p.55). No caso da ASMUBIP os encontros no nível das comunidades aconteceram fundamentalmente durante a implementação do projeto Balance (1996 a 1998) mas a partir desta data desaparecem nos registros e dão lugar à crescente participação das principais lideranças em eventos a nível nacional.

Com relação ao eixo voltado para a preservação ambiental, destacado pela coordenadora tesoureira como uma das demandas prioritárias da associação, as ações desenvolvidas direcionaram-se, quase exclusivamente, para a denúncia de derrubadas e queimadas do babaçual. Em 1996 ocorreram duas reuniões da diretoria com a assessoria e dois advogados para elaborar uma proposta de projeto de lei visando a preservação do babaçual no Estado do Tocantins e a garantia de direitos sociais especiais que assegurassem à quebradeira de coco a aposentadoria especial.

Na opinião da diretora executiva da APA-To, 32 anos, engenheira agrônoma, a visão da ASMUBIP sobre o eixo de trabalho voltado para a preservação ambiental é muito restrita:

só na questão de você não derrubar o babaçu...mas não se pode fazer uma discussão do manejo do babaçu com a roça. Isto cria um choque entre a ASMUBIP e as famílias, pois o homem vive da roça. Se ela conseguisse fazer a discussão do consórcio seria um avanço inclusive na questão de gênero, pois os homens, mesmo os do movimento sindical, têm tido problemas com esta postura radical da ASMUBIP de denunciar a derrubada com o argumento de que a palmeira ajuda a mulher (Entrevista em 30/10/2002).

Desde o advento da Rio 92, a tríade *mulher-preservação ambiental-superação da pobreza* encontrou um contexto político bastante favorável. Diversas agências de cooperação destinaram seus recursos para incentivar organizações onde a iniciativa de preservação ambiental fosse um eixo norteador. Segundo FIÚZA (2001), nos anos 90, no âmbito das políticas de desenvolvimento, as mulheres rurais, especialmente as do terceiro mundo, passaram a ser vistas como “guardiãs” da natureza. A quebradeira de coco, também remonta a esta idéia e a visão de algumas coordenadoras da ASMUBIP de preservação ambiental, ao que parece, é fruto da experiência inicial da organização, quando enfrentavam os fazendeiros contra as derrubadas e queimadas das palmeiras.

Procurou-se, neste tópico, descrever as principais ações da associação com base no trabalho realizado em torno da vida produtiva e da vida associativa além de um breve comentário sobre o eixo voltado para a preservação ambiental.

Para a realização de suas atividades, a ASMUBIP conta com recursos provenientes de projetos com contrapartida e doações. O volume de recursos recebidos pela associação nesta década pode ser visualizado no fluxograma abaixo:

Este fluxograma foi elaborado inicialmente pela APA-To e complementado com os dados desta pesquisa. Parte do mesmo foi apresentado às coordenadoras da ASMUBIP por ocasião da reunião de avaliação interna e, conforme esclarece a diretora executiva da APA-To: “o objetivo de apresentar um documento como este pra as diretoras foi para que elas vissem claramente o volume de recursos investidos na entidade e pensássemos o impacto destes recursos tanto na vida produtiva quanto na vida associativa”. Entretanto, segundo a entrevistada, este fluxograma não trouxe o impacto esperado pois “não se conseguiu avançar na discussão deste material, ele não teve a discussão que esperávamos, a questão das alíquotas de importação sempre aparece mais forte no discurso das diretoras, uma espécie de “o óleo da Malásia é responsável por nossa falência”(Entrevista em 30/10/2002).

Quando da realização da entrevista com o assessor da CPT, sobre o fluxograma e das considerações da pesquisadora sobre até que ponto o recebimento contínuo de recursos pode ter contribuído para a situação atual da Associação ele faz as seguintes considerações:

a CPT nunca teve prática ou esta postura de sair elaborando projeto a torto e a direito...não sou contra os projetos, não elaboramos projeto a torto e a direito e nem de qualquer jeito, mas procuramos construir um projeto que tenha uma faceta de política pública. Se me recordo bem, os projetos que elaboramos para a ASMUBIP possuíam um objetivo concreto, por exemplo: Projeto CESE para capital de giro, que é o que viabiliza o projeto babaçu. Em uma nova avaliação apontou-se déficit e a única alternativa era enviar um pedido a uma autoridade para nos aliviar os gastos fixos, financiando a estrutura mínima necessária para o funcionamento do projeto: gerente, secretária, manutenção do caminhão...Aí veio a idéia de elaborar o primeiro PD-A. Quando foi evidenciado que a associação não se auto-sustentava para atividades formativas e organizativas elaborou-se o projeto Billance, para a formação (Entrevista em 27/10/2002).

O assessor da CPT enfatiza que é preciso diferenciar os projetos, dos projetinhos. Segundo o mesmo: “os projetos que começaram a pingar, os chamados projetinhos, iniciaram com a entrada de [cita o nome de uma das organizações] mais efetivamente na região, e tomaram outra cara”.

Soa um tanto quanto estranho esta denominação de *projetos* e *projetinhos*, mas ambas as expressões são bastante comuns no linguajar das trabalhadoras rurais, principalmente das lideranças do movimento de mulheres na região e referem-se ao volume, ou valores de cada um. O sentido de projeto, neste contexto, nem sempre imprime a idéia de plano, intento, mas de solicitação de recursos, de pequeno ou grande porte, para o desenvolvimento de atividades nem sempre definidas coletivamente como prioritárias pela base da organização. Tal qual as práticas paternalistas acabam gerando dependência, disputas por projetos e inibem a busca de estratégias de sobrevivência que advenham do próprio grupo, tal qual observa Bunch (1994).

Situação semelhante foi observada por MASSELI (1998), analisando as relações entre assentados e mediadores no assentamento Sumaré I. Esta autora observou que na prática extensionista a elaboração de projetos também é bastante comum, na tentativa de “ajudar” os assentados. Segundo a referida autora, projetinhos também é uma expressão utilizada pelos técnicos da região em que desenvolveu seu estudo, o que, na sua opinião, se aproxima de uma “generosidade maléfica” e do paternalismo ou ainda revela “uma confusão de papéis e pode dificultar que o técnico veja o assentado como sujeitos capazes o que os levam (os técnicos) a se sentir responsáveis por procurar uma tentativa de achar uma solução para progredir” (p.131)

Comentários adicionais ao fluxograma:

No fluxograma é feito referência ao recurso recebido pelo PADIS (o Programa de Apoio e Desenvolvimento Institucional Sustentável), realizado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil. O objetivo do PADIS é “fomentar o desenvolvimento institucional das organizações que atuam em parceria na resolução de questões sócio ambientais no nível local, contribuir para a criação de espaços de interlocução política e social e desenvolver

metodologias de Desenvolvimento Institucional para Espaços públicos sócio ambientais” (PADIS: 2002:35)²⁶

O apoio do PADIS está mais freqüentemente voltado para recursos humanos, ou seja: através de um cadastro de consultores promovem parcerias visando ao fortalecimento da organização dentro de temas estratégicos.

Ainda sobre o fluxograma, é importante destacar que no mesmo não constam os recursos provenientes de empréstimos e doações que, embora apareçam nas falas de alguns/algumas entrevistados/das, não foi possível ter acesso a estas informações, e segundo o assessor da CPT, foram irrisórios, insignificantes. Um outro esclarecimento diz respeito ao segundo Projeto PD-A, que consta no fluxograma e que foi aprovado em 2000. O projeto previa a sua implementação no período de 2001 a 2004, mas, conforme esclarece a coordenadora tesoureira, o projeto chegou a liberar cerca de três parcelas, chegaram a contratar um assessor de nível superior como era previsto no projeto, mas a liberação do recurso foi interrompida por problemas na prestação de contas.

4.4 A ASMUBIP nos dias atuais

A estratégia adotada para apresentar a situação da ASMUBIP nos dias atuais, será à partir da sistematização dos dados coletados em campo que dizem respeito às questões norteadoras do roteiro de entrevistas e relativas ao planejamento, divisão interna, centralização, relação com outros movimentos sociais na região, rotatividade de lideranças em cargos de direção, avaliação, trabalhos na base, procurando incorporar a opinião dos/das entrevistadas sobre o porquê da ASMUBIP ter chegado à situação atual, observando também a existência das vulnerabilidades destacadas no referencial teórico.

Como está a ASMUBIP hoje no momento em que vocês estão se preparando para comemorar 10 anos de existência? Com esta pergunta

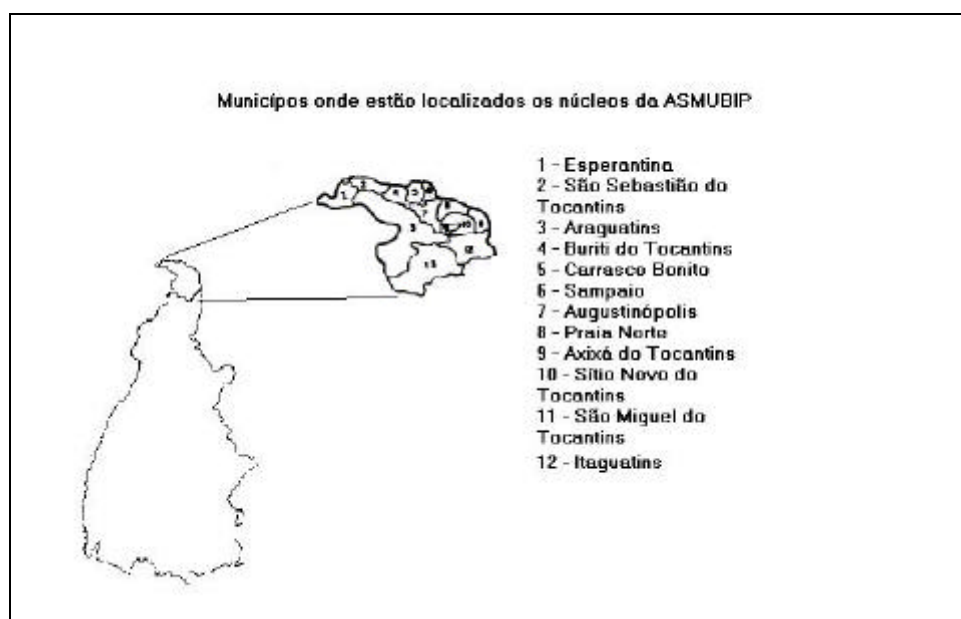
²⁶ O PADIS atua preferencialmente nas regiões Amazônica, Cerrado e Mata Atlântica, sendo que no Bico do Papagaio possui 13 parceiros, dentre os quais a ASMUBIP, a APA-To o STR de Axixá, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Axixá, a ABIPA(Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio) e seis associações de projetos de assentamento no município de Axixá.

iniciamos a segunda parte da entrevista com a coordenadora geral, quando a mesma dizia ser necessário elaborar um projeto para a comemoração dos 10 anos da ASMUBIP. A entrevistada, bastante emocionada, respondeu:

Ai, meu Deus, a situação está muito ruim, muito ruim mesmo, e assumir a direção da ASMUBIP exige demais e não tem retorno nenhum, é como estar casada, com filhos e não poder se separar do marido por causa dos filhos...não tem diária, não tem salário, só trabalho e responsabilidade e cobranças. Por causa disto ninguém que assumir a ASMUBIP, ninguém.

Atualmente a ASMUBIP possui cerca de 800 sócias que estão organizadas em 35 núcleos, abrangendo 11 municípios do Bico do Papagaio e distribuídas em 3 micro-regiões. Os núcleos estão distribuídos por município, conforme pode ser visto no mapa abaixo:

Mapa 2. Localização dos núcleos da ASMUBIP



Fonte: SEPLAN (adaptação da autora)

Em uma década o número de sócias da ASMUBIP deu um grande salto, passando de 164 sócias em 1992, para 260 sócias em 1996 e em 2002 registra-se o número de cerca de 800 sócias, ampliando, conseqüentemente, o número de núcleos e municípios na base de atuação

da Associação. O contínuo crescimento do número de sócias a cada assembléia foi um dos temas que trouxe acaloradas discussões durante as entrevistas. Para a coordenadora geral, a associação só não tem mais sócias porque ela não tem recursos para andar nas bases filiando as mulheres interessadas, e, como enfatiza a coordenadora tesoureira: “de uns tempos para cá até os homens nos procuram para se filiar”. Para a dirigente da FETAET, que foi membro da 1ª diretoria da ASMUBIP (1992-1994), e para a atual coordenadora da AMB, membro do conselho fiscal na diretoria atual da ASMUBIP, este número existe só no papel, pois, conforme analisam, “quem se filia na assembléia deste ano nem aparece na assembléia do ano seguinte, aí já vem é nova sócia para se filiar”.

Na opinião da dirigente da FETAET, analisando a situação da Associação hoje, este crescente número de sócias não significa que a associação esteja fazendo trabalho de base, e enfatiza em tom de indignação: “não tem trabalho de base de jeito nenhum, nenhum! Não tem informação, não tem comunicação com a base”. Comentário semelhante ao desta entrevistada foi feito por praticamente todas as entrevistadas ante a pergunta sobre como se dá o trabalho na base. E a dirigente da FETAET continua, em tom de desabafo: “A ASMUBIP pode ter fama, pode ter dinheiro, mas a base não foi trabalhada”.

Por ocasião da visita da pesquisadora a um núcleo recém criado, foi possível entrevistar uma sócia recém filiada: 30 anos, quebradeira de coco, residente no Projeto de Assentamento Buriti, ao ser solicitada a comentar porque havia se associado a ASMUBIP, a nova sócia respondeu:

foi assim: o senhor Antônio, presidente da associação dos sem terra do Projeto de Assentamento Buriti, estava procurando quem era sócia da ASMUBIP para saber quem queria ir participar da assembléia, encontrou só uma sócia e perguntou pra mim se eu queria ir assistir a assembléia também, eu aceitei o convite e fui. Foi a primeira reunião de mulheres que participei e o assunto era o Babaçu. Lá na frente alguém perguntou quem queria se filiar a ASMUBIP e eu respondi que queria mas não sabia direito o que era ASMUBIP e o que significava ser sócia, pensei que dar o nome era só para a lista de presença pois eu nunca participei de nenhuma reunião no núcleo (Entrevista em 30/10/2003).

A pesquisadora perguntou ainda a esta nova sócia o que ela entendia por ASMUBIP, ao qual ela respondeu: “Até hoje não entendo e não teve reunião no meu núcleo, sei da cantina de Santa Luzia que dava os melhores preços para os produtos, isto é bom, mas acho que deveria ter reunião pra explicar o que é a associação”.

Na opinião desta sócia recém filiada, ser sócia da ASMUBIP “é ter acesso às coisas”. A coordenadora geral concorda que não tem tido nenhum trabalho de base na Associação e comenta que ela mesma tem dificuldade de trabalhar na base, “este ano eu saí muito, por um lado isto é bom para divulgar o trabalho, mas ao mesmo tempo não trabalha na região e as sócias se queixam”. “Além do mais”, enfatiza a entrevistada, “como a associação é muito grande não é possível reunir o povo (...) até sabemos tocar o trabalho, mas não temos recursos, mas às vezes, têm muitas mulheres querendo se associar sem a gente nunca nem ter ido naquele povoado e como dizer não para uma sócia que quer entrar na associação?” A coordenadora geral analisa, ainda, que a associação cresceu muito nos três anos em que tiveram recursos para trabalhar a formação (1995 a 1998), e, na sua opinião as mulheres da região que querem se tornar sócia “estão em busca de uma melhoria de vida”. A entrevistada emociona-se ao analisar o crescente interesse das mulheres da região, em participar da Associação, mas, como ela mesma diz, “infelizmente elas não têm tido nenhuma assistência: nem organizativa, nem econômica, pois não temos recursos pra fazer nada”. O afastamento da base é, na opinião de duas das entrevistadas, (a coordenadora da AMB e a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista) o principal motivo da associação estar fragilizada e ter chegado à situação atual. A coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista também se lamenta dizendo que “tem muito tempo que também não ando nas bases”.

Para a coordenadora da AMB, que está na diretoria da ASMUBIP desde a sua fundação (4 gestões consecutivas) atualmente como membro do conselho fiscal, “se não tem trabalho de base pior ainda é não ter prestação de contas”. E enfatiza:

Não tem prestação de contas na base de jeito nenhum, só na assembléia e em linguagem de difícil compreensão, só pra dizer que teve prestação de contas, a gente que é do conselho fiscal vive reclamando: tem que ter formação para o conselho fiscal atuar, tem que ter formação para o conselho fiscal atuar (entrevista em 23/10/2002).

Segundo o ex gerente e ex assessor do MAG-Bico, “houve duas rodadas nos núcleos para fazer a prestação de contas nas bases, mostrando a situação financeira, mas a associação é muito grande, numa organização de âmbito regional custa caro a despesa com a alimentação e transporte.” O principal motivo para que não seja possível a realização do trabalho de base, segundo a coordenadora geral, é porque “tem muito trabalho para as poucas diretoras que querem assumir, hoje são poucas que querem trabalhar de graça”. Este *trabalhar de graça*, significa, segundo a coordenadora geral, que “as mulheres só querem trabalhar se tiver um projetinho que pague as diárias”. A questão do pagamento de diárias, também é outro tema polêmico entre as entrevistadas. Na opinião da coordenadora secretária, que também é tesoureira da ABIPA (Associação dos Apicultores do Bico do Papagaio) “esta é a razão de não só a ASMUBIP, mas quase todas as entidades da região estarem muito mal: o vício que trouxe estes projetinhos de pagamento de diárias”. Este comentário é semelhante ao comentário de todas as demais mulheres trabalhadoras rurais entrevistadas, que avaliam que, se em um primeiro momento, o pagamento de diárias serviu como um grande incentivo, atualmente elas podem ver os impactos negativos que este apoio trouxe, uma vez que levou à dependência. Já para a coordenadora geral e para a coordenadora tesoureira, a única estratégia possível para que se possa retomar o trabalho de base na situação em que a associação se encontra hoje é “a gente conseguir alguém para elaborar e aprovar um projetinho de diárias”. A agente da CPT atuando na região, ex membro da diretoria da ASMUBIP, analisa que de todos os apoios que a organização recebeu, o que trouxe mais malefícios do que benefícios foi o projeto de pagamento de diárias, que na sua opinião “até hoje provoca muita briga e muito ti ti ti”.

Mas como e quando iniciou esta idéia de pagar diárias? Segundo a agente da CPT a idéia de pagar diárias começou assim: “as mulheres não

trabalhavam mais em casa, era só fazendo o serviço da associação. Então os maridos começaram a reclamar e então tivemos a idéia de que as mulheres deveriam receber diária”. Na opinião de três entrevistadas (coordenadora secretária da ASMUBIP, dirigente da FETAET e agente da CPT atuando na região) o pagamento de diárias, tornou-se como que um vício e é o principal fator responsável pela situação atual de fragilidade da associação.

Segundo a coordenadora geral, como não há recurso para pagamento de diária, quem acaba assumindo todas as responsabilidades pela associação é ela e a coordenadora tesoureira. E desabafa: “não tem divisão de responsabilidade, tudo sobra pra nós duas”. As demais entrevistadas também deram resposta semelhante: “A ASMUBIP hoje é administrada por duas pessoas: A coordenadora geral e a coordenadora tesoureira”. A coordenadora da AMB e membro do conselho fiscal da ASMUBIP, entretanto, discorda desta opinião de que há centralização e não há divisão de responsabilidades porque as diretoras só querem trabalhar se tiver diária. O que ocorre, segundo esta entrevistada, “é que tem muita coisa suja por debaixo dos panos, coisa suja que ninguém quer falar e aí as diretoras preferiram se afastar”. A entrevistada comenta que freqüentemente se pergunta “será que as desconfianças que tem dentro da própria diretoria e que levam a denúncias e acusações sem prova, também não é culpa da assessoria que protegeu muito? Que foi paternalista quando viu os erros acontecerem, passando a mão na cabeça? Na minha opinião, ver o erro e não falar é ser paternalista a assessoria sabia de todos os erros e não pôs às claras”. A dirigente da FETAET, também concorda que houve muito paternalismo com relação à ASMUBIP.

O assessor técnico da APA-To, manifestou opinião semelhante enfatizando que a assessoria contribuiu muito para que a ASMUBIP chegasse à situação atual, sobretudo, por tentarem maquiagem os problemas internos para que não houvesse um racha ou que se expusesse os problemas além das quatro paredes da ASMUBIP. Na sua opinião a ASMUBIP representa hoje uma importância política forte na região. É uma região complicada e a ASMUBIP é mais uma muleta, é um ponto de apoio

para as demais entidades, muitas pessoas acreditam neste projeto da ASMUBIP (Entrevista em 26/10/2002).

Na opinião do assessor da CPT para a situação chegar ao ponto em que chegou houve acúmulo de erros, tais como:

Demorou muito para incorporar no projeto produtivo econômico um gerente, as trabalhadoras podem opinar, dar os rumos políticos, mas é uma ilusão total pensar que elas podem administrar sozinhas a parte econômica de um projeto nos moldes do que a ASMUBIP possui, além disto o gerente não tinha poder e dependia da iniciativa da direção. Hoje percebo claramente se não houver uma estrutura rígida de controle, prestação de contas a tendência é que as coisas se compliquem. Com a saída do gerente perdeu-se o volante (Entrevista em 27/10/2002).

O nascimento e o crescimento rápido da ASMUBIP foi o resultado, em parte, da implementação de diversos projetos voltados para a geração de renda e a melhoria econômica das famílias, em detrimento da motivação inicial do “ser mulher”. Dada às condições de extrema pobreza da região, este aspecto, da geração de renda, contribuiu fundamentalmente para construir e reforçar a imagem da ASMUBIP como um espaço onde as mulheres poderiam encontrar uma melhoria na condição de vida, “ter acesso às coisas”, como se expressou uma sócia de base, aumentando, sobremaneira, o crescimento quantitativo da organização mesmo sem a realização efetiva do trabalho de animação e organização das mulheres nos núcleos de base. Na gestão dos projetos observamos (e ouvimos) diversas insinuações de desvio dos recursos ou utilização dos mesmos para benefício próprio, se aproximado dos que ESMAN & UPHOFF(1984) denominam de “más práticas”, uma vulnerabilidade. Esta é uma questão delicada, sobre a qual os/as informantes sempre vez ou outra se referiam, mas diziam em seguida: “ouvi falar”, “não temos prova”, “só tem tititi”. Este contexto gera uma desconfiança, desacredita a associação, destrói a moral dos membros e inevitavelmente leva ao fracasso.

Ao mesmo tempo, no âmbito produtivo, a gestão dos projetos econômicos, justificados pela complexidade do trabalho da gestão, se davam de forma centralizadora, entre duas coordenadoras e os assessores, sem a participação efetiva das demais diretoras e da base. Tal qual observa

BUNCH (1994), em uma organização que lida com recursos é provável que surjam rumores de fraudes e desvios, mas é a participação dos membros que vai ajudar a combater as suspeitas que por ventura pairam sobre o programa e fazer com que os habitantes locais percebam a complexidade do trabalho realizado. Contrastando com a opinião das lideranças quanto ao fato das divisões de responsabilidade e ações na base, como relevantes para evitar que a situação chegasse ao ponto que chegou, a opinião do assessor volta-se mais para a gestão do projeto produtivo e a necessidade de um gerente tido como “volante”.

Outra questão que a procurávamos elucidar à partir das entrevistas era como as ações são definidas, ao que todas as entrevistadas responderam: “a diretoria se reúne com a assessoria para fazer o planejamento mas nem sempre repassa para a base”. A coordenadora geral enfatiza que as decisões são definidas quando fazem o planejamento anual, mas nem sempre dá para atingir o que se planejou e, conforme esclarece, “do planejamento participa a diretoria e a assessoria para levantar o que vai ser feito, quantos seminários, quantos cursos, o que fazer nos núcleos.” Além disto, a entrevistada esclarece que geralmente nos projetos que são elaborados já fica definido o que deve ser feito, a gente só tem que cumprir.

Na opinião da dirigente da FETAET um outro motivo que levou a Associação à situação atual foi que “o grupo que entrou no segundo mandato, nunca mais saiu e assim desrespeitou o estatuto”. A falta de rotatividade na diretoria é destacada por esta entrevistada como uma questão grave. “Além disto o grupo que entrou na segunda gestão não saiu e nem se preocupou com a formação de novas lideranças. Na opinião da coordenadora geral “a associação tem boas lideranças que sabem trabalhar mas o que não tem é recurso para as lideranças sentirem vontade de trabalhar”. A diretoria venceu o seu mandato em julho de 2002 mas, segundo a coordenadora geral, “por falta de quem queria assumir estamos adiando a assembléia”.

A situação da diretoria quanto à rotatividade dos membros, pode ser observada na tabela **anexo 9**, cuja análise evidencia que existe falta de rotatividade: da atual diretoria, composta por doze coordenadoras, 4

coordenadoras estão há 4 gestões na direção, 3 coordenadoras estão há três gestões, duas coordenadoras permanecem no cargo há duas gestões e duas coordenadoras foram eleitas quando da última assembléia eletiva. Destas doze coordenadoras 5 pertencem à micro região I, 3 pertencem à micro região II e 4 pertencem à micro região III, sendo que destas doze, nove são quebradeiras de coco.

Com relação à avaliação este é um aspecto cujo comentário da coordenadora secretária assemelha-se ao das demais entrevistadas quando diz que: “ as diretoras não conseguem se reunir para avaliar e quando isto acontece não permanecem na reunião até o final porque tem que tomar o ônibus para voltar para casa no meio da tarde e além do mais nas reuniões de avaliação sempre dá muita mas muita briga, mesmo.” Quando se perguntou aos entrevistados e entrevistadas se havia divisão interna, todos foram unânimes em afirmar que “Sim! e muitas”, na opinião da coordenadora secretária, “isto se dá por causa de ciúmes, disputas, uma querendo ser mais que as outras, ser mais famosa. A briga maior é por causa do poder”. A dirigente da FETAET enfatiza que as coisas andam muito mal na ASMUBIP por causa desta briga que ela considera “miserável” principalmente entre duas lideranças e que esta divisão interna acontece “geralmente ocorre entre [cita o nome de duas lideranças] por causa do dinheiro que tem entrado e ninguém sabe direito para onde vai”. A coordenadora geral quando solicitada a responder se havia divisão interna preferiu não tocar neste assunto, estava bastante emocionada e não quis responder sobre esta questão e sobre a relação da ASMUBIP com as demais organizações de mulheres da região. Já a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, ao ser perguntada sobre o tipo de relação que a Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural tem com a ASMUBIP, respondeu que: “A relação da Secretaria da Mulher do CNS com a ASMUBIP é assim: é basicamente para ajudar a conseguir recurso financeiro, se precisar de recurso a gente vai atrás pra conseguir. Mas não temos outra relação”.

Na opinião da coordenadora secretária, esta situação chegou a este ponto “devido à disputa por projetos, por recursos”. A entrevistada cita o

exemplo de situações que como ela mesma se expressou: “joga lenha na fogueira”:

Na opinião do ex gerente, quando solicitado a responder se havia divisão interna junto ao movimento, o mesmo balança a cabeça afirmativamente e sorri dizendo: “muita divisão, muita divisão mesmo” e na sua opinião: “esta relação conflituosa iniciou em [cita um município] e se estendeu para toda a região. [cita de novo o nome do município] é o município que tem mais liderança e criou muitos ciúmes, houve muitos ciúmes internamente. Sempre coloquei isto nas reuniões. Esta questão do EU e isto gera conflito”.

Segundo o primeiro gerente da ASMUBIP, 28 anos, atualmente articulador do PT em São Miguel e também motorista da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural do CNS, houve um momento em que quase foi possível colocar fim nesta divisão entre as duas organizações, na sua opinião: “foi por ocasião das eleições municipais de 2000, quase colocaram um fim nisto, mas depois aumentou mais ainda mais”.

Nas conversas informais foi possível à pesquisadora observar que, de fato, há um grande envolvimento das lideranças e membros de ONGs, assessores, em campanhas eleitorais. Este envolvimento trouxe, nas últimas eleições, o acirramento de alguns conflitos e desconfianças quanto à ética na gestão dos recursos das entidades em benefício de determinados candidatos.

O ex gerente e ex assessor do MAG Bico concorda que, no momento das campanhas políticas, as organizações devem se envolver, mas avalia que, neste caso das eleições municipais de 200, houve um problema de confusão de dívidas, cita o exemplo da utilização do caminhão da associação e as despesas geradas e analisa que a associação, mais uma vez, saiu prejudicada e alimentou mais ainda a divisão interna.

Na opinião da diretora executiva da APA-To, “quase sempre tem a questão de projetos, de recebimentos de recursos, nesta situação de divisão interna do movimento das mulheres”. A entrevistada analisa que hoje “é super complicado vir qualquer projeto para a região, super perigoso, mesmo”. Quanto a esta questão, a maneira como se expressou a dirigente da FETAET, com um profundo suspiro ao final, retrata o sentimento das

demais entrevistadas no que se refere à dimensão que os projetos tomaram na vida das organizações: “haja projeto, haja dinheiro e haja briga”.

A questão da dimensão que os projetos tomaram na vida da ASMUBIP foi destacada por quatro entrevistadas como um dos principais motivos para a associação chegar à situação atual. E quando solicitamos a opinião sobre o recebimento de recursos, a agente da CPT no Bico do Papagaio comenta ainda que, “na visão das pessoas da região, a ASMUBIP é uma fonte de recursos, de dinheiro, uma espécie de banco”. O ex gerente e ex assessor do MAG Bico também tem esta mesma opinião e diz que “os projetos trouxeram uma visão muito suntuosa da ASMUBIP”. A dirigente da FETAET analisa ainda que “os recursos recebidos trouxeram poder e as mulheres se perderam porque não estavam preparadas, ainda, para lidar com este tipo de poder”.

Com relação à situação atual da ASMUBIP, na opinião do assessor técnico da APA-TO, 31 anos, engenheiro agrônomo:

as entidades do Bico ficaram susceptíveis aos projetos externos. Quando ouço que grande parte das máquinas de arroz vieram de projetos, as associações foram criadas com dinheiro de projetos externos e que as associações continuaram até hoje dependendo de projetos externos e grande parte destas máquinas de arroz estão quebradas, grande parte das associações que tem estão desestruturadas; a gente percebe que na verdade teve muitas pessoas que, claro que na maior das boas intenções, destas agências financiadoras, acharam que a questão do recurso era por si só um instrumento fundamental para promoção do desenvolvimento local na região”(Entrevista em 26/10/2002).

E como os projetos são elaborados? O assessor técnico diz que elaborar um projeto é muito fácil, “há vários manuais e editais de seleção, as pessoas descobrem estes editais e procuram alguém para redigir um texto, e além do mais o nome ASMUBIP fala por si só. Mas a assessoria acabou se tornando o elo entre a base e as agências de financiamento”.

Segundo a coordenadora tesoureira, para a elaboração de projetos “tem discussão com a base! Sempre a CPT elaborava; com a saída da CPT tivemos dificuldades para continuar”. Esta entrevistada queixa-se que a APA-To não quer mais elaborar projetos e nem fazer a prestação de contas que ficou muito complicada.

A relação da ASMUBIP com a APA-To segundo a coordenadora geral, ficou muito ruim por causa disto: “ninguém da APA-To quer elaborar projeto para nós e nem ajudar na prestação de contas”. O assessor técnico da APA-To, que desligou-se da entidade em janeiro de 2003, analisando a situação atual da ASMUBIP, esclarece que no ano de 2000 havia sido indicado pela equipe para apoiar a ASMUBIP na parte da gestão, mas ficou incomodado com esta visão que a ASMUBIP tem do papel da assessoria de fazer a prestação de contas e de resolver os problemas da entidade. Ao avaliar a relação da ASMUBIP com a APA-To, o mesmo considera que

a relação da ASMUBIP com a APA-To hoje, realmente não é boa, pois na verdade o que tentamos fazer, e que foi um divisor de águas em nosso trabalho, foi não atuar diretamente com a diretoria da ASMUBIP, mas, isto sim, fomentar uma reflexão por parte das próprias pessoas lá na ASMUBIP sobre a situação atual da entidade, colocar isto às claras...ninguém quer falar, tudo gira em torno do disse me disse.

Na opinião da diretora executiva da APA-To, uma das limitações que a mesma observara no trabalho desta ONG com a ASMUBIP foi a falta de formação para o trabalho com mulheres sob o enfoque de gênero, pois haviam outras demandas esta entidade, outros eixos e outras organizações a quem deveriam assessorar. Na sua opinião existe uma questão central nos conflitos que é o fato de que o que une realmente as mulheres é o “ser mulher”, há um grande potencial para a realização deste trabalho, quando entrou a questão da comercialização as mulheres passaram a ter dificuldades em conciliar suas demandas iniciais. Na sua opinião, a assessoria contribuiu para o que se poderia chamar de “desvio de prioridades” e, portanto, ela não pode se isentar, mas “deve contribuir de alguma forma com a associação neste momento em que ela está muito mal, uma vez que ela, a APA-To, também é responsável por isto e por este motivo não deve se afastar”. Para a diretora executiva da APA-To a relação entre a ASMUBIP e assessoria não é boa e que esta decisão sobre o trabalho da entidade com a ASMUBIP tem gerando tensão na equipe e que logo após a realização da avaliação interna resolveu concordar com a posição da maioria da equipe e afastar-se da assessoria da ASMUBIP até

que as mulheres resolvam, sozinhas, os problemas internos da entidade ou que o conselho diretor da APA-To se manifeste sobre esta situação.

A diretora executiva da APA-To também tem dúvidas se o envolvimento da entidade (APA-TO) na última campanha política de 2002, quando apoiaram um candidato a deputado federal contrário ao que a coordenadora geral da ASMUBIP apoiava, também não trouxe mais problemas na relação das duas entidades.

Para a coordenadora tesoureira, a situação da ASMUBIP chegou ao ponto que chegou devido aos problemas com a prestação de contas, pois, “não temos formação para fazer a prestação de contas e lidar com a gestão e para piorar ficamos largadas e além do mais este trabalho de prestação de contas é muito difícil de ser executado pelas lideranças, pois somos protagonistas e temos outras coisas para fazer, não dá pra conciliar a luta com a questão da gestão”.

Esta fala da coordenadora tesoureira da ASMUBIP é reveladora da situação atual no que se refere à capacidade do grupo de realizar a gestão. Este depoimento evidencia uma outra vulnerabilidade ou obstáculo, tal qual descrita por ESMAN & UPHOFF (1984): ineficiência que diz respeito ao fato de que a pouca habilidade técnica dos líderes de uma organização, constitui uma desvantagem para as organizações locais. O baixo desenvolvimento destas capacidades afeta a auto confiança do grupo e dos seus líderes. Os limitados recursos (conhecimentos, habilidades) em oposição aos técnicos e assessores e sua falta de confiança são reforçados negativamente pelo grupo que passa a se sentir incapaz.

Quanto às mudanças para o movimento a partir da criação da ASMUBIP, de uma maneira geral, na opinião dos/das entrevistados/das a criação da ASMUBIP trouxe diversos aspectos positivos: realização de seminários, encontros, valorização da quebradeira de coco, conforme a coordenadora tesoureira descreve bastante emocionada:

em primeiro lugar mudou o incentivo da discussão sobre o “ser mulher”, antes discutia sim este assunto, mas os companheiros não davam valor. Em segundo lugar a questão da produção e da valorização da produção não só do Babaçu mas do trabalho da mulher de modo geral, como trabalhadora rural. Em terceiro lugar a valorização do babaçu que passou a ter melhor preço. Ou seja:

o trabalho da mulher em todos os níveis foi mais reconhecido e mais valorizado, é muito bom ter um espaço.

Para a dirigente da FETAET o que ficou de mais marcante da criação da ASMUBIP até os dias atuais em termos de mudança “foi que separou muito o movimento das mulheres do movimento sindical. A ASMUBIP tinha o poder de um lado e do outro lado ficou o sindicato que ficou contra”. Por que ficou contra? Responde ela própria, “porque as mulheres não tiveram formação política-ideológica para lidar com o poder, com o dinheiro e passaram a se descontrolar”. Esta entrevistada se diz irritada com esta separação “pois este foi um dos eixos que motivou a fundação da associação: capacitar as mulheres para atuar no movimento sindical”.

As mulheres participantes da ASMUBIP, exercendo ou não cargos na diretoria, vivenciam o que ESMAN & UPHOFF (1984) denominam de *maior dilema* para as organizações, ou seja: os efeitos não previsíveis de recursos externos (recursos humanos e recursos financeiros), pois, tal qual observam os autores, podem causar impactos bastante significativos nos rumos que a organização poderá tomar. Os autores, que não são contrários ao recebimento de recursos, chamam a atenção para que as organizações o recebam (ou solicitem) de maneira seletiva, e que a dinâmica de implementação e gestão, não comprometa a própria dinâmica e autonomia do grupo atento ao fato dos riscos que os mesmos trazem quanto à dependência ou subordinação.

CAPITULO V



Fonte: Divani F. Souza

“No novo tempo,
apesar dos castigos,
estamos crescidos, estamos atentos
estamos mais vivos, pra nos socorrer.
(...) de toda fadiga, de toda injustiça,
de todos pecados, de todos enganos,
estamos marcados pra sobreviver.
Estamos em cena, estamos na rua
Quebrando as algemas...
E que nossa esperança seja mais que vingança,
seja sempre o caminho
que se deixa de herança”.
(Ivan Lins: No novo tempo)

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central esclarecer a história de uma organização de mulheres, a Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, ASMUBIP, e seus diversos vínculos institucionais endógenos e exógenos e desvelar, no curso desta história, os diferentes atores, individuais e coletivos, que escreveram esta história, levando-a ao desfecho que motivou a investigação: uma situação de fragilidade organizativa.

De fato a realização desta pesquisa é mais o esforço e exercício do diálogo teórico com autores que se dedicaram ao estudo de um tema semelhante junto a outras organizações atuando no meio rural. Este estudo desenvolveu-se procurando respeitar as interfaces e recortes da própria autora e do seu olhar sobre o tema. Através deste recorte é que, fundamentalmente, se foi compondo o corpus teórico e metodológico na forma da pesquisadora construir o seu objeto e, gradualmente, escrever e reescrever a sua interpretação da realidade.

No transcurso desta relação entre objeto de pesquisa e pesquisador, dado ao desafio metodológico da pesquisadora colocar-se “distante” do objeto, procurou-se, inicialmente, construir a redação deste estudo sempre na 3ª pessoa, não deixando transparecer a Divani por trás da pesquisadora e os diversos conflitos vividos durante a realização deste estudo. Como mediadora, como acadêmica, como cidadã, como pesquisadora e, por que não dizer, também como

mulher e profissional que participou desta história aqui desvelada e a autora tem responsabilidades e, as assume, no desfecho que motivou a investigação. Em meio ao turbilhão de sentimentos chegamos às considerações finais aceitando o desafio para nos colocarmos no texto sem sufocar o nosso eu, assumindo a nossa identidade, passando a redigir este estudo, no momento das considerações finais, na primeira pessoa.

O presente capítulo tem como eixo norteador a análise do problema organizacional, enfocando a conjugação de aspectos externos e internos, à luz do referencial teórico adotado no desenvolvimento da pesquisa. Isto posto, torna-se imprescindível enfatizar que este estudo não se constituiu em um trabalho de avaliação. Nem da ASMUBIP nem das entidades de assessoria ou entidades parceiras. O referencial teórico que adotamos neste estudo não é um referencial de avaliação de projeto e programas.

No transcurso da pesquisa várias questões foram se delineando e optamos por estruturar estas considerações finais em blocos procurando incluir as principais questões que nos ajudaram a compreender o que aconteceu no passado que conduziu à situação de fragilidade organizativa da ASMUBIP. Tal qual a história foi contada, vamos refletir inicialmente sobre a origem do movimento de mulheres trabalhadoras rurais e posteriormente à situação atual da organização.

Como enfatiza STEPHEN (1996), para compreender as trajetórias e características de uma dada organização é fundamental observar o contexto histórico em que ela se insere. O final da década de 80 foi um importante período na história política do Brasil, ocorrendo o surgimento de diversos movimentos sociais de base, o que veio a criar um ambiente substantivamente diferente para a emergência de novos movimentos de mulheres. O contexto histórico em que o movimento de mulheres que engendrou a criação da ASMUBIP se insere é semelhante ao de diversos movimentos de mulheres que emergiram no Brasil, em meados da década de 80, mobilizados e incentivados pela Igreja Católica, que as encorajava a discutir os temas do acesso à terra e da segurança alimentar. Não era necessariamente, em sua origem, um movimento *de* mulheres e os temas abordados não necessariamente resultariam em um projeto organizativo *para* as mulheres. Entretanto, como chama a atenção STEPHEN (1996), conquanto a

organização inicial das mulheres não tenha se dado à partir de um desafio consciente à sua subordinação e à luta pela igualdade de gênero, a sua politização resultou em sua participação consciente nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e em diversos movimentos sociais. Conseqüentemente, as mulheres passaram a sentir necessidade de ter um espaço para falar dos “seus assuntos” (sexualidade, saúde, sobrecarga de trabalho e, também, mas não exclusivamente, do Babaçu). Este desejo ou demanda encontra um contexto histórico favorável e legitimador das inúmeras iniciativas de organização de mulheres, de forma autônoma, em torno de suas demandas específicas.

Como pudemos observar, no capítulo referente à emergência do movimento de mulheres no Bico do Papagaio, à partir da morte do Padre Josimo e mais efetivamente à partir de 1988 que as mulheres trabalhadoras rurais no Bico do Papagaio começaram a ter contato com outros movimentos de mulheres, por exemplo organizações de mulheres de São Paulo, a Rede Mulher de Educação (uma ONG feminista). Por meio destes contatos, começaram a receber cartilhas da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Entretanto, a temática do Babaçu ganhou mais destaque junto ao governo federal e, posteriormente, junto às agências de cooperação e, também, das entidades de assessoria, sobretudo dentro do que podemos aqui denominar de tríade temática: mulher, preservação ambiental e superação da pobreza. Esta tríade temática encontra um contexto político favorável que veio a incentivar, através do governo federal, a criação de uma organização onde as questões ditas específicas das mulheres se diluíram na temática de geração de renda para as famílias. Este incentivo do governo federal foi, sobremaneira, o maior impulso para a criação da ASMUBIP.

Autores como ESMAN & UPHOFF (1984), chamam a atenção sobre a importância de se observar o que levou ao surgimento de uma dada organização, o que provocou a sua iniciação (iniciativa do próprio grupo, do governo, de agências de cooperação, de ONGs, etc.) sendo este elemento fundamental para compreensão da estrutura organizativa do grupo e que vai interferir pesadamente nos rumos que a organização irá tomar.

No caso da ASMUBIP, o que mais fortemente influenciou a sua criação foi um contexto político favorável. Este contexto político favorável se refere às

políticas de desenvolvimento voltadas para a mulher rural em especial à mulher rural do terceiro mundo. Para melhor compreensão deste contexto torna-se fundamental uma análise, ainda que breve, do mesmo. FIÚZA (2001), analisando o papel da mulher rural nas políticas de desenvolvimento, destaca que no início dos anos 90 ocorre uma mudança substantiva com relação ao papel da mulher nas políticas de desenvolvimento voltadas para o terceiro mundo e, em especial, para as mulheres rurais que deixam de ser vistas como beneficiárias dos mesmos (percebidas, até então, dentro da esfera reprodutiva e no cuidado com o lar) e passam a ser vistas na esfera da produção. Esta mudança, ocorrida no bojo da preocupação com a acelerada degradação ambiental, enfatiza a necessidade do envolvimento das mulheres nas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável. Fortalece-se, sobremaneira, a idéia de que as mulheres deveriam ter acesso à tecnologia apropriada para substituir o esforço físico, passando a mulher a ser vista como vítima em potencial das crises ambientais uma vez que suas “obrigações de mulher” as mantinham em estreito contato com a natureza. A mulher passou, então, a ser vista como agente preferencial da proteção ambiental, pois assim ela estaria protegendo a sua fonte de sustento.

Conforme analisa FIÚZA (2001), as mulheres passaram a ser vistas pelas agências de cooperação para o desenvolvimento, numa visão bastante instrumental, como um recurso importante no desenvolvimento, alívio da pobreza e preservação ambiental, criando um contexto político favorável às organizações de mulheres que tivessem as suas demandas o mais próximo possível da tríade: mulher-preservação ambiental- superação da pobreza.

CAMURÇA (2000), analisando a abordagem de gênero nas políticas de desenvolvimento, chama a atenção também para esta visão instrumental das mulheres no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Segundo esta autora

as mulheres foram avaliadas como potencialmente úteis ao desenvolvimento econômico: não desperdiçam os recursos ‘nelas’ investidos porque, mais do que os homens, sentem-se comprometidas com a economia familiar, o sustento e bem-estar dos filhos (...) esta preocupação das mulheres, com o cuidado e o bem estar do grupo doméstico, preocupação para a qual foram ‘treinadas’ e disciplinadas ao longo da história da humanidade, tem sido instrumentalizada em muitos programas cujos pressupostos incluem insígnias do tipo ‘invista nas mulheres que é mais seguro’. As mulheres passam a ser, então, um

recurso importante para programas de desenvolvimento e alívio da pobreza

Estes elementos construíram, por ocasião da Conferência Rio 92, um contexto político favorável. Naquela conferência o depoimento de uma expressiva e carismática liderança do movimento de mulheres do Bico do Papagaio sobre a situação da mulher quebradeira de coco Babaçu, impulsionou à criação da ASMUBIP. Portanto, não desrespeitando aqui a organização inicial das mulheres (década de 80), o fato é que a criação da ASMUBIP naquele momento, (1992) é fruto do incentivo do governo federal como condição para o recebimento do recurso. Este fato está na raiz da ASMUBIP e, desde o início, alimentou esta expectativa, ainda existente, de que era necessário a elaboração de projetos para captação de recursos externos para a solução de quaisquer problemas, resultando, conseqüentemente, na dependência da assessoria para elaboração e gestão dos mesmos.

Ou seja: se por um lado, quando do início do movimento, havia um contexto histórico favorável à construção de um movimento autônomo, impulsionando a criação de uma organização de mulheres oriunda das demandas apontadas pelas bases, ocorreu uma espécie de “desvio” na medida em que a criação desta organização se dá, em última instância, por incentivo do governo federal, como uma condição para receber recursos e direcionar sua linha de atuação para um tema que, ainda que se pautasse na realidade das quebradeiras de coco, não era um tema que provinha legitimamente das bases. Desta forma, o eixo central foi desvinculado da demanda que inicialmente estimulava a necessidade de um espaço próprio. BUNCH (1994), neste aspecto chama a atenção para o fato de que uma instituição deve ser criada fundamentalmente pela necessidade do grupo e não de uma agência de desenvolvimento, e que as estratégias de sobrevivência advenham com mais força do próprio grupo. Como diz o autor: “se não houver uma necessidade claramente sentida, não se deve fundar instituição alguma” (p.193), pois, caso contrário, quando faltar subsídio a organização morre.

A direção da ASMUBIP gradualmente desenvolveu esta expectativa de que os recursos, por si só, eram fundamentais para a implementação das ações, quaisquer que fossem elas. Esta expectativa encontrou respaldo e foi alimentada,

também, na postura dos assessores, e de outros colaboradores pontuais e entidades parceiras, que ao tentar contribuir na solução dos problemas da organização, foram elaborando projetos e projetinhos, postura que ainda permanece. Isto contribuiu, conseqüentemente, para a gradativa dependência da assessoria, tanto para a elaboração dos projetos, quanto para a prestação de contas e gestão dos mesmos.

Para os mediadores ou assessores é salutar e, sobretudo, necessária a reflexão sobre o quão paternalista pode se tornar esta postura, ainda que bem intencionada, de contribuir na busca de soluções para os problemas que a ASMUBIP enfrenta. O mediador precisa estar muito atento, e crítico quanto ao processo de busca de solução para os problemas. Deve estar mais atento ao processo do que com a solução específica, por mais que o tempo seja curto e que se tenha que tomar decisões rápidas. Como diria MASSELLI (1997) “o mediador deve ter consciência que este é, sobretudo, um trabalho pedagógico que deve permitir que os agricultores andem com as próprias pernas”.

A dependência dos assessores se arraigou não só na dinâmica do Projeto Babaçu, recursos para capital de giro, mas também nos denominados “pequenos” projetos de geração de renda à partir de atividades desenvolvidas pelas mulheres sócias na base: criação de aves, plantas medicinais, etc.

No que se refere ao projeto Babaçu, a criação rápida da estrutura necessária para a sua implementação, inspirada na experiência transplantada de outro estado após a visita de somente uma das lideranças se configurou em uma experiência extremamente desafiadora e complexa, tanto para as mulheres da ASMUBIP quanto para a equipe de assessoria. O projeto já começou a funcionar com grande dimensão, (abertura de 7 postos inicialmente e de mais 3 postos no ano seguinte) e encontrou sérios limites, desde aqueles ligados ao contexto da economia globalizada, passando pela administração dos conflitos entre a vida produtiva e a vida associativa, até ao que se refere ao gerenciamento do mesmo em todas as suas etapas: administração dos postos de compra, administração das cantinas, dinamismo no recolhimento do coco, prestação de contas mensal, capacitação dos envolvidos no projeto, etc.

Neste meio tempo as decisões no campo gerencial, que exigiam rapidez e espírito gerencial, acabaram sendo conduzidas por uma pequena comissão, da

qual somente duas coordenadoras participavam, juntamente com os assessores, na sua imensa maioria, homens (gerente, assessor) ou gestores na base (cantineiros). Esta comissão se reunia com alta frequência, (quinzenalmente), em detrimento da participação das mulheres da base, o que contribui com a centralização das decisões.

Além deste aspecto, no que se refere à sua origem, a trajetória da ASMUBIP, desde a sua formação inicial, em 1992, reflete alguns desencontros entre as expectativas das mulheres e entre as expectativas da assessoria e do governo federal. Se por um lado o assessor da CPT evidencia a sua opinião de que a implantação do projeto produtivo, veio de encontro a um sonho até então “insonhável”, as mulheres entrevistadas, em contraposição, deixam claro que havia sim um sonho, qual seja: ter um espaço próprio para discutir as suas questões, que não era exclusivamente a questão do Babaçu. O ser mulher, a superação da condição de “mulher desrespeitada”, o enfrentamento das “questões das mulheres” eram mais gritantes naquele contexto e não tinha como carro-chefe a questão do Babaçu ou da geração de renda. A criação do Projeto Babaçu, voltado para “a melhoria das condições econômicas das famílias”, não traduzia o problema das mulheres que engendrava o desejo de ter um espaço próprio e distinto. Esta situação se assemelha àquela descrita por STEPHEN (1996) com relação ao Conselho de Mulheres da UELC, no México. Segundo a autora, no caso da UELC, muito semelhante ao da ASMUBIP, “os projetos dirigiam-se para a melhoria econômica das famílias, mas não especificamente, das mulheres rurais” (p.50).

No “Projeto Mulher”, pelo exposto, fica claro que as iniciativas concentram-se na mobilização das mulheres em torno, sobretudo, da comemoração do Dia Internacional da Mulher. Tal qual STEPHEN (1996) analisa é preciso ressaltar que a mobilização para eventos de massa é distinto da participação das mulheres em encontros locais e ao nível das comunidades. Ou seja: no que se refere à estrutura organizativa, as lideranças da ASMUBIP dedicaram uma parte significativa de seus esforços organizativos na realização de eventos que exigiam a mobilização, que é distinta de participação, das sócias, como seminários, assembléias, comemorações do Dia Internacional da Mulher e ainda encontros a nível nacional. Esta constatação remonta a STEPHEN (1996) e nos leva a

considerar que a ASMUBIP deve procurar dedicar seus esforços organizativos na realização de discussões ‘com a base’ ou no âmbito local, fortalecendo os núcleos, construindo e fortalecendo as instâncias intermediárias de decisão e participação, tal qual apontado por FOX & HERNANDEZ (1989) que enfatizam ser a participação direta da base, condição vital para garantir o princípio democrático.

Com relação à assessoria e relação com outros movimentos, desde a sua origem, a ASMUBIP não possui assessoria própria voltada para o seu projeto político, ou mais afinada com temas relativos à problematização da discriminação das mulheres na sociedade, ou o enfoque de gênero, o que foi apontado por STEPHEN (1996) como um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A maioria dos assessores da ASMUBIP, com pòde ser visto, eram homens, nem sempre familiarizados com a temática ou demanda central das mulheres em torno do “ser mulher”. Não se trata aqui da questão de serem os assessores homens ou mulheres, mas do fato de que independente do sexo do profissional, o que se requer é a devida formação para o trato com as questões das relações sociais. Embora tenha sido realizada entrevista com uma assessora, a mesma confirma que uma das limitações que a mesma observara no trabalho da APA-To era a falta de formação para o trabalho com mulheres sob o enfoque de gênero. A ASMUBIP não possui, também, relações estreitas com outros movimentos de mulheres a nível regional ou nacional, com exceção do MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) mais especificamente nas mobilizações para os Encontros bianuais. No que se refere aos movimentos de mulheres na região, constatamos que é uma relação conflituosa permeada de ciúmes e disputas.

Poderíamos pontuar, ainda, com base nas abordagens dos diversos autores com quem dialogamos no referencial teórico, sobre outros elementos e estratégias que podem contribuir para a consolidação e fortalecimento da ASMUBIP. Entretanto, partindo da abordagem de ESMAN & UPHOFF (1984) no que se refere às vulnerabilidades, existe, no caso da ASMUBIP, o que se poderia chamar de condição anterior, qual seja: encarar e combater, em caráter prioritário, os principais obstáculos com que esta organização se depara para garantir a sua consolidação. Caso isto não seja feito, pouco poderá resultar dos esforços das entidades de assessoria, de simpatizantes ou mesmo das agências de

cooperação, pelo contrário, os esforços, ignorando estas vulnerabilidades podem vir a agravar mais ainda a situação.

Conforme já analisamos durante a discussão dos dados, duas vulnerabilidades foram observadas na ASMUBIP: uma delas a ineficiência, sobretudo, no que se refere mais ao sentimento (e menos á capacidade) do grupo de ser não possível administrar a sua própria organização, fazendo afirmações como: “a prestação de contas é muito difícil” “precisamos de assessoria pra fazer a prestação de contas e elaborar projetos”. Pelo que pudemos observar, o baixo desenvolvimento da habilidade para realizar a gestão, afetou a auto confiança do grupo e das suas lideranças o que, em oposição às habilidades dos técnicos e assessores, reforçou no grupo o sentimento de incapacidade.

Como pudemos observar, ainda, este sentimento acima descrito veio a partir do contexto que gerou a dependência dos projetos e projetinhos, que como pudemos observar no fluxograma apresentado, não foram poucos e surgiram de forma crescente à partir de 1997, justamente quando a diretoria delimita o início da crise, como observamos no relatório de avaliação. A inserção dos inúmeros projetos trouxe efeitos nem sempre previstos (tanto para a organização, quanto para seus elaboradores ou oferecedores) tais como: a) perda da autonomia limitando a capacidade do grupo de definir suas ações em coerência com a expectativa das bases a quem pretendia representar b) centralização, uma vez que a gestão dos mesmos era realizada por duas ou três diretoras; c) falta de rotatividade dos membros da direção, uma vez que, ante aos desafios dos três eixos da organização e dos projetos, exigiam uma certa continuidade das ações por parte das lideranças já capacitadas, d) falta de investimento na formação de novas lideranças, como pôde ser observado na opinião de uma das entrevistadas: “a organização já tem boas lideranças o que precisa é de recursos para trabalhar”; e) permanência destas mesmas lideranças e com as mesmas características da fase inicial do movimento.

Estes e outros aspectos apontados pelos autores como fundamentais para a consolidação de uma organização, ficaram profundamente prejudicados em consequência da existência do que identificamos como uma outra vulnerabilidade: más práticas que diz respeito ao fato de que lideranças, membros e às vezes até simpatizantes, se apropriam dos recursos da organização em benefício próprio, da

família e também de sua facção política. Tal qual observado por ESMAN & UPHOFF (1984) isto é comum de acontecer em áreas rurais pobres principalmente se estes recursos são originários de governos ou de doadores externos. A utilização de recursos da organização para benefícios de um partido político, ou para benefício próprio pôde ser mais claramente constatado na fala do cantineiro e nos vários comentários feitos em “off”, envolvendo outros membros da organização. Este foi um aspecto onde residiu um dos dilemas da pesquisadora. Como fazer referência a estes fatos que não têm autoria, e que , como os/as entrevistados/das disseram, ninguém quer tocar, nem as lideranças, nem os assessores, nem existem registros. Os Autores, supra citados, observaram situações semelhantes nas organizações com as quais desenvolveram seus estudos e nos alertam, quanto a estes fatos, sendo preciso encará-los de frente. A maneira como uma organização lida com estas questões é um indicativo de como ela vê (ou não quer ver) estes problemas que devem ser combatidos. A corrupção recorrente desacredita a organização, destrói a moral dos membros e resulta em fracasso.

Para superar as más práticas e o comportamento oportunista é necessário a existência de sanções e controle social aplicado a todo o grupo, sem distinção, ou seja: punição ou imposição de penalidades, para quem se aproveita dos recursos indevidamente. Para evitar os casos, também citados, de desconfianças sem fundamento é que BUNCH (1984) reafirma a importância da base participar do processo de planejamento e desenvolvimento das ações, para que, além de se sentir comprometida com a busca de resultados, vai contribuir para combater suspeitas.

Este clima de desconfiança generalizada e divisão interna comprometem outro aspecto fundamental para a consolidação da organização que é o processo de avaliação e divisão de responsabilidades. As desconfianças entre as lideranças da ASMUBIP se dão de forma tão generalizada que o grupo não consegue se reunir para avaliar, ouvir e fazer críticas e conseqüentemente assumir e dividir as responsabilidades. Então observamos uma situação insustentável de conflitos nas relações interpessoais, na impossibilidade de convivência respeitosa entre os membros da direção. Os problemas observados, se não combatidos, vão de forma crescente, como uma “bola de neve”, gerando uma sucessão de novos e antigos

problemas: os membros não dividem responsabilidades, provocando indiretamente a centralização, novas pessoas não são habilitadas nem incentivadas a assumir a coordenação, o que mantém as mesmas pessoas nos cargos de direção. Dada à grande dimensão que os problemas internos tomaram, como expresso nas diversas falas, alguns membros da direção permanecem no cargo sem motivação. Ao contrário, foi possível perceber desânimo e estress com o trabalho realizado.

Conforme observado na ASMUBIP, embora existam espaços para viabilizar a articulação e participação das bases no nível das comunidades, como os núcleos e micro-regiões, a possibilidade das sócias das bases participarem dos processos decisórios foi mínima, ou inexistente.

Ou seja, voltamos a reafirmar de forma contundente: para que uma organização realmente se consolide, é imprescindível a participação dos agricultores e agricultoras “da base”, que estes estejam motivados, que tenham entusiasmo pela organização e pelos programas desenvolvidos pela mesma. Caso o grupo não esteja motivado, vai haver sempre a necessidade de pessoas de fora para fazer o que os membros deveriam fazer. O caso da ASMUBIP revela a expectativa ou hábito de esperar que a assessoria resolvesse os seus problemas gerando assim o que se poderia chamar de paternalismo “do fazer para” ou “doar para”. BUNCH (1984) considera o primeiro tipo de paternalismo, “fazer para”, mais sutil, mas suas conseqüências manifestam-se no momento em que deixam de haver pessoas de fora para fazer, por exemplo, a contabilidade, ou resolver problemas, o trabalho termina tão abruptamente quanto terminam as doações.

Neste desvendar da história, em estreito diálogo com o referencial teórico, foi possível perceber, e é importante destacar, que o que aconteceu com a ASMUBIP não é novidade, havendo inúmeros casos semelhantes no Brasil e no mundo. O que pretendíamos, ao estudar um caso particular, era que o mesmo funcionasse como ponto de partida para as reflexões de outros e outras extensionistas, mediadores comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável e com a construção de organizações democráticas. Não pretendemos simplesmente generalizar o que foi estudado neste caso, mas sim, contribuir para que outros interessados que vierem a ter acesso ao conhecimento aqui produzido possam, continuamente, problematizá-lo à partir da sua experiência e prática.

Estamos cientes de que algumas das questões que surgiram ao longo deste estudo não tenham sido profundamente discutidas, sobretudo, pela limitação do tempo, mas estas questões abrem perspectiva para estudos posteriores a serem realizados pela autora e/ou por outras pessoas interessadas e comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável.

Cabe, fundamentalmente, a ASMUBIP a decisão sobre o enfrentamento dos desafios necessários à sua consolidação e concluímos estas considerações nos remetendo a um pequeno trecho da canção de Ivan Lins, usada em epígrafe a este capítulo: No novo tempo, apesar da fadiga, de todos os enganos, estamos crescidos, estamos mais vivos pra nos socorrer. Que seja este o caminho que deixamos de herança.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Mirian & CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, 1997.112 p

ALCHIERI, Marinês. **Direito e reforma agrária: um estudo realizado na região do Bico do papagaio, no Estado do Tocantins** Viçosa: UFV,1998. . Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa,1998.104p.

ALDIGHERI, Mário. **Josimo: a terra, a vida**. São Paulo: Loyola, 1993. 206p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco Babaçu face à segmentação dos mercados. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.(Org).**Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**. São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2000 p.27-41.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeira de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luiz:MIQCB, 1995, 183p

ARQUIVO APA-To.**Matriz de Planejamento**. s/d 9p.(mimeo)

ARQUIVO APA-To **fluxograma de desequilíbrio financeiro da ASMUBIP**. 1997. (mimeo) s/p.

ARQUIVO APA-To **Avaliação interna. 1ª etapa da ASMUBIP** s/d (mimeo) s/p.

- ARQUIVO APA-To **Avaliação interna da ASMUBIP. 2ª etapa** s/d (mimeo) s/p.
- ARQUIVO CPT **Avaliação Projeto Babaçu a CESE.**(1997) (mimeo). s/p.
- ARQUIVO CPT. **Estatuto Social da ASMUBIP.** São Miguel do Tocantins. 1996. (mimeo). s/p
- ARQUIVO CPT **Análise do Desequilíbrio financeiro da ASMUBIP de 96/97.** 1996 mimeo s/p.
- ARQUIVO CPT. **Apresentação do pedido de complementação do projeto de processamento e comercialização do coco babaçu na região do bico do papagaio.** Augustinópolis, dez, 1995.(mimeo) s/p
- ARQUIVO CPT **Observações sobre a viabilidade do projeto babaçu.** 1994. (mimeo) s/p
- ARQUIVO CPT **Relatório de Reunião da assessoria jurídica com as mulheres diretoras da ASMUBIP.** Jul. 1995.Sítio Novo do Tocantins (mimeo) s/p.
- ARQUIVO CPT **.Projeto Billance.** 1997 (mimeo). s/p.
- ARQUIVO CPT **Condições exigidas para viabilizar o projeto babaçu no contexto econômico atual (1994/1995).** s/d (mimeo)
- ARQUIVO CPT **Observações sobre a viabilidade do Projeto Babaçu.**(1994) (mimeo) s/p
- ARQUIVO CPT **Para Melhorar a Unidade de Processamento do Coco Babaçu pela ASMUBIP. Memorando de Formação de outubro de 1997.** 32 p.(meio digital)
- ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO BICO DO PAPAGAIO.**Folder.** (2000)
- BUNCH, Roland. **Duas espigas de milho: Uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo.** Trad. John C. Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 220p.
- CAMPOS, Heloísa. **Feminista do Sertão: Raimunda dos Cocos.Revista Marie Claire.**São Paulo: Editora Globo. 1997 pgs 35-39
- CAMURÇA, Sílvia. **Gênero, Desenvolvimento e Democracia. Apresentação durante a Plataforma NOVIB.** 2000. pgs 1-4 (mimeo)

- CARVALHO, Leandro Dias Cardoso. **Extrativismo vegetal e condições sócio-econômicas do assentamento rural Gleba Riachuelo**. Viçosa: UFV Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa. 2001. 106p.
- CASTRO, Lucimeire Amorim. **O Imaginário sobre o corpo em uma comunidade de quebradeiras de coco-Babaçu do Maranhão**. Viçosa: UFV Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa. 2001.200p.
- CEDEPLAR- UFMG **Inventário Sócio- Econômico da Região do Bico do Papagaio Estado do Tocantins**. 2001 (Consultado em 05 de agosto de 2003) (disponível em www.seplan.to.gov.br)
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pe. Josimo: a velha violência da nova república**. Goiânia: CPT 1986.93 p.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA A-T. **Projeto de Trabalho trienal da CPT A-T para o triênio 1996-1998**. Sítio Novo do Tocantins. 1995 (mimeo) s/p
- DIEZ, Alejandro. **Guía Metodológica para la sistematización de experiencias em S.R.** Secretariado Rural – Peru- Bolívia 2001.47p.(mimeo)
- ESMAN, Milton J. & UPHOFF, Norman T. **Local organizations: intermediaries in rural development**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.391p.
- ESMAN, Milton J. & UPHOFF, Norman T. KRISHNA, Anirudh. **Reasons for success: learning from instructive experiences in rural development**. USA: Kumarian Press books on international development, 1998. 236p.
- FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ética, 1998. 173p.
- FETAET. **Tese do 3º Congresso Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins**. Palmas: FETAET, 1998. 59p.
- FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **O papel da mulher rural nas políticas de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro:UFRJ.Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.247p.

- FOX, Jonathan. The Challenge of rural democratisation. In: **The Journal of development studies**. Volume twenty six. Number four. July 1990. London: Frank cass Ltd. pgs 1-12
- FOX, Jonathan & HERNÁNDEZ, Luiz. Compensando a lei de ferro da oligarquia: A prestação de contas dos dirigentes numa organização camponesa regional. In: **Revista Desenvolvimento de Base. Tema especial: liderança na base**. Revista da Fundação Interamericana. Volume 13, Número 2, 1989. pgs. 8-17
- GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 107p
- GRZYBOWSKI, Cândido. Rural Worker's Movements and Democratization in Brasil. In: **The Challenge of Rural Democratisation**. Volume twenty six. Number four. July 1990. London: Frank cass Ltd. pgs 1-12. pgs 19 a 39.
- FETAET. **Tese do 3º Congresso Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins**. Palmas:FETAET, 1998. 59p.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes. 1992, 170 p
- HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996, 213 p
- MAY, Peter. Presiones de desarrollo y necesidades de subsistencia: el caso de la palmera de babasu. In: GLADE, William & REILLY, Charles A. **Investigaciones sobre el desarrollo de base. Colección de artículos y estudios basados em la investigaciones para el doctorado de becarios de la fundación interamericana**. Virginia (EUA): fundación Interamericana, 1993. p.1-19
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986. 185p.
- MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os sem terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998, 165p
- MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Revista Lua Nova**. São Paulo: Número 17. Junho de 1989. p.49-66
- ORMAN, Jan R. Van. Liderança e desenvolvimento de base: Reflexões de um representante da fundação interamericana. In:

Revista Desenvolvimento de Base.Tema especial: liderança na base. Revista da Fundação Interamericana. Volume 13, Número 2, 1989.pgs 3-7.

PEREIRA, Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira. **Os conflitos pela terra na Região do Bico do Papagaio (Tocantins) na década de 1980.** Goiânia: UFGO, 1990. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, 211p.(mimeo).

QUEIRÓZ, Maria Isaura P. de. **Variações sobre a técnica do uso do gravador no registro da informação viva.** São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983. (Col. Textos 4) 2a. ed .182p

RESUMO AGENDA 21.Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Palmas: Fundação Pró-Cerrado. 110p.

ROTHMAN, Franklin D. O Estudo de caso como método científico de pesquisa. Ind: **Anais do I Simpósio de Economia Familiar.** Departamento de Economia Doméstica- UFV. 1994. Pgs 246-255.

RURALTINS- **Pesquisa de Mercado e de Tecnologia para subprodutos do babaçueiro.** Governo do Estado do Tocantins. PGAI. 1999. 23 páginas.

SANTOS, Ailton Dias dos . Avaliação do Programa de Crédito especial para a Reforma Agrária (PROCERA) no Estado do Tocantins. IN: Eco CUT. **Agentes em Desenvolvimento Sustentável e Solidário/Economia Solidária.** Goiânia:CUT. 2000.p 33-45

SEPLAN. **Fundamentos e diretrizes para o desenvolvimento regional- Regional extremo norte- Tocantins.** Palmas: Governo do Estado do Tocantins.1996.77p.

SILVA, Miguel Henrique P. A organização Agroextrativista: experiências de cooperativas em Viana, Lago do Junco/Maranhão e São Miguel do Tocantins/Tocantins. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.(Org). **Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar de dados.** São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2000. p.215-250.

SOUZA, Divani Ferreira de. CARDOSO, Elisabeth Maria, TELLES, Lílian, RIBEIRO, Simone. Um olhar de Gênero sobre as relações sociais no campo. Informe **Agropecuário da EPAMIG.** No prelo.

SOUZA, Divani Ferreira de. **As implicações da agenda Científica e tecnológica do Babaçu (Orbignya phalerata) na organização do**

trabalho das quebradeiras de coco Babaçu. Trabalho final apresentado ao Prof. José Norberto Muniz, como parte dos requisitos para avaliação da disciplina: Geração de Tecnologia. Mestrado em Extensão Rural UFV DER agosto. 2001 (mimeo).

SOUZA, Divani Ferreira de. **“A comissão Pastoral da Terra e a subsidiariedade às organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Bico do Papagaio, o caso da ASMUBIP.”** Notas de algumas reflexões feitas por ocasião da realização da pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso Nacional de Formação propiciado pela CPT nacional para os agentes de pastoral. Goiânia, GO, 1998. (mimeo).

STEPHEN, Lynn. Relações de Gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. (tr. Zander Navarro), In: **Política, Protesto e Cidadania no Campo: As lutas sociais dos Colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. Pgs 29-61

THOMA, Andréa Cristina. Levantamento Institucional ASMUBIP. In: REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. **Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra: Capacitação de Lideranças Trabalhadoras Rurais e Extrativistas.** São Paulo, 2001 (mimeo).

ANEXOS

ANEXO 1
CARACTERIZAÇÃO DOS/DAS INFORMANTES DO GRUPO 1
(TRABALHADORES/AS RURAIS)

Situação atual	Descrição e relação com a ASMUBIP
Coordenadora Geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista	É quebradeira de coco. 62 anos. Casada. Cinco filhos, autodidata. Foi a primeira diretora geral da ASMUBIP. Em 1997 foi eleita em assembléia do Conselho Nacional dos Seringueiros como coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Norte que tem sede no mesmo município onde se localiza a sede da ASMUBIP.
Coordenadora Geral da ASMUBIP	É quebradeira de coco. 57 anos de idade. Casada. Quatro filhos. 3ª série primária. Está na direção da associação há 3 mandatos consecutivos: 1994 a 1996- Como coordenadora tesoureira, nos dois últimos anos (96 a 99 e 99 a 2002) como coordenadora geral.
Diretora da FETAET (Secretaria de Política Agrícola).	Não quebra coco. 50 anos. Casada. Quatro filhos. Foi da primeira diretoria da ASMUBIP (1992 a 1994, coordenadora secretária). É diretora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Esperantina e Diretora da Federação dos Trabalhadores Rurais no Estado do Tocantins. Foi a primeira diretora da Secretaria Estadual de Mulheres da FETAET por 2 mandatos consecutivos.
Coordenadora da Associação de Mulheres de Buriti	É quebradeira de coco. 55 anos. Casada. Oito filhos. Está na diretoria desde a 1ª gestão: 1992 a 1994: vice coordenadora geral. 1994 a 1996: membro do conselho fiscal. 1996 a 1998: vice tesoureira: 1999 a 2002 membro do conselho fiscal.
Agente de Pastoral semi liberada da Comissão Pastoral da Terra	É quebradeira de coco. 31 anos. Casada. Dois filhos. 3ª série primária. Foi membro de três diretorias: 1992 a 1994: vice coordenadora secretária. 1994 a 1996: coordenadora secretária. 1996 a 99: coordenadora secretária. Se afastou porque o estatuto não permitia a sua reeleição. Foi indicada pela ASMUBIP para compor a equipe de CPT na região acompanhando o trabalho de quatro Sindicatos de Trabalhadores Rurais e oito grupos de jovens, além do apoio a novos grupos de mulheres.
Coordenadora Tesoureira da ASMUBIP	É quebradeira de coco. 49 anos. Casada. Dois filhos. 2º grau completo. Está na diretoria há 3 mandatos consecutivos. 1994 a 1996: coordenadora geral. 1996 a 1999: coordenadora tesoureira. 1999 a 2002: coordenadora tesoureira. Também é diretora da FETAET ocupando o cargo de tesoureira.

Situação atual	Descrição e relação com a ASMUBIP
Coordenadora Secretária da ASMUBIP	É quebradeira de coco. 35 anos. Solteira. Dois filhos. 2º grau completo. Está na diretoria há quatro mandatos consecutivos. 1992 a 1994: membro do conselho fiscal. 1994 a 1996: membro do conselho fiscal. 1996 a 1999: vice coordenadora secretária. 1999 a 2002: coordenadora secretária.
Sócia recém filiada. Não ocupa cargo na ASMUBIP	É quebradeira de coco. 30 anos. Casada. 4ª série primária. Um filho.
Ex cantineiro do projeto Babaçu da ASMUBIP	52 anos. 4ª série primária. Foi cantineiro da ASMUBIP. Conhecido como poeta e compositor de várias músicas sobre o tema da mulher e da preservação ambiental, dentre outras.

ANEXO 2

CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES/ASSESSORES DO GRUPO 2

Situação atual	Descrição e relação com a ASMUBIP
Assessor técnico da APA-TO assessora a ASMUBIP na área de gestão.	30 anos. solteiro. Engenheiro agrônomo. Assessor da ONG APA-To há 1,5 ano.
Diretora executiva da APA-To, assessora a ASMUBIP na área de gestão e organização.	32 anos. Solteira. Engenheira Agrônoma. Assessora da ONG APA-To há 2,5 ano.
Assessor da CPT. Diretor da ONG APA-TO. Assessor da ASMUBIP na área gerencial.	56 anos. Francês. Assessor da CPT no Bico do Papagaio desde 1992. Expert em Ciências Contábeis e Auditoria.
Trabalhou com a ASMUBIP assessorando na área de gestão do Projeto Babaçu (1995 a 1997), e Assessor do MAG-Bico (1997 a 1999) na área de gestão e comercialização.	28 anos. Técnico Agrícola.

ANEXO 3

**Roteiro de entrevistas semi-estruturadas
a ser realizada com mulheres trabalhadoras rurais,
lideranças e sócias da base da ASMUBIP**

PESQUISA

**Movimento de Mulheres no Bico do Papagaio: Reflexões
sobre os Desafios para o Fortalecimento de uma
Organização Regional**

Apoio:

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
CNPq

Entrevista No: -----

Ficha da Informante:

Nome da Entrevistada:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade

Ocupação atual:

Relação com a ASMUBIP (cargo que ocupa ou ocupou):

Questões norteadoras:

1ª PARTE:

1.Quanto à emergência (surgimento) do movimento (1979 a 1992)

1.a Como foi o início do movimento no final dos anos 70 e início dos anos 80? Ou seja: porque começou? Em torno de que?

1.b Em qual ou quais momentos as mulheres começaram a sentir manifestar no STR que sua causa merecia atenção específica?

1.c Desde o início o movimento ficou conhecido como das quebradeiras de coco?

1.d Há algum constrangimento entre as mulheres sócias que são quebradeiras de coco e as demais que não quebram coco?

2ª PARTE:

2. Sobre a história da organização:

- 2.a Como se deu a participação de D. Raimunda na Rio 92 e o que aconteceu depois disto que trouxe impactos para o movimento das mulheres?
- 2.b. Como se deu a fundação da associação em 1992
- 2.c Como o nome foi escolhido?
- 2.d Como a 1ª diretoria foi escolhida?
- 2.e Qual o ano de início de recebimento dos projetos externos?
- 2.f Inicialmente como foi feita a gestão desses recursos? AS pessoas responsáveis tinham capacitação/experiência na administração financeira?
- 2.g Houve algum tipo de constrangimento ou polemica para o recebimento dos recursos?
- 2.h Quais as ações ou dinâmicas impulsionada ao grupo a partir do recebimento do 1º projeto?
- 2.i Porque uma organização de âmbito regional?

3ª PARTE:

3. A organização hoje

- 3.a Como está a ASMUBIP hoje?
- 3.b Como as responsabilidades são divididas?
- 3.c Como é o processo de planejamento e definição de prioridades?
- 3.d Como as ações são definidas?
- 3.e Como se dá a participação da base na definição das ações?
- 3.f Há divisão interna?
- 3.g Opinião quanto às mudanças para o movimento à partir da criação da ASMUBIP
- 3.h Opinião sobre o recebimento de recursos.
- 3.i Como é o processo de avaliação?
- 3.j Como são as ações voltadas para a Preservação Ambiental?
- 4.k Houve atitudes parterneristas?
- 4.l Tem havido formação de novas gerações de lideranças?
- 4.m Como são as ações dos dirigentes na base?
- 4.n Como é feita a gestão dos recursos?

4.o Como é feita a prestação de contas?

4.p Porque a associação chegou ao ponto que chegou?

4.q Como é a relação da associação com as demais organizações na região
Especialmente as organizações de mulheres?

Observação: Não é possível elaborar questões específicas sobre as vulnerabilidades, tenha em mente quais são as vulnerabilidades apontadas pelos autores. Sendo entrevista semi-estruturada, na medida em que as respostas sugerirem alguma pista, faça perguntas adicionais para obter a informação mais precisa. Verificar nos arquivos o processo de renovação da diretoria, (rotatividade)

Tenha clareza da teoria e dos principais conceitos para acrescentar, aprofundar algumas linhas de indagação.

ANEXO 4

Roteiro para a realização das entrevistas semi-estruturadas a ser realizada com agentes e assessores da ASMUBIP

PESQUISA

Movimento de Mulheres no Bico do Papagaio: Reflexões sobre os Desafios para o Fortalecimento de uma Organização Regional

Apoio:

Universidade Federal de Viçosa (UFV)
CNPq

Entrevista No: -----

Data:

Ficha da Informante:

Nome da/do Entrevistada/do:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Ocupação atual:

Situação atual na entidade:

Relação com a ASMUBIP (trabalho realizado)

Orientações básicas:

1. Qual a missão da entidade?
2. Qual a relação da entidade com a ASMUBIP?
3. Qual a estratégia de intervenção da entidade para contribuir com a ASMUBIP? Há investimento em formação de novas lideranças?
4. Quais as maiores dificuldades que vêm hoje na ASMUBIP?
5. Qual a percepção da ASMUBIP com relação à problemática ambiental?
6. Observam problemas éticos?
7. Observam problemas de Divisão Interna?
8. Porque ela chegou ao ponto que chegou?

Observação: Estas questões eram norteadoras da entrevista, podendo ser acrescentadas outras se necessário.

ANEXO 5

Xote das Quebradeiras de Coco

Autor: João Filho, apicultor e sindicalista do município de Praia Norte – TO.

Hei! Não derrube esta palmeira.

Hei! Não devore os palmeirais.

Tu já sabes que não podes derrubar precisamos preservar as riquezas naturais.

O coco é para nós grande riqueza, é obra da natureza ninguém vai dizer que não, por que da palha se faz casa pra morar, já é meio de ajudar a maior população.

Se faz o óleo pra temperar comida, é um dos meios de vida prá os fracos de condição, reconhecemos o valor que o coco tem a casa serve também para fazer o carvão.

Com o óleo do coco as mulheres caprichosas, fazem comidas gostosas de uma boa estimacão, merece tanto seu valor classificado que como óleo apurado se faz o melhor sabão.

Palha de coco serve pra fazer chapéu, da madeira faz papel ainda aduba o nosso chão, talo do coco também é aproveitado faz quibano e cercado prá poder plantar feijão.

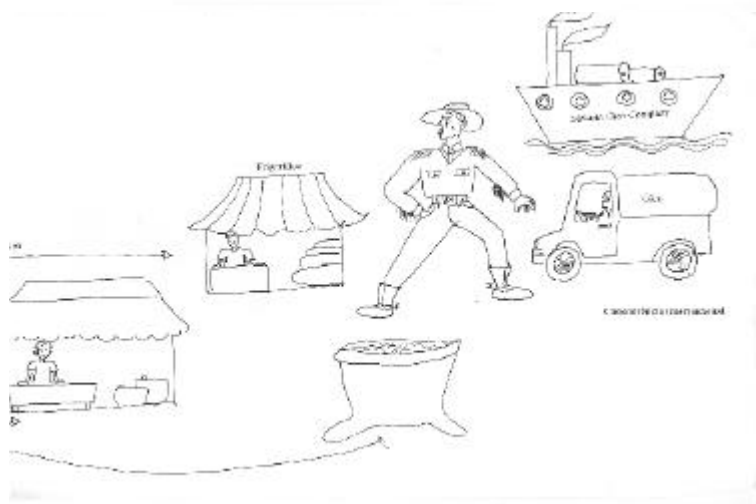
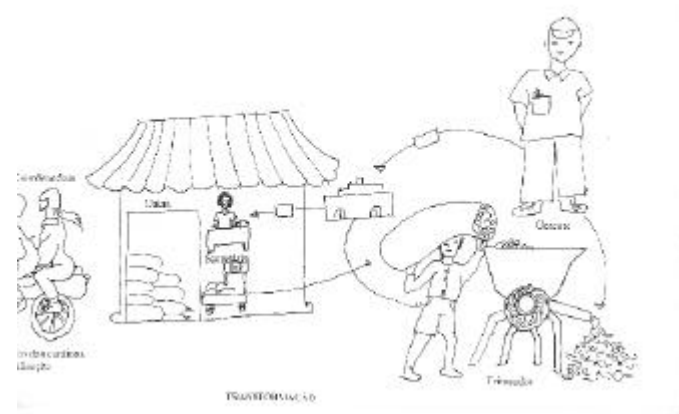
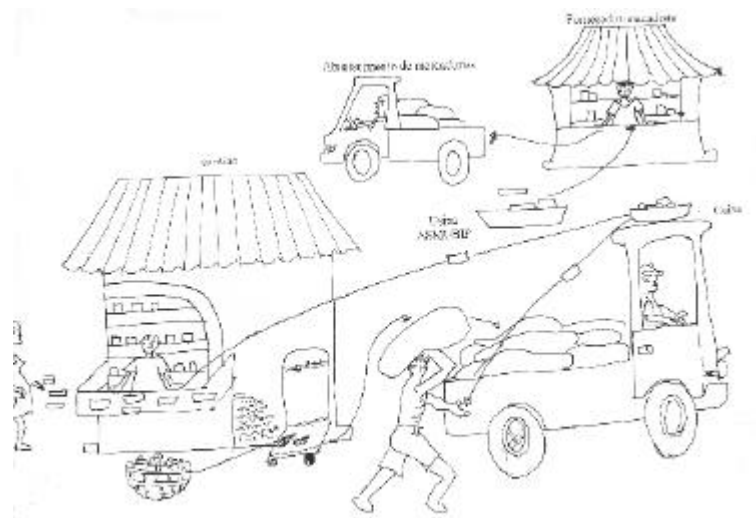
A massa serve para engordar o porco, tá pouco o valor do coco precisa dar atenção. Para os pobres este coco é meio de vida pisa o coco Margarida e bota o leite no capão.

Mulher parada deixa de ser tão medrosa, seja um pouco corajosa, segure na minha mão.

Lutemos juntos com coragem e com amor, prá governo dá valor a esta nossa profissão.

Anexo 6

O Circuito da Amêndoa



ANEXO 7

SISTEMATIZAÇÃO DA VIDA PRODUTIVA 1992-1997

1992	1993	1994	1995	1996	1997
Julho: Participação Raimunda Gomes na Conferência Mundial Rio 92 Outubro: O projeto começa a se estruturar: construção do galpão, encomenda da prensa, contratação de gerente, implantação de 7 cantinas. Novembro: Assembléia de Fundação-Eletiva: Dezembro: Início da compra de coco.	Março: I Encontro de cantineiros Outubro: . Avaliação da Assessoria: produção abaixo da capacidade deve-se agilizar imediatamente o funcionamento da prensa e ampliar o número de postos de coleta, melhorar remarcação nos preços dos produtos nas cantinas. Novembro: Início do funcionamento da prensa.	Janeiro: E instalada a prensa sem o filtro. Período de entressafra (baixa produção) Outubro: Crise no preço do babaçu. Novembro: . Chegou o filtro . Venda do caminhão. .Solicitação da adiantamento financeiro à AST para capital de giro. Dezembro: .Solicitação de recursos a CESE para capital de giro e para pagar a AST. .Avaliação cantinas de que o preço estava muito baixo as sócias não estavam motivadas a vender para a ASMUBIP. .Avaliação da crise	Março: contratação de novo gerente. Maio: avaliação conjunta da diretoria com a assessoria apontando para a quebra do projeto babaçu e insustentabilidade do mesmo. (causas apuradas: vazamento no tanque e descompasso entre o preço de compra do coco e preço de venda). . Criação do MAG-Bico Junho: Decisão de realizar uma campanha de “motivação” das sócias para quebra do coco e uma análise rigorosa do funcionamento comercial de cada	Julho: Avaliação da diretoria e da assessoria apontando grande desequilíbrio financeiro causas: excesso de fiados, pouca produtividade na prensa, gastos desnecessários). Outubro: Sessão de formação com a ONG francesa CIEPAC: “Para melhorar o gerenciamento da unidade de processamento do coco babaçu pela ASMUBIP”.	abril: Curso de capacitação de cantineiros (as) da ASMUBIP julho: “A pressão das sócias em assembléia para comprar fiado nas cantinas foi mais forte que as regras aprovadas no regimento interno.” (CESE.doc)

		na Assembléia que decide que o Projeto Babaçu não deve ser encerrado.	cantina .Decisão da diretoria de selecionar criteriosamente as cantinas aptas a continuar operando e paralisar as demais. .Decisão da diretoria em continuar abrindo novos postos em povoados mais ricos em babaçuais. Novembro: Pressão das sócias para comprar fiados nos postos e nas cantinas foi mais forte que as decisões tomadas na assembléia anterior.		
--	--	--	--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa

ANEXO 8

SISTEMATIZAÇÃO DA VIDA ASSOCIATIVA

1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Novembro: Assembléia de Fundação-Eletiva:	Março: Comemoração do dia Internacional da Mulher em Augustinópolis TO Setembro: Participação de 20 mulheres no Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Teresina PI- Dezembro: Assembléia geral ordinária-Augustinópolis TO	Março: Comemoração do Dia Internacional da Mulher.	Março: Comemoração do Dia Internacional da Mulher Setembro: I Seminário da Mulher Trabalhadora Rural do Tocantins. Novembro: Encontro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu em São Luiz do MA. Presença de 80 sócias.	Março a dezembro: Reuniões bimestrais com presença das coordenadoras nos núcleos Março Comemoração do Dia internacional da Mulher. Augustinópolis TO Julho: Rodada geral nos núcleos Novembro: I Seminário Regional da ASMUBIP. São Miguel do TO Dezembro: Assembléia Geral Ordinária (alterações no Estatuto). Augustinópolis TO	Março: Comemoração do Dia Internacional da Mulher com celebração pelos 20 anos de militância de D. Raimunda Gomes da Silva. Augustinópolis TO Abril: Encontro das Coordenadoras dos núcleos- São Miguel do Tocantins Julho: Assembléia Geral ordinária- São Miguel do TO Outubro: Inicia-se a dinâmica de reuniões mensal da diretoria Setembro: Feira de artesanato de Babaçu na Escola Estadual de 1º e 2º graus de Sítio Novo do Tocantins + Oficina de extração de mesocarpo em 5 núcleos	Março a Dezembro: Mantém-se a dinâmica de reuniões mensal da diretoria. + Mantém-se a dinâmica bimestral de visita das coordenadoras à micro-região. Fevereiro: Participação de 6 diretoras no Congresso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Palmas TO Março: Comemoração do Dia internacional da Mulher Abril: Participação da D. Emília, coordenadora geral, no Workshop sobre queimadas acidentais na Amazônia. Mai: Participação da D. Emília, na feira nacional de artesanato em São Paulo. Mai: II Seminário da ASMUBIP- São Miguel do TO

					Novembro: Impulsiona-se a dinâmica de reuniões bimestral das coordenadoras às micro-regiões. Dezembro: Estruturação da Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros em São Miguel do Tocantins-	+ Participação da D. Emília na reunião do MIQCB para criação do GT Babaçu em Brasília. Junho: Assembléia Geral ordinária-Augustinópolis-TO Julho: Curso realizado nos núcleos sobre meio ambiente e combate a queimadas Agosto: curso para coordenadoras do núcleo: o que é um grupo e como coordená-lo-Augustinópolis- TO Setembro: Curso para coordenadoras e coordenadoras de núcleo: importância do planejamento, monitoramento e avaliação. Dezembro:Participação de 3 diretoras no Encontro Nacional de Mulheres da Floresta em Rio Branco, AC
--	--	--	--	--	---	---

Fonte: Dados da pesquisa

ANEXO 8:
SISTEMATIZAÇÃO DA VIDA ASSOCIATIVA (continuação)

1999	2000	2001	2002
Março: Comemoração do Dia internacional da Mulher-Augustinópolis-TO. Abril: Reunião de planejamento das coordenadoras com assessoria-Augustinópolis Julho: III Seminário Regional da ASMUBIP-Augustinópolis TO Agosto: Participação Da coordenadora geral, D. Emília no Encontro Feminista em João Pessoa PB. Novembro: Assembléia geral eletiva- Dezembro: Participação de D. Emília na feira de produtos da Amazônia em Manaus AM	Março: Comemoração do Dia Internacional da Mulher-Augustinópolis TO Julho: Assembléia geral ordinária-Augustinópolis TO Agosto: Participação de 10 mulheres na Marcha das Margaridas em Brasília Setembro: Participação da D. Emília no Seminário Gênero e Agricultura Familiar promovido pela Rede Mulher de Educação em São Paulo.	Setembro: Participação de 50 mulheres no III Encontro do MIQCB em Imperatriz do Maranhão. Outubro: Participação de 6 diretoras e um artesão (quebrador de coco) na feira de produtos do Cerrado em Goiânia	Janeiro: Avaliação interna da ASMUBIP (1ª etapa) Março: Avaliação interna da ASMUBIP (2ª etapa)

ANEXO 9

Tabela rotatividade da diretoria da ASMUBIP

Nome	1ª Gestão Nov 92 a Nov 94	2ª Gestão Nov 94 a Nov 96	3ª Gestão Nov 96 a Nov 99	4ª Gestão Nov 99 a Nov 2002	Micro região	Quebradeira	Não Quebradei- ras
Emilia	X	Coord. Geral	Coord. Tesoureira	Coord. Geral	I	X	
Valdeci	X	X	X	Vice Coordenador a	II		X
Raimun da Nonata	Conselho Fiscal	Coorde. Tesoureira	Coord. Geral	Coord. Tesoureira	I	X	
Geruza	?	?	Conselho Fiscal	Coord. Tesoureira	III	X	
Luzanir a	Conselho Fiscal	Coord. Secretária	Vice Tesoureira	Coord. Secretária	II	X	
Beliza	Conselho Fiscal	Vice Secretária	Vice Secretária	Conselho Fiscal	I	X	
Francis ca	Vice Coordenado ra	Vice Coordenado ra	Vice Tesoureira	Conselho Fiscal	III	X	
Socorro	?	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	II	X	
Queiroz	?	X	?	Conselho Fiscal	III		X
D. Moça	?	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	III	X	
Rita Lira	?	?	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	I	X	
Ana Maria	?	?	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	I	X	

Fonte: Dados da pesquisa.

Fluxograma de Recebimento de Recursos (continuação)

Projeto	1999	2000	2001	2002	2003	
PPP (capital de giro + diversificação)	R\$ 52.090,00					
CESE (capital de giro)		R\$ 10.000,00				
PD/A -I (mesocarpo, óleo e sabonete)				R\$ 98.620,00		
Ministério do Meio Ambiente Capital de Giro		R\$ 34.482,00				
PPP (plantas medicinais)			R\$ 5.050,00			
CNS (reunião núcleo+formação)			R\$ 3.000,00			
Instituto Marista (criação aves)				R\$ 5.107,00		
Instituto Marista (capital de giro)				R\$ 10.000,00		
PADIS						

Fonte: Arquivo APA-To